DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA, sexta- feira, 29 de julho de 1977 — ANO II - Nº 144

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº. 3793, DE 26 DE JULHO DE 1977

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 63.000,00 (sessenta e três mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º., da Lei nº. 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo nº. 020.577/77,

D E C R E T A :

Art. 1º. - Fica aberto à Secretaria de Saúde, o crédito suplementar no valor de Cr$ 63.000,00 (sessenta e três mil cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

13754282.807 - Manutenção das Atividades da Fundação Hospitalar do Distrito Federal
3.2.7.5 - 02 - Serviços de Terceiros - Remuneração de Serviços Pessoais.... 60.000,00
03 - Outros Custeios 3.000,00

Art. 2º. - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, parágrafo 1º., Item III, da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial da dotação orçamentária que se segue da Secretaria do Governo:

99999999.999 - Reserva de Contingência
3.2.6.0 - Reserva de Contingência 63.000,00

Art. 3º. - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 3º. trimestre, das atividades mencionadas neste Decreto.

Art. 4º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 26 de julho de 1.977
89º. da República e 18º. de Brasília
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº 3794 DE 26 DE JULHO DE 1977

Abre credito suplementar no valor de Cr$ 123.000,00 (Cento e vinte e três mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei Nº 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Art. 41, Item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo Nº 009.959/77,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Educação e Cultura, o crédito suplementar no valor de Cr$ 123.000,00 (Cento e vinte e três mil cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:

08472352.037 - Assistência Financeira a Entidades Privadas do Distrito Federal
3.2.1.0 - Subvenções Sociais
Associação de Pais e Mestres do Centro de Ensino de Primeiro Grau Nº 08 - Guará II. 5.000,00
- Associação de Mães, Protetores, Amigos e Recuperadores de Excepcionais - AMPARE... 8.000,00
- Associação de Pais e Mestres do Jardim da Infância da SQS 308... 2.000,00
- Associação dos Servidores do Senado Federal... 4.000,00
- Associação Nacional de Escritores... 1.000,00
- Centro Assistencial e Educacional Planalto - CAEP... 37.000,00
- Centro de Ensino Memorial Evangélico - Mantido por:
(Sendo Cr$ 1.000,00 para bolsa de estudo) 2.000,00
- Centro de Estudos Pedagógicos - Mantido por: Inspetoria São João Bosco - Belo Horizonte - MG... 1.000,00
- Centro Educacional da Audição e Linguagem Ludovico Pavoni - Mantido por: Associação das Obras Pavonianas de Assistência - São Paulo - SP... 1.000,00
- Centro Educacional Maria Auxiliadora.. 2.000,00
- Clube da Impresa de Brasilia... 8.000,00
- Clube do Congresso... 16.000,00
- Colégio Nossa Senhora de Fátima - Brasília - DF - Mantido por: Sociedade Caritativa e Literaria São Francisco de Assis - Zona Norte - Santa Maria - RS... 2.000,00
- Colegio Notre Dame... 2.000,00
- Colégio Pio XII... 2.000,00
- Colégio Santa Dorotéia... 6.000,00
- Escola Paroquial Nossa Senhora de Fáima.. 1.000,00
- Ginásio Industrial Champagnat - Brasília - DF - Mantido por : União Norte - Brasileira de Educação e Cultura- UNBEC - Recife - PE... 2.000,00
- Inspetoria São João Bosco.. 1.000,00
- Instituto Cultural Brasília.. 4.000,00
- Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal... 1.000,00
- Instituto Nossa Senhora do Perpétuo Socorro Brasília- DF. Mantido por: Sociedade das Filhas de Nosssa Senhora do Sagrado Coração - São Paulo -SP.. 1.000,00
- Instituto São José - Brasilia- DF - Mantido por:Congregação das Irmãs Auxiliares de Nosssa Senhora da Piedade- Belo Horizonte - MG... 4.000,00
- Obras de Educação e Assistência Social da Paróquia de Planaltina... 2.000,00
- Obras Pavonianas de Assistência - Gama - Mantida por: Associação das Obras Pavonianas de Assistência - São Paulo - SP.. 4.000,00
- Sociedade Bíblica do Brasil... 4.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, parágrafo 1º, Item III, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial em igual valor, da dotação orçamentária que se segue da Secretaria de Serviços Sociais:

15814862.046 - Subvenções à Entidades Privadas
3.2.1.0 - Subvenções Sociais

- Associação de Pais e Mestres do Centro de Ensino de Primeiro Grau Nº 08 - Guará II. 5.000,00
- Associação de Mães, Protetores, Amigos e Recuperadores de Excepcionais - AMPARE... 8.000,00
- Associação de Pais e Mestres do Jardim da Infância da SQS 308.. 2.000,00
- Associação dos Servidores do Senado Federal... 4.000,00
- Associação Nacional de Escritores... 1.000,00
- Centro Assistencial e Educacional Planalto - CAEP... 37.0000,00
- Centro de Ensino Memorial Evangelico - Mantido por:
(Sendo Cr$ 1.000,00 para bolsa de estudo) 2.000,00
- Centro de Estudos Pedagógicos Mantido por; Inspetoria São João Bosco - Belo Horizonte- MG... 1.000,00
- Centro Educacional da Audição e Linguagem Ludovico Pavoni - Mantido por: Associação das Obras Pavonianas de Assistência - São Paulo- SP... 1.000,00
- Centro Educacional Maria Auxiliadora... 2.000,00
- Clube da Imprensa de Brasília... 8.000,00
- Clube do Congresso... 16.000,00
- Colégio Nosssa Senhora de Fátima- Brasília - DF. Mantido por: Sociedade Caritativa e Literaria São Francisco de Assis - Zona Norte- Santa Maria - RS... 2.000,00
- Colégio Notre Dame... 2.000,00
- Colegio Pio XII... 2.000,00
- Colégio Santa Dorotéia... 6.000,00
- Escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima.. 1.000,00
- Ginásio Industrial Champagnat - Brasília- DF - Mantido por: União Norte - Brasileira de Educação e Cultura - UNBEC - Recife - PE... 2.000,00
- Inspetoria São João Bosco... 1.000,00
- Instituto Cultural Brasília.. 4.000,00
- Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal... 1.000,00
- Instituto Nossa Senhora do Perpétuo Socorro Brasília- DF. Mantido por: Sociedade das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração - São Paulo -SP... 1.000,00
- Instituto São José - Brasilia- DF - Mantido por: Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade - Belo Horizonte - MG... 4.000,00
- Obras de Educação e Assistência Social da Paróquia de Planaltina... 2.000,00
- Obras Pavonianas de Assistência - Gama - Mantida por: Associação das Obras Pavonianas de Assistência - São Paulo - SP... 4.000,00
- Sociedade Bíblica do Brasil... 4.000,00

Art. 3º - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 3º trimestre, das atividades mencionadas neste Decreto.

Artº. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 26 de julho de 1977
89º da República e 18º de Brasilia
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº 3.795 DE 26 DE JULHO DE 1977

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 113.000,00 (cento e treze mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976, combinado com o Art. 41, Item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 011.028/77,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Serviços Sociais, o crédito suplementar no valor de Cr$ 113.000,00 (cento e treze mil cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:
15814862.046 - Subvenções à Entidades Privadas
3.2.1.0. - Subvenções Sociais
- Ação Social do Planalto 14.000,00
- Aldeias Infantis S.O.S. do Distrito Federal 1.000,00
- Associação das Antigas Alunas Dorotéias de Brasília 1.000,00
- Casa da Criança Pão de Santo Antônio 6.000,00
- Casa de Ismael 14.000,00
- Casa do Ceará em Brasília 2.000,00
- Centro Assistencial e Educacional da Paróquia da Santa Cruz 6.000,00
- Centro Comunitário São João Bosco (Ceilândia). 2.000,00

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial", será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.
- Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.
- As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.
- Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.
- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

- A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL

do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal
Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR

ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti -6º andar

Telefones: Direto: 25.7803 - PABX - 256830 Ramal 312

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$ 168,00
Semestral ..... Cr$ 84,00

FUNCIONÁRIOS

Anual ..... Cr$ 132,00
Semestral ..... Cr$ 66,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 60,00 anuais.

NUMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DA MATÉRIA

-Os originais para publicação, aevidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel, tamanho oficio, em espaço dois sem rasuras nem emendas.

Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se, em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nitida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

- (Decreto Nº 3.282 de 15.06.76 - "DO" de 16.06.76) e Portaria Nº 199/SEA (Publicada no "DO" Nº 06 de 24/06/76).

- Centro Comunitário São João Bosco - Mantido pelo CNEC.	10.000,00
- Centro Espírita Fraternidade Allan Kardec - Taguatinga	1.000,00
- Centro Espírita Sebastião o Mártir - Núcleo Bandeirante	3.000,00
- Centro Social Paroquial São Judas Tadeu	2.000,00
- Comunhão Espírita de Brasília	3.000,00
- Desafio Jovem de Brasília DJB	3.000,00
- Escola Profissional Doméstica de Taguatinga	3.000,00
- Grêmio Espírita Atualpa Barbosa Lima	1.000,00
- Lar das Crianças de Matildes - Taguatinga	6.000,00
- Lar das Meninas São Judas Tadeu	10.000,00
- Lar Educandário Nossa Senhora Mont Serrat	1.000,00
- Obras Sociais da Ordem Espiritualista Cristã - Planaltina.	1.000,00
- Sindicatos dos Jornalistas Profissionais	12.000,00
- Sociedade da Congregação Romana de São Domingos	1.000,00
- Sociedade Pestalozzi de Brasília	6.000,00
- União dos Escoteiros do Brasil - Região do Distrito Federal	4.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, Parágrafo 1º, Item III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial em igual valor, da dotação orçamentária que se segue da Secretaria de Educação e Cultura:

08472352.037 - Assistência Financeira à Entidades Privadas do Distrito Federal
3.2.1.0. - Subvenções Sociais

- Ação Social do Planalto	14.000,00
- Aldeias Infantis S.O.S. do Distrito Federal	1.000,00
- Associação das Antigas Alunas Dorotéias de Brasília	1.000,00
- Casa da Criança Pão de Santo Antônio	6.000,00
- Casa de Ismael	14.000.00
- Casa do Ceará em Brasília	2.000,00
- Centro Assistencial e Educacional da Paróquia da Santa Cruz	6.000,00
- Centro Comunitário São João Bosco (Ceilândia)	2.000,00
- Centro Comunitário São João Bosco - Mantido pelo CNEC	10.000,00
- Centro Espírita Fraternidade Allan Kardec - Taguatinga	1.000,00
- Centro Espírita Sebastião o Mártir - Núcleo Bandeirante	3.000,00
- Centro Social Paroquial São Judas Tadeu	2.000,00
- Comunhão Espírita de Brasília	3.000,00
- Desafio Jovem de Brasília DJB	3.000,00
- Escola Profissional Doméstica de Taguatinga	3.000,00
- Grêmio Espírita Atualpa Barbosa Lima	1.000,00
- Lar das Crianças de Matildes - Taguatinga	6.000,00
- Lar das Meninas São Judas Tadeu	10.000,00
- Lar Educandário Nossa Senhora Mont Serrat	1.000,00
- Obras Sociais da Ordem Espiritualista Cristã - Planaltina	1.000,00
- Sindicatos dos Jornalistas Profissionais	12.000,00
- Sociedade da Congregação Romana de São Domingos	1.000,00
- Sociedade Pestalozzi de Brasília	6.000,00
- União dos Escoteiros do Brasil - Região do Distrito Federal	4.000,00

Art. 3º - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 3º Trimestre, das atividades mencionadas neste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 26 de julho de 1977

89º. Da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº 3.796 DE 26 DE JULHO DE 1977

Institui o Programa de Emprego do Distrito Federal - SINE/DF e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 20, inciso II da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Emprego do Distrito Federal - SINE/DF, vinculado ao Sistema Nacional de Emprego - SINE, de que trata o Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975.

Art. 2º - O SINE/DISTRITO FEDERAL, tem por finalidade localizar e identificar no âmbito do Distrito Federal, as inadequações que se manifestem entre a força de trabalho e os postos de trabalho, propondo à Coordenação do Sistema Nacional de Emprego - SINE as medidas necessárias à ordenação do mercado de trabalho.

Parágrafo único - O Governador do Distrito Federal fixará as diretrizes do SINE/DF e estabelecerá a Política de Emprego do Distrito Federal.

Art. 3º - Constituem objetivos específicos do SINE/DF:

I - identificar e analisar as inadequações estruturais e conjunturais, no tempo e no espaço, entre a força de trabalho e os postos de trabalho;

II - elaborar estudos e propor medidas para a formulação de políticas de emprego;

III - produzir dados e informações necessárias à orientação e ao desenvolvimento do mercado de trabalho;

IV - sistematizar e dinamizar os métodos e processos de intermediação entre a força de trabalho e os postos de trabalho, inclusive apoiando as agências públicas e particulares de colocação;

V - criar oportunidades para o aperfeiçoamento da força de trabalho ocupada em atividades sujeitas a constantes modificações tecnológicas;

VI - integrar na comunidade de trabalho, a mão - de - obra subempregada e a desempregada, através da adequação aos postos de trabalho existentes e a serem criados;

VII - fornecer aos Sistemas Educacional e de Formação de Mão -de-Obra subsídios para a elaboração de programas de treinamento profissional adequado às necessidades do mercado;

VIII - organizar o mercado de trabalho nos setores de menor poder de competição, relativamente à produção e comercialização de bens e serviços, de forma a conferir sistematicidade às ocupações exercidas; e

IX - dinamizar reforçar e implantar mecanismos destinados ao apoio e valorização de recursos humanos.

Art. 4º - A supervisão e o controle das atividades técnico - administrativa do SINE/DF serão realizadas pela Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal, observadas as normas da Coordenação do Sistema Nacional de Emprego - SINE.

Parágrafo único - O Secretário de Serviços Sociais baixará as normas regulamentares sobre as diretrizes do Programa e a forma de sua execução.

Art. 5º - A operacionalização do SINE/DF será efetuada pela Secretaria de Serviços Sociais, de forma integrada com os órgãos do Complexo Administrativo do Distrito Federal, e com a Coordenação do Sistema Nacional de Emprego - SINE.

Art. 6º - Os órgãos do Complexo Administrativo do Distrito Federal apresentarão, em caráter prioritário, as informações e o apoio de que o Programa de Emprego necessitar para atendimento de suas finalidades.

Art. 7º - A implantação, e operacionalização do SINE/DISTRITO FEDERAL, serão custeadas com recursos do Ministério do Trabalho e do Governo do Distrito Federal, conforme consta do Convênio SINE/MTb nº 27.01/76.

Parágrafo único - Os recursos referidos neste artigo serão incorporados ao orçamento da Secretaria de Serviços Sociais e por ela administrados diretamente.

Art. 8º - O presente Decreto integra o Livro V, da Consolidação das Normas de Organização Administrativa do Distrito Federal, nos termos do Artigo 6º, do Decreto nº 1.891, de 21 de dezembro de 1971.

Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 26 de julho de 1977
89º da República e 18º de Brasília.
ELMO SEREJO FARIAS
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA

DECRETO Nº 3.797 DE 26 DE JULHO DE 1977

Aprova a planta do setor que menciona

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item II, do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o constante do Processo nº 008817/76,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovada a planta nº SHI/N e S, CE - 1/2, que modifica e substitui a CE - 1/1, do Código de Edificações de Brasília, do Setor de Habitações Individuais Norte e Sul.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 26 de julho de 1977

89º da República e 18º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

DECRETO Nº 3.798 DE 26 DE JULHO DE 1977

Aprova a planta do setor que menciona.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item II, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o constante do processo nº 062403/74,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovada a planta nº RA - VII PR - 1/1, que define a criação de Áreas Especiais 1 e 2 da Região Administrativa VII (Sudeste) Paranoá.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 26 de julho de 1977

89º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

DECRETO Nº 3.799 DE 26 DE JULHO DE 1977

Aprova a planta do setor que menciona.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item II, do artigo 20, da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o constante do Processo nº 916.749/72,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovada a planta nº SIA PR - 25/1, que define a Área Especial nº 56.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 26 de julho de 1977

89º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

DECRETO N.º 3.800 DE 28 DE JULHO DE 1977

Considera como funções de assessoramento superior as atividades que especifica, dispõe sobre a indicação de servidores para o desempenho dessas funções, e dá outras providências.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

D E C R E T A :

Art. 1º - São consideradas como funções de assessoramento superior ao Governo do Distrito Federal, as atividades afetas às equipes técnicas constituídas para a elaboração dos estudos, programas e projetos a serem executados com os recursos do Convênio firmado, em 9 de março de 1976, entre a Secretaria de Planejamento, da Presidência da República e o Distrito Federal.

Art. 2º - Para cumprimento das obrigações assumidas pelo Governo do Distrito Federal no Convênio a que se refere o artigo anterior, o Secretário do Governo fica autorizado a requisitar aos diversos órgãos da Administração Direta, às entidades da Administração Indireta e às Fundações, servidores para execução das atividades de que trata este Decreto.

Art. 3º - Os servidores requisitados na forma do artigo anterior, serão colocados pelo Secretário do Governo à disposição do Grupo de Coordenação constituído pelo Decreto nº 3.222, de 22 de abril de 1976 e passarão a perceber, à conta do Convênio, a retribuição que lhes for atribuída por esse Grupo.

Art. 4º - Somente poderão ser requisitados para o desempenho das funções de assessoramento superior de que trata este Decreto, servidores que possuam formação de nível superior ou habilitação legal equivalente e comprovados conhecimentos e experiência na área de atividades em que forem atuar.

Art. 5º - A escolha para o desempenho das funções de assessoramento de que trata este Decreto, não poderá recair em ocupante de cargo ou função integrante dos Grupos-Direção e Assessoramento Superiores e Direção e Assistência Intermediárias.

Art. 6º - O servidor público designado para as funções de assessoramento superior ficará automaticamente afastado do respectivo cargo ou emprego enquanto perdurar a prestação de serviços, deixando de perceber o vencimento, o salário ou qualquer retribuição, acessória ou não, correspondente ao cargo ou emprego público, exceção feita ao salário família.

Art. 7º - O servidor designado para as funções de que trata este Decreto continuará a contribuir para a instituição de previdência a que for filiado e o tempo de serviço correspondente ao afastamento será contado para todos os efeitos legais inerentes ao cargo ou emprego de que seja titular.

Art. 8º - O presente Decreto integra o Livro IV, da Consolidação das Normas de Organização Administrativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 5º, do Decreto nº 1.891, de 21 de dezembro de 1971.

Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de Julho de 1977
89º da República e 18º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
JORGE CAETANO
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
WLADIMIR MURTINHO
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO
MARIVAL PEREIRA TAVIOGA
JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
JOSÉ GERALDO MACIEL
PEDRO DO CARMO DANTAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO

Secretaria de Finanças

DECRETO DE 26 DE JULHO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, PEDRO ERNESTO DOS SANTOS FILHO, *Contador, Código* NS- 716.4, *matrícula* nº 14.990, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC- 3, de Assistente de Auditor, do Departamento de Auditoria, da Secretaria de Finanças.

DISTRITO FEDERAL, 26 de julho de 1977
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 26 DE JULHO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear RÔMULO MARTINS LAGE, Contador, NS- 716.7, matrícula nº 6.205, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo *em Comissão, Código* DAS- 102.1, de Auditor, do Departamento de Auditoria, da Secretaria de Finanças.

DISTRITO FEDERAL, 26 de julho de 1977
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

Secretaria de Saúde

DECRETO DE 27 DE JULHO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, *no uso das atribuições que*

lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 15, dos Estatutos da Fundação Hospitalar do Distrito Federal; aprovado pelo Decreto nº 2.845, de 28 de fevereiro de 1975,

RESOLVE:

Designar AVARD MOREIRA CABRAL, para exercer a função de Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Distrito Federal, 27 de julho de 1977.
ELMO SEREJO FARIAS
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO.

DESPACHOS

PROCESSO Nº 18.764/77
INTERESSADO: JOSE ALVARES FILHO - 2º Sgt PM
ASSUNTO: Requisição do referido policial militar pela Presidência da República.
DESPACHO:

DE ACÓRDO. AUTORIZO. PUBLIQUE - SE. Remeta - se o presente processo ao Secretário de Segurança Pública para as providências necessárias.

Brasília, DF, 27 de julho de 1977.

ELMO SEREJO FARIAS - GOVERNADOR.

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº. 15 DE 25 DE JULHO DE 1977

O PRESIDENTE DO CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Capítulo II, artigo 7º., das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº. 3.537, de 30.12.76 e, ainda, nos termos do item IV alínea "b", artigo 14, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 3.338, de 30.07.76, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 03.08.76,

RESOLVE:

1º. - destacar, na forma dos quadros em anexo, às Divisões de Cadastro Financeira da Coordenação do Sistema de Pessoal e de Programação e Controle da Coordenação do Sistema de Material da Secretaria de Administração, os valores correspondentes aos elementos de despesas a serem empenhados, no terceiro trimestre, por esses Órgãos;

2º. - autorizar a Seção de Pessoal e Finanças da Divisão de Administração Geral, do Conselho Penitenciário do Distrito Federal a movimentar os valores correspondentes aos elementos de despesa constantes do quadro em anexo.

Brasília, 25 de julho de 1977

ABELARDO DA SILVA GOMES
Presidente

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 15 DE 25 DE JULHO DE 1977

Unidade Orçamentária : CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL Órgão Movimentador : DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL - SEA		
ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	VALOR Cr$	TOTAL Cr$
2.008 - Manutenção das Atividades do CPDF		
Pessoal e Encargos Sociais	1.656.231,00	1.656.231,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 15 DE 25 DE JULHO DE 1977

Unidade Orçamentária : CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL Órgão Movimentador : DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL - SEA		
ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	VALOR Cr$	TOTAL Cr$
2.008 - Manutenção das Atividades do CPDF		
3.1.2.0 - Material de Consumo	85.000,00	
4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações	242.507,00	
4.1.4.0 - Material Permanente	90.000,00	417.507,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 15 DE 25 DE JULHO DE 1977

Unidade Orçamentária : CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL Órgão Movimentador : SEÇÃO DE PESSOAL E FINANÇAS		
ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	VALOR Cr$	TOTAL Cr$
2.008 - Manutenção das Atividades do CPDF		
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros	330.000,00	
3.1.4.0 - Encargos Diversos	30.000,00	360.000,00

Gabinete Civil

PORTARIA Nº. 09 DE 26 DE JULHO DE 1977

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 7º., Capítulo II, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº. 3.537, de 30 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

Alterar, na forma do quadro anexo, a Portaria nº. 08 de 1º. de julho de 1977.

Brasília, 26 de julho de 1977

JORGE DA MOTTA E SILVA
Chefe do Gabinete Civil

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 09 DE 26 DE JULHO DE 1977.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: GABINETE DO GOVERNADOR ÓRGÃO MOVIMENTADOR: SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DO GAG.		
ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
GAG 2.003-Assessoramento Superior		
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros	330.000,00	1.096.133,00
3.1.4.0 - Encargos Diversos	930.000,00	541.034,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 09 DE 26 DE JULHO DE 1977.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: GABINETE DO GOVERNADOR
ÓRGÃO MOVIMENTADOR: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL-SEA

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS		
GAG 2.003-Assessoramento Superior		
3.1.2.0 - MATERIAL DE CONSUMO	-	49.322,00
4.1.3.0 - EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	80.000,00	285.032,00
4.1.4.0 - MATERIAL PERMANENTE	-	41.160,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 09 DE 28 DE JULHO DE 1977

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: GABINETE DO GOVERNADOR
ÓRGÃO MOVIMENTADOR : DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL - SEA.

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
GAG 2.003-Assessoramento Superior		
Pessoal e Encargos Sociais	5.356.096,00	6.180.939,00

PORTARIA DE 28 DE JULHO DE 1977

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, do Decreto 3.466, de 07 de dezembro de 1976, e tendo em vista o parecer da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos e a autorização do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, no processo nº 4114/77 - SEA,

RESOLVE:

Conceder, nos termos do inciso I e do parágrafo 2º, do artigo 1º do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976, a gratificação pela representação de gabinete, no valor de Cr$ 900,00 (novecentos cruzeiros), à servidora Sara Batista Pereira, matrícula nº 99.700, no encargo de "Auxiliar C", do Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Distrito Federal, 28 de julho de 1977
(as.) JORGE DA MOTTA E SILVA -
Chefe do Gabinete Civil

PORTARIA DE 28 DE JULHO DE 1977

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 3º, do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

Mandar cessar a gratificação de representação de gabinete, no valor de Cr$ 900,00 (novecentos cruzeiros), concedida pela Portaria de 23 de fevereiro de 1977, ao servidor Hélio Netto, matrícula nº 10.374, no encargo de "Auxiliar C", do Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Distrito Federal, 28 de julho de 1977.
(as.) JORGE DA MOTTA E SILVA -

Chefe do Gabinete Civil

ÓRGÃOS VINCULADOS AO GABINETE CIVIL

ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS - A.U.D.

Atos do Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 034 DE 25 DE JULHO DE 1977

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuida pelo inciso II do Artigo 2º do Decreto nº 2.519 de 28 de dezembro de 1973, combinado com o inciso II do Artigo 8º do Regimento desta Administração aprovado pelo Decreto nº 2.520, da mesma data,

RESOLVE:

Designar PORFIRIO MAGALHÃES SOUZA, Aux. Técnico de Administração II, Símbolo EP/16, matrícula 027/AUD, para responder pelo SERVIÇO FINANCEIRO desta Administração, no período de férias de seu titular.

Brasília - DF, 25 de julho de 1977

TAQUEGI KORESSAWA
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 035 DE JULHO DE 1977

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso II do Artigo 2º do Decreto nº 2.519 de 28 de dezembro de 1973, combinado com o inciso II do Artigo 8º, do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2.520, da mesma data,

RESOLVE:

Designar, WILSON JOSÉ DE AZEVEDO, matrícula 009/AUD, Auxiliar Técnico de Administração II, símbolo EP/16, para responder pelo Emprego em Comissão de Assistente Técnico, EC/05, no período de férias de seu titular.

Brasília - DF, 25 de julho de 1977

TAQUEGI KORESSAWA
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 036/77 - SUP DE 26 DE JULHO DE 1977

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe as Normas de Execução Orçamentária e Financeira e com base no Decreto nº 3.537, de 31 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

Fica o Serviço Financeiro desta Administração autorizado a movimentar os valores correspondentes aos Grupos de Despesas constantes do Quadro em anexo, referente ao 3º Trimestre do Corrente Exercício.

Brasília - DF, 26 de julho de 1977

TAQUEGI KORESSAWA
Superintendente

Quadro a que se refere a ordem de serviço n.º 036/77-SUP/AUD

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS DO DF. - A. U. D.
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: SERVIÇO FINANCEIRO

ATIVIDADES E/OU PROJETOS - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
ATIVIDADE - A U D 2 007 - Manutenção das Atividades da Administração das Unidades Desportivas do Distrito Federal- AUD.		
- Pessoal e Encargos Sociais	453.533,00	
- Outras Despesas Correntes	1.300.000,00	
- Capital	47.847,00	
		1.801.380,00

Gilda Tomaz
Chefe do Serviço Financeiro
AUD - CRC 1484

TAQUEGI KORESSAWA
Superintendente

SECRETARIA DO GOVERNO

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

Atos do Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE JULHO DE 1977

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Decreto nº 3.537, de 30.12.76,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma dos quadros anexos, os valores destacados pela Ordem de Serviço de 01 de julho de 1977.

Brasília, 25 de julho de 1977

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE JULHO DE 1 977.
TRIMESTRE: 3º (TERCEIRO) TRIMESTRE.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : SEÇÃO FINANCEIRA - DAG - RA-II.

A T I V I D A D E / P R O J E T O	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
2.014 - Manutenção das Atividades da Administração Regional do Gama.		
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros.....	48.000,00	56.020,60
1.017 - Construção de Centros Recreativos e Desportivos do Gama.		
4.1.1.0 - Obras Públicas.....	1.500.000,00	2.000.000,00
1.019 - Urbanização da Região Administrativa do Gama.		
4.1.1.0 - Obras Públicas.....	3.850.000,00	7.154.500,00
2.015 - Custeio do Sistema de Iluminação Pública do Gama.		
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros.....	227.000,00	364.851,00
2.067 - Manutenção da Patrulha Motomecanizada do Gama.		
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros.....	160.295,00	161.370,00
2.068 - Conservação de Edifícios e Logradouros Públicos do Gama.		
4.1.1.0 - Obras Públicas.....	220.000,00	300.000,00
2.069 - Conservação de Áreas Urbanizadas do Gama.		
4.1.1.0 - Obras Públicas.....	191.160,00	192.702,00
TOTAL	6.196.455,00	10.229.443,60

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE JULHO DE 1 977
TRIMESTRE: 3º (TERCEIRO) TRIMESTRE.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO - CSP - SEA.

ATIVIDADE / PROJETO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
2.014 - Manutenção das Atividades da Administração Regional do Gama.		
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....	1.289.090,00	1.312.902,00
TOTAL	1.289.090,00	1.312.902,00

Raimundo Feliz da Silva
Chefe da Seção Financeira

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE JULHO DE 1 977.
TRIMESTRE: 3º (TERCEIRO) TRIMESTRE.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE - CSM - SEA.

ATIVIDADE / PROJETO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
2.014 - Manutenção das Atividades da Administração Regional do Gama.		
3.1.2.0 - Material de Consumo.....	31.297,00	53.860,40
4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações.....	10.000,00	12.458,00
4.1.4.0 - Material Permanente.....	20.000,00	20.163,00
1.014 - Reequipamento da Frota Motomecanizada da Região Administrativa do Gama.		
4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações.....	-	359.452,00
TOTAL	61.297,00	445.933,40

Raimundo Feliz da Silva
Chefe da Seção Financeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 25 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 218 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e tendo em vista o constante do Processo nº. 034.301/75,

RESOLVE:

Designar LAILA DE LOURDES RAMOS DOURADO, EDISON DEL PAPA e ROBERTO WALTER DE CASTRO, Assessores, Código DAS - 102.1, da Supervisão de Processos Administrativos desta Secretaria, para sob a presidência do primeiro, constituirem a Comissão de Processo Administrativo incumbida de apurar os fatos de que trata o referido processo.

Brasília, 25 de julho de 1977

JORGE CAETANO
Secretário de Administração
Substituto

PORTARIA DE 26 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº. 2.951, de 22 de julho de 1975, NILO AIRES CIRQUEIRA, Agente de Portaria, Classe "B", Código TP - 602.2, matrícula nº. 16.832, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Informação e Reprodução, Símbolo FC - 5, da Divisão de Arquivo Central da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa desta Secretaria, no período de 01 a 30 de agosto de 1977, por motivo de férias do titular.

Brasília, 25 de julho de 1977

JORGE CAETANO
Secretário de Administração
Substituto

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Atos do Diretor

Processo nº.: 21416/77
Interessado: ADELAIDE NOLETO TEIXEIRA
Matrícula: 3.692
Assunto: Reassunção de Licença para Trato de Interesse Particular

Despacho: Autorizo a reassunção de Licença para Trato de Interesse Particular a partir de 21 de julho de 1977.

Em 21 de julho de 1977

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal

PROCESSO Nº.: 122160/77
INTERESSADO: ABDIEL DOS REIS LANDIM
ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE DECÊNIO

DESPACHO:

Nos termos do Regimento da Secretaria de Administração do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº. 2.978, de 14.08.75, em combinação com os artigos 2º. do Decreto nº. 649, de 31 de agosto de 1.967, retifico o decênio que deu origem à concessão da LICENÇA ESPECIAL de 06 (seis) meses, publicada no "DO-DF" nº. 138, de 21.07.77 - Pag. 28, a ABDIEL DOS REIS LANDIM, Datiloscopista Policial - Classe "B" Código PC - 206.3, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar o período de 12.06.67 a 08.06.77.

Brasília - DF, 22 de julho de 1977

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal
CSP- SEA

SEÇÃO DE CADASTRO FUNCIONAL

LICENÇA ESPECIAL - DEFERIDO

Despacho: CONCEDO, nos termos do artigo 2º, combinado com o artigo 5º, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967, LICENÇA ESPECIAL de seis meses aos funcionários abaixo qualificados.

Proc.: 109279/75
Nome: Aldiva Oliveira Paraguassú
Matrícula: 6.925 - SEA
Cargo: Enfermeiro
Nível: 20 - A
Relativo ao decênio de: 01.03-.66 a 04.04.76

Proc.: 429917/77
Nome: Maria José Braga
Matrícula: 3.220 - SEC
Cargo: Professor de Ensino Elementar
Nível 13 - B
Relativo ao decênio de: 12.03.62 a 27.05.72

Proc.: 177295/77
Nome: Solon Pereira Borges
Matrícula: 2.934 - RA - II
Cargo: Servente
Nível: 05
Relativo ao decênio de: 01.04.67- a 29.06.77

Proc.: 052410/77
Nome: João Pinheiro das Dores
Matrícula: 12.746 - SEF
Cargo: Agente Administrativo - Classe "B"
Nível: Cód. SA - 401.3
Relativo ao decênio de: 01.06.67 a 03.06.77

Proc.: 008606/77
Nome: João Deolindo de Souza
Matrícula: 17.265 - SVO
Cargo: Trabalhador
Nível: 01
Relativo ao decênio de: 01.05.67 a 25.06.77

Proc.: 007870/77
Nome: Valdomiro Miranda de Souza
Matrícula: 1.728 - SVO
Cargo: Agente de Portaria - Classe "C"
Nível: Cód. TP - 602.4
Relativo ao decênio de: 01.04.67 a 07.06.77

Proc.: 019312-/77
Nome: Ignez Silva de Miranda
Matrícula: 5.916 - SEG
Cargo: Agente Administrativo Classe "C"
Nível: Cód. SA - a401.4
Relativo ao decênio de: 01.07.67 a 27.06.77

Proc.: 196027/77
Nome: Antonio Veloso Dourado de Azevedo
Matrícula: 03763 - RA - IV
Cargo: Agente Cinefotografia de Microfilmagem - "B"
Nível: Cód. NM - 813.4
Relativo ao decênio de: 29.04.66 a 12.09.76

Proc.: 051133/77
Nome: Benilde Cardozo Rosa
Matrícula: 9.034 - PRG
Cargo: Agente Administrativo - Classe "B"
Nível: Cód. SA - 401.3
Relativo ao decênio de: 14.03.67 a 08.05.77

Proc.: 053021/77
Nome: José Sales
Matrícula: 13.388 - SEF
Cargo: Auxiliar de Bombeiro Hidráulico
Nível: 05
Relativo ao decênio de: 03.06.60 a 31.05.70

Proc.: 429981/77
Nome: Maria Emília Ribeiro de Siqueira
Matrícula: 3.166 - SEC
Cargo: Professor de Ensino Elementar
Nível: 13 - B
Relativo ao decênio de: 01.07.64 a 16.07.74

Proc.: 017309/77
Nome: Abelino Machado da Silva
Matrícula: 17.597 - SEA
Cargo: Agente de Portaria - Classe "C"
Nível: Cód. TP - 602.4
Relativo ao decênio de: 06.06.67 a 02.06.77 (2-º Decênio).

Proc.: 017714/77
Nome: Angela Maria Braga Andrade
Matrícula: 3.732 - SEC
Cargo: Professor de Ensino Médio
Nível: Cód. MG1.02.19
Relativo ao decênio de: 01.12.66 a 14.03.77

Proc.: 019057/77
Nome: Osvaldo Isaias de Mendonça
Matrícula: 10.552 - SEA
Cargo: Auxiliar de Artífice (Mec. de Máquinas)
Nível: 05
Relativo ao decênio de: 01.07.63 a 27.06.73

Proc.: 019871/77
Nome: José Machado Sobrinho
Matrícula: 11.047 - SAP
Cargo: Agente de Portaria - Classe "C"
Nível: Cód. TP - 602.4
Relativo ao decênio de: 02.07.67 - a 28.06.77 (2º Decênio).

Proc.: 009526/77
Nome: Helena Vieira Bezerra
Matrícula: 15.638 - SEG
Cargo: Telfonista
Nível: 07 - B
Relativo ao decênio de: 01.04.67 a 16.06.77

Proc.: 342879/72
Nome: Therezinha Vieira Inserti
Matrícula: 3.603 - SEC
Cargo: Professor de Ensino Elementar
Nível: 13 - B
Relativo ao decênio de: 01.09.65 a 04.12.75

Proc.: 103112/76
Nome: Edgar Branco de Jesus Godoy
Matrícula: 5.872 - SES
Cargo: Agente Administrativo Classe "B"
Nível: Cód. SA - 401.3
Relativo ao decênio de: 01.03.64 a 25.05.74

Brasília, 18 de julho de 1977

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal
CSP - SEA

GERALDO COSTA
Seção de Cadastro Funcional - DRM-P/CSP
Chefe

DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

SEÇÃO DE PROCESSAMENTO DE VANTAGENS

Atos do Chefe

Senhor Diretor:

Tendo em vista o que consta do Laudo Médico nº 249/77, emitido em nome do (a) funcionário (a) JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS FILHO matrícula nº 16.785, lotado (a) na SEA, sugerimos conceder ao (a) referido (a) funcionário (a) prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde, EX-OFFICIO, a partir de 01/julho/77 data do término de sua última licença, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95, Parágrafo Único e 97 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 20 de julho de 1977

ALONSO FERREIRA DA SILVA
Seção de Processamento de Vantagens - DCFI - CSP
Chefe

DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

Nome: José Pereira dos Santos Filho
Matrícula: 16.785
Cargo: Servente - Nível 05
Lotação: SEA
Assunto: PLTS - EX. OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo ítem I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX. OFFICIO", Prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 01/julho/77 até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95, Parágrafo Único e 97 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

PUBLIQUE - SE

Brasília, 20 de julho de 1977

ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
CSP - SEA - GDF

Senhor Diretor:

Tendo em vista o que consta do Laudo Médico nº 240/77, emitido em nome do (a) funcionário (a) MANOEL LIBERATO FERREIRA, matrícula nº 09.943, lotado (a) na SEA/DRMP, sugerimos conceder ao (a) referido (a) funcionário (a) prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde, EX-OFFICIO, a partir de 01/julho/77 data do término de sua última licença, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95, Parágrafo Único e 97 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 20 de julho de 1977

ALONSO FERREIRA DA SILVA
Seção de Processamento de Vantagens - DCFI - CSP
Chefe

DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

Nome: MANOEL LIBERATO FERREIRA
Matrícula: 09.943
Cargo: Armazenista - Nível 08 - A
Lotação: SEA/DRMP
Assunto: PLTS - EX. OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo ítem I, Artigo 8º., Anexo I, do Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX. OFFICIO", Prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 01/julho/77 até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95, Parágrafo Único e 97 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

PUBLIQUE - SE

Brasília, 20 de julho de 1977

ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
CSP - SEA - GDF

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 18/77- SEF, DE 26 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 7º, Capítulo II, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, estabelecidas pelo Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

I- Alterar, na forma dos quadros anexos, os valores destacados pela Portaria nº 16/77- SEF, de 05 de julho de 1977.

Distrito Federal, 26 de julho de 1977

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS

ANEXO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 18 /77-SEF, DE 26 DE julho DE 1977

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Finanças

ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: Seção de Orçamento e Finanças

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTO	SITUAÇÃO		TOTAL
	ANTERIOR	ATUAL	
2.035 - ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE FAZENDÁRIO			
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros	600.000,00	1.826.193,35	
3.1.4.0 - Encargos Diversos	380.000,00	380.000,00	
1.072 - CADASTRO E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO			
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros	970.000,00	1.673.627,00	
1.071 - COMISSÃO DE CAMPANHAS DE INCENTIVO À ARRECADAÇÃO			
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros	-	1.544.811,00	
3.1.4.0 - Encargos Diversos	300.000,00	497.053,00	
1.068 - FINANCIAMENTO A PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO			
4.2.6.0 - Diversas Inversões Financeiras	80.000.000,00	96.872.770,00	
1.069 - FINANCIAMENTO A PROGRAMAS DE HABITAÇÃO POPULAR			
4.2.6.0 - Diversas Inversões Financeiras	7.356.900,00	8.356.900,00	
1.070 - FUNDO DE FINANCIAMENTO PARA ÁGUA E ESGOTOS DO DISTRITO FEDERAL-FAE-DF			
4.2.6.0 - Diversas Inversões Financeiras	17.500.000,00	17.500.000,00	
			128.651.354,35

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FINANÇAS

ANEXO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 18 /77-SEF, DE 26 DE julho DE 1977

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Finanças

ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: Divisão de Cadastro Financeiro

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	SITUAÇÃO		TOTAL
	ANTERIOR	ATUAL	
2.035 - ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE FAZENDÁRIO			
Pessoal e Encargos Sociais	15.261.458,00	15.356.414,00	
			15.356.414,00

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS

ANEXO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 18 /77-SEF, DE 26 DE julho DE 1977

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : Secretaria de Finanças
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : Divisão de Programação e Controle

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTO	SITUAÇÃO		TOTAL
	ANTERIOR	ATUAL	
2.035 - ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE FAZENDÁRIO			
3.1.2.0 - Material de Consumo	300.000,00	297.263,65	
4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações	-	-	
4.1.4.0 - Material Permanente	5.000,00	5.000,00	
1.149 - APERFEIÇOAMENTO DOS SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			
4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações	-	5.500.000,00	
			5.802.263,65

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS

ANEXO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 18 /77-SEF, DE 26 DE julho DE 1977

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Finanças
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: Divisão de Liquidação

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	SITUAÇÃO		
	ANTERIOR	ATUAL	
2.035 - ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE FAZENDÁRIO 3.1.5.0 - Despesas de Exercícios Anteriores	-	80.000,00	80.000,00

PORTARIA DE 25 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 81, item XII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.863, de 21 de março de 1975, tendo em vista o disposto na alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975 e o que consta do processo nº 054.037 77,

RESOLVE:

Designar MILTON GONÇALVES DE ARAÚJO, Servente, nível 05, matrícula nº 17.470, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção da Receita, Símbolo FC- 03, da Divisão da Receita do Gama, do Departamento da Receita, desta Secretaria, no período de 15 de agosto a 13 de setembro de 1977, por motivo de férias regulamentares.

Distrito Federal, 25 de julho de 1977

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 26 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 81, item XII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.863, de 21 de março de 1975 e tendo em vista o disposto na alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:

Designar NILMA IARA TEIXEIRA ALMEIDA, Assessor Técnico, matrícula nº 18.815, para substituir o Coordenador da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial, Código DAS- 101.2, desta Secretaria, no período de 29.07 a 27.08.77, por motivo de férias regulamentares.

Distrito Federal, 26 de julho de 1977

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DEPARTAMENTO DA RECEITA

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 12 /77-DpR

Estabelece procedimentos destinados à concessão de Gratificação de Produtividade aos Fiscais de Tributos lotados no Departamento da Receita, aprova formulários e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA, no uso das suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto nos artigos 3º, 4º e 8º, § 2º, da Portaria nº 17/77-SEF, de 14 de julho de 1977,

R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam aprovados os Anexos I e II desta Ordem de Serviço, respectivamente, "Relatório de Atividades Diárias-RAD" e o "Relatório de Apuração da Produtividade-RAP".

§ 1º - O RAD será preenchido pelo Fiscal de Tributos, em duas vias, com a seguinte destinação:

a) 1a. via - arquivo do órgão de lotação do funcionário;

b) 2a. via - visada e recibada pelo Chefe imediato, será devolvida ao Fiscal de Tributos, para controle próprio.

§ 2º - O RAD abrangerá o período de 26 de um mês a 25 do mês seguinte, excessão do mês de julho de 1977, que será de 1º a 25.

§ 3º - O "Código de Atividades" será determinado pela junção dos números indicativos nas colunas "atividades" e "natureza dos serviços", contidos nos Anexos I e II da Portaria nº 17/77-SEF.

§ 4º - Sempre que o desempenho de atividades ocorrer no próprio órgão de lotação, o "visto" da Chefia imediata deve ser aposto diariamente. Na impossibilidade, o período não poderá ultrapassar a uma semana.

Art. 2º - O RAP destina-se a resumir a percentagem obtida pela frequência e produtividade do Fiscal de Tributos, obedecidos os parâmetros abaixo:

I - 0,2% (dois décimos por cento) de produtividade, por ponto, calculados sobre o vencimento, correspondendo a produção normal de 140 pontos por mês, na razão de 7 pontos por dia, a 28% (vinte e oito por cento) de percentagem de produtividade;

II - 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de efetivo exercício, considerando-se o mês de 30 (trinta) dias.

§ 1º - Serão considerados como efetivo exercício os afastamentos decorrentes de:

1 - férias;
2 - casamento;
3 - licença para tratamento de saúde, licença à gestante ou em decorrência de acidente em serviço;
4 - serviços obrigatórios por lei;
5 - deslocamento em objeto de serviço;
6 - treinamento e aperfeiçoamento, desde que expressamente autorizados pelo Secretário de Finanças.

§ 2º - A atribuição de produtividade para o Fiscal de Tributos em exercício de cargo integrante do Grupo Direção e Assessoramento Superiores e de Função em Comissão, obedecerá os seguintes critérios:

I - 0,4% (quatro décimos por cento) de produtividade por dia de efetivo exercício, obedecido o limite de 12% (doze por cento);

II - Os percentuais previstos nas alíneas "b" dos incisos II e III do artigo 5º, da Portaria nº 17/77-SEF, de 14 de julho de 1977, observado:

a) a eficiência;
b) a assiduidade;
c) a pontualidade;
d) o interesse;
e) a qualidade do trabalho

§ 3º - O preenchimento do RAP será feito com os dados extraídos do RAD, pelo Fiscal ou Chefia imediata e, após calculados os pontos e indicada a frequência do servidor no período, será visado pelo Diretor de Divisão e encaminhado à Divisão de Fiscalização até o dia 26 de cada mês.

Art. 3º - Observada a exclusão prevista no § 1º do artigo 5º da Portaria nº 17/77-SEF, de 14 de julho de 1977, a Gratificação de Produtividade não poderá ultrapassar o limite médio mensal de 30% (trinta por cento) do vencimento pago aos beneficiários.

§ 1º - Ultrapassando a média limite superior, o excesso será reduzido na razão inversamente proporcional, obedecidas as fórmulas abaixo:

$$Pa = Pt - \frac{100}{Pt} \times Ir$$

sendo:

$$Ir = \frac{Ptm - 30}{\sum \frac{100}{Pt} / N}$$

definindo-se:

Pa = Produtividade ajustada, obedecido o limite máximo de 40% individual e média de 30 para o universo de participantes sujeito ao mesmo;

Pt = Produtividade Total, obtida pelo produto de 0,2 pelo número de pontos auferidos pelo Fiscal, somado ao produto de 0,4 pelos dias de frequência;

Ptm = Produtividade Total Média
N = Número de participantes
Ir = Índice de Reajustamento

§ 2º - O Fiscal de Tributos que, pela aplicação da Tabela de Aferição da Produtividade, ultrapassar 140 pontos mensais terá o excesso computado como saldo para ser utilizado exclusivamente no mês em que, por insubsistência de procedimentos fiscais, não tenha obtido o teto de pontos e desde que não tenha sido utilizado na redução de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º - Para efeito do disposto no parágrafo anterior a Divisão de Tributação manterá rigoroso controle das ações fiscais julgadas improcedentes ou nulas, fornecendo à Divisão de Fiscalização, nome e matrícula do autor da ação.

§ 4º - Os procedimentos fiscais que possam ter sua insubsistência declarada pela Chefia imediata, não gerarão pontos.

§ 5º - A redução prevista no parágrafo primeiro não atingirá a percentagem concedida em razão da frequência do Fiscal de Tributos.

Art. 4º - O Fiscal de Tributos afastado em virtude de gozo de férias perceberá, além da percentagem vinculada a frequência, a média de Produtividade obtida nos seis meses imediatamente anteriores ao do gozo das férias.

§ 1º - Enquanto não se verificar o pagamento de seis meses de Gratificação de Produtividade, a média será obtida pela divisão pelo número 6 (seis), de qualquer quantidade de vezes em que ocorreu o pagamento.

§ 2º - Aos Fiscais de Tributos que se encontrarem em gozo de férias no mês de julho bem como para os afastados em decorrência das hipóteses previstas nos ítens 2, 3, 4, 5 e 6 do § 1º do artigo 2º desta O.S. será concedida a percentagem proporcional ao limite de 12% pela quantidade de dias de afastamento no período de 1º a 25.

Art. 5º - O preenchimento do Relatório de Atividades Diárias é obrigatório para todos os Fiscais de Tributos lotados em unidades do Departamento da REceita que não estiverem nos casos de afastamentos previstos no § 1º do artigo 2º.

Art. 6º - Implicará em responsabilidade funcional a atribuição indevida de pontos para fins de produtividade.

Art. 7º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos normativos, administrativos e financeiros a 1º de julho de 1977, nos termos do disposto no artigo 6º do Decreto nº 3.776, de 11 de julho de 1977.

DISTRITO FEDERAL, 28 DE JULHO DE 1977.

ADONIAS DO[illegible] SANTIAGO
Departamento da Receita
Diretor, Substituto

ANEXO I

DISTRITO FEDERAL fls.
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DIÁRIAS

Nome do Fiscal Classe Matrícula

Órgão de Lotação Período

Dia/mês	Código de Atividade	Descrição resumida, mencionando número de processo, auto ou outro documento.	Visto do C h e f e

ANEXO II

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS - Fls.
DEPARTAMENTO DA RECEITA
RELATÓRIO DE APURAÇÃO DA PRODUTIVIDADE MÊS

Nome do Fiscal Classe Matrícula

Órgão de Lotação Período

Dia	Código de Atividade	Unidade	Descrição das atividades executadas; nº de autos, processos.	Visto do C h e f e	Pontos

SECRETARIA DE SAUDE

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 26 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 32, inciso XIV, do Decreto nº. 2.976, de 12 de agosto de 1975 e tendo em vista o disposto no artigo 21, alínea "a", do Decreto nº. 2.951, de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:

Designar DÉCIO DE OLIVEIRA PINTO, matrícula nº. 6.191, Inspetor Sanitário, Código NM 802.7, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Inspetoria de Saúde do Núcleo Bandeirante, da Divisão de Fiscalização de Saúde, do Departamento de Fiscalização de Saúde desta Secretaria, Símbolo FC - 02, no período de 01 a 30 de agosto de 1977, por motivo de férias do titular da referida Inspetoria.

Brasília - DF, 26 de julho de 1977

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO
Secretário de Saúde

FUNDAÇÃO HOSPITALAR

CONSELHO DELIBERATIVO

DECISÃO Nº 47 /77

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 164ª. Sessão Extraordinária no uso das atribuições que lhe confere a alínea "n" do artigo 14 do Estatuto da Entidade,

DECIDE:

Apoiado no Parecer apresentado pelo Conselho Fiscal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, constante de fls. 11 do Processo nº 468.808/77 - FHDF aprovar os Balancetes Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, referente ao mês de março de 1977.

Brasília, 15 de julho de 1977
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

PEDRO CARAM ZUQUIM
PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS
HURANDIR MESQUITA MOTTA
VICENTE DE PAULA ARAUJO
JOSÉ LEITE SARAIVA
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 06 DE 26 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 7º, Capítulo II, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira no exercício de 1977, aprovadas pelo Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976.

RESOLVE:

Ficam alterados, na forma dos quadros anexo, os valores destacados pela portaria nº 05 de 01 de julho de 1977.

Brasília, 26 de julho de 1977

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

Secretário de Viação e Obras

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 06 DE 26 DE JULHO DE 1 977

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
ÓRGÃO CENTRALIZADOR DA DESPESA: DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO - SEA

PROJETOS E / OU ATIVIDADES - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
SVO/2.048 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Viação e Obras		
- Pessoal e Encargos Sociais	10.500.000	10.500.000

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 06 DE 26 DE JULHO DE 1 977

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
ÓRGÃO CENTRALIZADOR DA DESPESA: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE - CSM

PROJETOS E / OU ATIVIDADES - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
SVO/2.048 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Viação e Obras		
3.1.2.0 - Material de Consumo	60.000	
4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações	48.962	
4.1.4.0 - Material Permanente	904	109.866

a/t.

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 06 DE 26 DE JULHO DE 1977

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
ÓRGÃO CENTRALIZADOR DA DESPESA: SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DAG/SVO

PROJETOS E / OU ATIVIDADES - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
SVO/2.048 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Viação e Obras		
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros		
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros	240.000	
3.1.4.0 - Encargos Diversos	20.000	260.000
SVO/2.087 - Conservação de Prédios e Próprios do Poder Público		
4.1.1.0 - Obras Públicas	2.351.035	2.351.035
SVO/2.088 - Conservação de Áreas Ajardinadas do Plano Piloto e Setores		
4.1.1.0 - Obras Públicas	4.796.588	4.796.588
SVO/2.089 - Conservação de Áreas Urbanizadas do Plano Piloto e Setores		
4.1.1.0 - Obras Públicas	5.000.000	5.000.000
SVO/1.096 - Construção do Anexo II do Buriti		
4.1.1.0 - Capital	6.000.000	6.000.000
SVO/1.098 - Parque de Recreação		
4.1.1.0 - Obras Públicas	7.900.000	7.900.000
SVO/1.100 - Implantação de Áreas Ajardinadas		
4.1.1.0 - Obras Públicas	2.000.000	2.000.000
SVO/1.101 - Implantação de Vias e Obras Complementares de Urbanização		
4.1.1.0 - Obras Públicas	25.000.000	25.000.000

a/+

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 06 DE 26 DE JULHO DE 1 977

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
ÓRGÃO CENTRALIZADOR DA DESPESA: SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DAG/SVO

PROJETOS E / OU ATIVIDADES - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
NOV/2.814 - Amortização de Empréstimos		
3.2.7.0 - Diversas Transferências Correntes		
3.2.7.3 - Entidades Estaduais		
03 - Outros Custeios	2.174.180	
4.3.7.0 - Contribuições Diversas		
4.3.7.2 - Entidades Estaduais		
01 - Auxílios para Amortização da Dívida Pública Interna	1.452.929	3.627.109
DER/2.809 - Manutenção das Atividades do Dep. de Estradas de Rodagem do Distrito Federal		
3.2.7.0 - Diversas Transferências Correntes		
3.2.7.3 - Entidades Estaduais		
01 - Pessoal	2.837.300	
03 - Outros Custeios	3.300.000	6.137.300
DER/1.809 - Ampliação e Melhoramento das Inst. do Dep. de Estradas de Rodagem do DF.		
4.3.3.0 - Auxílios para Obras Públicas	1.050.000	1.050.000
DER/1.810 - Reequipamento dos Órgãos do Dep. de Estradas de Rodagem do Distrito Federal		
4.3.3.0 - Auxílios para Obras Públicas	1.000.000	1.000.000
DER/1.812 - Recuperação, Conservação e Melhoramento das Rodovias do Plano Rodov. do DF.		
4.3.3.0 - Auxílios para Obras Públicas	4.000.000	4.000.000

PORTARIA- SVO, 21 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso XII, do artigo 61, do Regimento aprovado através do Decreto nº 3286, de 16 de junho de 1976,

RESOLVE:

1. Designar os servidores JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA VINHAES, Chefe do Gabinete, Código DAS- 101.2, RUBENS ZEFERINO DO AMARAL, Assessor, Código DAS- 102.2, WALKYRIA SANTOS PALHANO, Diretora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Código DAS.101.2, JESUS NASCIMENTO, Assessor Auxiliar, Símbolo FC- 02, ELMO GONÇALVES FARIAS, Arquiteto, da Companhia Imobiliária de Brasília- TERRACAP e o Senhor OSORIO Coelho Guimarães Filho, Presidente da Associação das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas e Mudanças do Distrito Federal, para, sob a presidência do primeiro, constituirem a Comissão incumbida de elaborar as normas de funcionamento do Setor de Transporte Rodoviário de Carga, no Distrito Federal.

2. Para a conclusão dos trabalhos previstos nesta Portaria, fica estabelecido o prazo de 60 (Sessenta) dias, a contar da respectiva publicação.
Distrito Federal, em 21 de julho de 1977

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Secretário de Viação e Obras

PORTARIA- SVO, 21 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, do Artigo 61, do Regimento aprovado através do Decreto 3286, de 16 de junho de 1.976,

RESOLVE:

Autorizar a viagem a Manaus-Amazonas, do Engenheiro ARINO OTON DE LIMA, Diretor- Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, Código DAS-101.4, matrícula nº 19.021, a fim de participar da 6a. Reunião de Diretores de Órgãos Rodoviários Estaduais, a realizar- se naquela Cidade, no período de 14 a 21.08.77.
Distrito Federal, 21 de julho de 1977

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Secretário de Viação e Obras

PORTARIA - SVO, DE 26 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 61, do Regulamento aprovado através do Decreto nº. 3286, de 16 de junho de 1.976 e face ao disposto no Decreto nº. 2951 de 22 de julho de 1.975,

RESOLVE:

Designar o servidor EURICO NENEVÊ, matrícula 14690, Agente de Serviços de Engenharia, Classe "D", Código NM 808.7, para substituir o Chefe da Seção de Cálculo, Símbolo FC-04, da Divisão de Topografia e Cadastro, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Secretaria de Viação e Obras, em virtude de férias regulamentares do titular no período de 10.08 a 08.09.1.977.

Distrito Federal, 26 de julho de 1.977

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Secretário de Viação e Obras

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

Atos do Diretor

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 148 DE 19 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR- GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item VI, do Artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do Processo nº 416623/77- DER- DF,

RESOLVE:

ARBITRAR 1/2 (meia) diária na forma do disposto no Item II, do Artigo 3º, do Decreto nº 1.735, de 06 de julho de 1971, conforme discriminação abaixo:

Nome: ENIVALDO ALVES SILVA
Nível: EP- 18
Valor: Cr$ 240,34

Nome: VAINI OLIVEIRA
Nível: EP- 18
Valor: Cr$ 240,34

Determinar à Seção de Pessoal que promova a elaboração da folha de pagamento das referidas diárias aos servidores acima relacionados.
Brasília- DF., 19 de julho de 1977.

Engº ARINO OTON DE LIMA
Diretor- Geral do DER- DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 149 DE 20 DE JULHO DE 1977.

O DIRETOR - GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item VI, do Artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do processo nº 017665/77 - SEA,

RESOLVE:

Designar os servidores JOÃO CARLOS RIBEIRO DE PAULA PINTO, Diretor da Divisão de Manutenção e Reparos, CELSO ROBERTO MACHADO PINTO, Assistente do 2º Distrito Rodoviário e LIBÊNCIO SALOMÃO DE DEUS MUNDIM, Engenheiro, para, sob a presidência do primeiro proceder à avaliação do Trator D6, considerado anti - econômico, constante do processo acima mencionado.
Brasília - DF., 20 de julho de 1977.

Engº ARINO OTON DE LIMA
Diretor - Geral do DER - DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 150 DE 21 DE JULHO DE 1977.

O DIRETOR - GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Item VI, do Artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto Nº 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do Processo Nº 416701/77 - DER - DF.,

RESOLVE:

Designar FABER CASAL, Engenheiro, nível EP - 18, matrícula 92.786, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER - DF., para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC - 03, de Assistente do 3º Distrito Rodoviário, da Tabela de Empregos em Comissão - TEC - DER - DF.
Brasília - DF., 21 de julho de 1977.

Engº ARINO OTON DE LIMA
Diretor - Geral do DER - DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 151 DE 21 DE JULHO DE 1977.

O DIRETOR - GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Item XVII do Artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto Nº 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do Processo Nº 416725/77 - DER - DF.,

RESOLVE:

Rescindir, a pedido, com dispensa de aviso prévio, o contrato de trabalho com o empregado ANTONIO FRANCISCO LEITE, Praticante de Administração, nível EP - 05, matrícula 91.670, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, a partir de 18.07.77.
Brasília - DF., 21 de julho de 1977.

Engº ARINO OTON DE LIMA
Diretor - Geral do DER - DF.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 152 DE 25 DE JULHO DE 1977.

O DIRETOR - GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item VI, do Artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.078, de 03 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Designar o servidor Luiz Gonzaga Rodrigues Lopes, Chefe do 2º Distrito Rodoviário, Símbolo EC - 01, matrícula 92.123, da Tabela de Empregos em Comissão - TEC, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para substituir o servidor Arthur Coelho de Mello, Diretor da Divisão de Normas e Pesquisas, Símbolo EC - 01, matrícula 90.454, durante suas férias regulamentares, sem prejuízo de suas atribuições.

Brasília, DF., 25 de julho de 1977.

Engº ARINO OTON DE LIMA
Diretor - Geral do DER - DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 153 DE 25 DE JULHO DE 1977.

O DIRETOR- GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Item XVII, do Artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do Processo nº 416711/77- DER- DF,

RESOLVE:

Rescindir, mediante pagamento de indenizações legais, o contrato de trabalho com o empregado LAERTI FERREIRA GOMES, Trabalhador, nível EP- 01, matrícula 92.706, da Tabela de Empregos Permanentes- TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal- DER- DF, a partir de 18 de julho de 1977.
Brasília- DF., 25 de julho de 1977.

Engº ARINO OTON DE LIMA
Diretor- Geral do DER- DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 154 DE 25 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Item VXII, do Artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do Processo nº 416708/77- DER- DF,

RESOLVE:

RESCINDIR, mediante pagamento de indenizações legais, o contrato de trabalho com o empregado PONCION RODRIGUES DE AGUIAR, Trabalhador, nível EP- 01, matrícula nº 92.515, da Tabela de Empregos Permanentes- TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal- DER- DF, a partir de 22.07.77
Brasília- DF., 25 de julho de 1977.

Engº ARINO OTON DE LIMA
Diretor- Geral do DER- DF

COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASÍLIA - TERRACAP
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sessão nº: 280
Decisão nº: 2.157
Processo nº: 689.863/77
Referência: MARINA ARAUJO

DECISÃO:

O Conselho com o voto do relator, RESOLVE não tomar conhecimento deste recurso, tendo em vista não ser a matéria objeto deste processo, de competência deste Colegiado.

Relator: Conselheiro DARIO DÉLIO CARDOSO

ARMANDO COLAVOLPE
Presidente
DARIO DÉLIO CARDOSO
Membro
DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro
FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA
Membro
JULIO CÉSAR DE ROSE
Membro
CARLOS MEIRELLES OSORIO
Membro

Sessão nº: 280
Decisão nº: 2.158
Processo nº: 08.103/76
Referência: CIRCULO ESOTÉRICO DA COMUNHAO DO PENSAMENTO (TATTWA - "FORÇAS MENTAIS DO PLANALTO") - Aquisição de área.

DECISÃO:

O Conselho, com o voto do relator e a vista do contido no presente processo, RESOLVE aprovar o preço mínimo de Cr$ 182.500,00 (cento e oitenta e dois mil e quinhentos cruzeiros), para o lote nº 01 Quadra 1.109, SHCE/SUL, em consonância com o Laudo de Avaliação, elaborado pela DPA às fls. 53, fixando - se o prazo de validade em até 90 (noventa) dias, contados desta Decisão.

Relator: Conselheiro DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
ARMANDO COLAVOLPE
Presidente
DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro
JULIO CÉSAR DE ROSE
Membro
CARLOS MEIRELLES OSÓRIO
Membro
FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA
Membro
DARIO DÉLIO CARDOSO
Membro

Sessão nº: 280
Decisão nº: 2.159
Processo nº: 09.135/76
Referência: SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA - GDF.

DECISÃO:

O Conselho, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria à douta Assembléia Geral, com a proposta de doação ao DISTRITO FEDERAL, para uso da SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, consoante o que dispõe o art. 13, inciso IV, do Estatuto Social, dos lotes I, I - 1, J, J - L, K, K - L, L - L - 1 da Área Especial nº 02 - Setor Norte da CS/BRAZLANDIA, dando - se as respectivas baixas patrimoniais.
Relator: Conselheiro JÚLIO CÉSAR DE ROSE

ARMANDO COLAVOLPE
Presidente
JULIO CÉSAR DE ROSE
Membro
CARLOS MEIRELLES OSORIO
Membro
DARIO DÉLIO CARDOSO
Membro
DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro
FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA
Membro

Sessão nº: 280
Decisão nº: 2.160
Processo nº: 06.956/74
Referência: NAVAL BRASILIA E ESTALEIROS LTDA.

DECISÃO:

O Conselho, com o voto do Relator, e à vista do contido no presente processo, RESOLVE autorizar a venda direta do lote 2/1 - Trecho 2 SCE/SUL, à Sociedade de Construções Gerais Ltda., pelo preço a ser fixado por este Colegiado, observadas as condições estabelecidas por esta Companhia, especialmente as do art. 10 da Resolução nº 6 de 12/9/73 e as normas constantes da Decisão nº 013/77 - CAU.

Relator: Conselheiro JULIO CÉSAR DE ROSE

ARMANDO COLAVOLPE
Presidente

JULIO CÉSAR DE ROSE
Membro

DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro

DARIO DÉLIO CARDOSO
Membro

FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA

Membro
CARLOS MEIRELLES OSORIO
Membro

Sessão nº: 280
Decisão nº: 2.161
Processo nº: 685.576/77
Referência: CENTRO ESPACIAL DA SALVAÇÃO

DECISÃO:

O Conselho com o voto do relator e em vista o que consta do presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria à douta Assembléia Geral opinando pelo deferimento do pedido, mediante as seguintes condições: a) fixação de Cr$ 611,00 (seiscentos e onze cruzeiros) anuais, à título de taxa de ocupação da área; b) compromisso do concessionário em cumprir o cronograma pré - estabelecido; 1977 - cinco - (5) casas e cinquenta (50) crianças abrigadas; 1978 - quinze (15) casas e cento e cinquenta (150) crianças; 1979 - mais quinze (15) casas e cento e cinquenta (150) crianças abrigadas; c) obedecer à política do bem estar do menor, ditada pela Fundação do Serviço Social do D.F.: d) compromisso de não mudar a destinação especifica e exclusiva do imóvel; e) cláusula resolutiva expressa para o caso de inadimplemento de quaisquer das condições impostas; f) prazo de duração limitado à própria existência do Centro ou enquanto estivesse ele ou seus sucessores cumprindo a finalidade proposta.

Relator: Conselheiro DALMO PIMENTEL DOS SANTOS

ARMANDO COLAVOLPE
Membro
DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro
DARIO DÉLIO CARDOSO
Membro
CARLOS MEIRELLES OSORIO
Membro
JULIO CÉSAR DE ROSE
Membro
FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA
Membro

Sessão nº: 280
Decisão nº: 2.162
Processo nº: 03.361/74
Referência: JOSÉ ANTONIO DA COSTA FILHO

DECISÃO

O Conselho, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE aprovar "in totum" a Decisão da Diretoria nº 2.527, datada de 15.07.77.
Relator: Conselheiro DARIO DÉLIO CARDOSO

ARMANDO COLAVOLPE
Presidente

DARIO DÉLIO CARDOSO
Membro

CARLOS MEIRELLES OSÓRIO
Membro

DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro

JULIO CÉSAR DE ROSE
Membro

FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA
Membro

Sessão nº: 280
Decisão nº: 2.163
Processo nº: 691.567/77
Referência: DIRETORIA COMERCIAL

DECISÃO

O Conselho, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE aprovar as normas, formulários, documentação e instrumentos jurídicos elaborados pela CODEPLAN, para aplicação no Setor Industrial da Ceilândia, constante de fls. 139/148.
Relator: Conselheiro DARIO DÉLIO CARDOSO

ARMANDO COLAVOLPE
Membro

DARIO DÉLIO CARDOSO
Membro

CARLOS MEIRELLES OSÓRIO
Membro

FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA
Membro

DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro

JULIO CÉSAR DE ROSE
Membro

DIRETORIA

Sessão nº: 284
Decisão nº: 2.483
Processo nº: 690.870/77
Referência: CONSULTORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO - TERRACAP

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do Relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) aprovar o remanejamento da importância de Cr$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros) do Projeto 1.08 - EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL, para a criação do Projeto 1.09 - EXECUÇÃO DE OBRAS DIVERSAS; b) aprovar o remanejamento dos recursos de elementos para elemento, dentro da atividade 2.01, na forma discriminada nos quadros constantes deste processo; e c) encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração para exame e deliberação.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR

Sessão nº: 285
Decisão nº: 2.495
Processso nº: 04.490/73
Referência: CARTAX LTDA.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) re- ratificar a Decisão nº 2.347, datada de 17 de maio do corrente ano, às fls. 143, para alterar o item "b" onde se fala 3a. AVENIDA CONTORNO DA CS/- NÚCLEO BANDEIRANTE para AVENIDA CONTORNO da CS/NÚCLEO BANDEIRANTE: b) encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração, sugerindo seja adotado igual procedimento em relação a sua Decisão às fls. 145.
Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR

ARMANDO COLAVOLPE
JOÃO ALCIDES HOMAR
NID DUTRA D'AMORIM

Sessão nº: 285
Decisão nº: 2496
Processo nº: 11.686/75
Referência: ALMIRIO BEZERRA GARCIA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) ad referendum do egrégio Conselho de Administração, determinar o não ajuizamento da ação de retrovenda contra a Caixa Econômica Federal; b) encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração para exame e deliberação.
Relator: Diretor ARMANDO COLAVOLPE

ARMANDO COLAVOLPE
JOÃO ALCIDES HOMAR
NID DUTRA D'AMROIM

Sessão nº: 285
Decisão nº: 2.497
Processo nº: 685.515/77
Referência: VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE autorizar a outorga da Escritura definitiva ao Sr. Maurício de Oliveira, condicionando-a no entanto, ao recolhimento da taxa de 2% (dois por cento), conforme a cláusula 5a. da Escritura de Compromisso de compra e Venda, às fls. 09/11.
Relator: Diretor ARMANDO COLAVOLPE

ARMANDO COLAVOLPE
JOÃO ALCIDES HOMAR
NID DUTRA D'AMORIM

Sessão nº: 285
Decisão nº: 2.498
Processo nº: 08.812/75
Referência: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração com vista à douta Assembléia Geral, opinando pela venda da Área Especial nº 06-do Setor Tradicional de Brazlândia, à Fundação Hospitalar do Distrito Federal- FHDF, pelo valor histórico de Cr$ 471.367,11 (quatrocentos e setenta e um mil, trezentos e sessenta e sete cruzeiros e onze centavos), consoante o que dispõe o artigo 13, item IV, do Estatuto Social da Empresa.
Relator: Diretor Superintendente ARMANDO COLAVOLPE

ARMANDO COLAVOLPE
JOÃO ALCIDES HOMAR
NID DUTRA D'AMORIM

Sessão nº: 285
Decisão nº: 2.499
Processo nº: 11.066/75
Referência: PNEUS BRASIL LTDA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE autorizar a re-ratificação da Escritura de compra e venda, com pacto adjeto de retrovenda, lavrada com a firma Pneus Brasil Ltda., para que da mesma fique constando o compromisso formal da autorgada compradora de considerar os 8 (oito) lotes como um todo, não podendo em hipótese alguma serem desmembrados ou vendidos em separado sem que sejam edificados em definitivo, dentro das especificações constantes do Código de Obras das Cidades Satélites.
Relator: Diretor ARMANDO COLAVOLPE

ARMANDO COLAVOLPE
JOÃO ALCIDES HOMAR
NID DUTRA D'AMORIM

Sessão nº: 285
Decisão nº: 2.500
Processo nº: 691.300/77
Referência: GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA- TERRACAP

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) aprovar a minuta de Resolução, às fls. 4/6; b) encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração para exame e deliberação.
Relator: Diretor ARMANDO COLAVOLPE

ARMANDO COLAVOLPE
JOÃO ALCIDES HOMAR
NID DUTRA D'AMORIM

Sessão nº.: 285
Decisão nº.: 2.504
Processo nº.: 691.269/77
Referência: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASILIA - TERRACAP

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração a fim de aprovar, nos termos do art. 6º. da Resolução nº. 06/73 - CA, os Laudos de Avaliação elaborados pela DPA, fixando o preço mínimo unitário para os lotes situados no PLANO PILOTO, que deverão ser arrolados em futuras licitações Públicas, de acordo com a discriminação abaixo:

L. A. Nº.: 1.129/77
IMÓVEL: Lote "E" - QI 05 - SHI/SUL
Cr$ 491.000,00

L. A. Nº.: 1.126/77
IMÓVEL: Lote 02 - QL B/6 - SHI/SUL
Cr$ 440.500,00

L. A. Nº.: 1.127/77
IMÓVEL: Lote 10 - QL B/6 - SHI/SUL
Cr$ 246.000,00

L. A. Nº.: 1.128/77
IMÓVEL: Lote 17 - QL B/6 - SHI/SUL
Cr$ 347.500,00

L. A. Nº.: 1.130/77
IMÓVEL: Lote 07 - Tr. 08 - SMLI - SUL
Cr$ 317.000,00

L. A. Nº.: 1.131/77
IMÓVEL: Lote 05 - Bl. 03 - SCR/N - 708/709 - Tipo EC - 4
Cr$ 400.000,00

L. A. Nº.: 1.132/77
IMÓVEL: Lote 09 - Bl. 03 - SCR/N - 708/709 - Tipo EC - 4
Cr$ 400.000,00

L. A. Nº.: 1.147/77
IMÓVEL: Lote 14 - Bl. 08 - SCR/N - 706/707 - Tipo EC - 4
Cr$ 400.000,00

L.A. Nº: 1.148/77
IMÓVEL: Lote 16 - Bl. 08 - SCR/N - 706/707 - Tipo EC - 4
Cr$: 400.000,00

L. A. Nº.: 1.149/77
IMÓVEL: Lote 18 - Bl. 08 SCR/N - 706/707 Tipo EC - 4
Cr$ 410.000,00

L. A. Nº.: 1.133/77
IMÓVEL: Lote 01 - Bl. 03 - SCLR/N - 711/712 - Tipo EC - 2- A
Cr$ 312.000,00

L. A. Nº.: 1.134/77
IMÓVEL: Lote 03 - Bl. 03 - SCLR/N - 711/712 - Tipo EC - 2 - A
Cr$ 303.500,00

L. A. Nº.: 1.136/77
IMÓVEL: Lote 07 - Bl. 03 - SCLR/N - 711/712 - Tipo EC - 2 - A
Cr$ 303.500,00

L. A. Nº.: 1.135/77
IMÓVEL: Lote 05 - Bl. 03 - SCLR/N - 711/712 - Tipo EC - 2 - A
Cr$ 303.500,00

L. A. Nº.: 1.137/77
IMÓVEL: Lote 05 - Bl. 10 - SCLR/N - 707/708 - Tipo EC - 2
Cr$ 217.000,00

L. A. Nº.: 1.138/77
IMÓVEL: Lote 07 - Bl. 10 - SCLR/N - 707/708 - Tipo EC - 2
Cr$ 217.000,00

L. A. Nº.: 1.144/77
IMÓVEL: Lote 55 - Bl. B - Qda. 03 - Com. Local. SIG/SUL
Cr$ 174.500,00

L. A. Nº.: 1.143/77
IMÓVEL: Lote 49 - Bl. B, Qda 03 - Com. Local - SIG/SUL
Cr$ 174.500,00

L. A. Nº.: 1.145/77
IMÓVEL: Lote 61 - Bl. B - Qda 03 - Com. Local SIG/SUL
Cr$ 174.500,00

L. A. Nº.: 1.146/77
IMÓVEL: Lote 67 - Bl. B - Qda 03 - Com. Local SIG/SUL
Cr$ 174.500,00

L. A. Nº.: 1.142/77
Lote 1.500 Tr. 01 SIA
Cr$ 1.856.000,00

L. A. Nº.: 1.139/77
IMÓVEL: Lotes 245/255 - Tr. 08 - SIA
Cr$ 988.000,00

L. A. Nº.: 1.140/77
IMÓVEL: Lote 30 - Qda 4C - Com. Local - SIA
Cr$ 190.000,00

L. A. Nº.: 1.141/77
IMÓVEL: Lote 31 - Qda 4C - Com. Local - SIA
Cr$ 205.000,00

L. A. Nº.: 1.151/77
IMÓVEL: Lote 29 - Bl. B - QI 10 - SRIA
Cr$ 100.000,00

L. A. Nº.: 1.152/77
IMÓVEL: Lote 37 - Bl. B - QI - 10 SRIA
Cr$ 133.000,00

Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR

ARMANDO COLAVOLPE

JOÃO ALCIDES HOMAR

NID DUTRA D'AMORIM

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 006/77- SSS, DE 26 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, do Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976, e tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 3.786, de 19 de julho de 1977,

RESOLVE:

I- Ficam destacadas à Divisão de Cadastro Financeiro, da Coordenação do Sistema de Pessoal, e a Divisão de Programação e Controle da Coordenação do Sistema de Material, ambas da Secretaria de Administração, para movimentação no 3º trimestre, os valores constantes dos Quadros I e II anexos, respectivamente.

II- Fica a Seção de Orçamento e Finanças, da Divisão de Administração Geral, desta Secretaria, autorizada a movimentar os valores correspondentes aos elementos de despesa constantes do Quadro III, também anexo.

Brasília, 26 de julho de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Secretário de Serviços Sociais

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 006/77-SSS, DE 26 DE JULHO DE 1.977

QUADRO II

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	.	SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO	.	Divisão de Programação e Controle- CSM/SEA

SSS/ 2.045 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Serviços Sociais

PROJETO E / OU ATIVIDADE	ELEMENTO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
	3.1.2.0 - Material de Consumo	20.000,00	47.176,00
	4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações	68.000,00	78.000,00
	4.1.4.0 - Material Permanente	2.000,00	14.715,00
	S O M A	90.000,00	139.891,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 006/77-SSS, DE 26 DE JULHO DE 1.977

QUADRO III

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	:	SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO	:	Seção de Orçamento e Finanças DAG/SSS

PROJETO E / OU ATIVIDADE	ELEMENTO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
SSS/ 2.045 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Serviços Sociais			
	3.1.3.0 - Serviço de Terceiros	50.000,00	178.961,00
	3.1.4.0 - Encargos Diversos	5.000,00	15.200,00
SSS/ 2.046 - Subvenção à Entidades Privadas			
	3.2.1.5 - Instituições Privadas	200,000,00	376.000,00
SSS/ 1.094 - Apoio à Entidades Sociais			
	3.1.3.0 - Serviços de Terceiros	80.000,00	80.000,00
	3.1.4.0 - Encargos Diversos	250.000,00	700.000,00
	3.2.7.9 - Diversas	500.000,00	500.000,00
	S O M A	1.085.000,00	1.850.161,00

SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DAG. SSS
Orlando Tavares Jr.
Chefe

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 006 /77-SSS, DE 26 DE JULHO DE 1.977

QUADRO I

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	:	SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO	:	Divisão de Cadastro Financeiro - CSP/SEA

PROJETO E / OU ATIVIDADE	ELEMENTO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
SSS/2.045 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Serviços Sociais			
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.470,000,00	2.542.013,00
	S O M A	2.470,000,00	2.542.013,00

SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DAG. SSS
Orlando Tavares Junior

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

Brasília, 22 de julho de 1977
Nº: 17/77- SP

Atestado nº: 1812/77- SM
Servidor: Vitória Champinotti Fassheber
Matrícula: 915
Período: 13.7 a 31.08.77

Atestado nº: 1651/77- SM
Servidor: Joaquim Teles de Oliveira
Matrícula: 987
Período: 31.5 a 31.7.77

Atestado nº, 1798/77- SM
Servidor: Estefânia Marques Freire Queiroz
Matrícula: 1.016
Período: 1.7 a 31.7.77

Atestado nº: 1814/77- SM
Servidor: José Severino da Silva
Matrícula: 2.752
Período: 1.7 a 31.7.77

Atestdo nº 1807/77 -SM
Servidor: Alice Julica de Araujo
Matrícula: 6.130
Período: 16.7 a 15.10.77

Atestado nº: 1771/77- SM
Servidor: Maria Antônia Pereira Valente
Matrícula: 7.431
Período: 1.7 a 30.7.77

Atestdo nº 1855/77- SM
Servidor: Mirtes Silva Achcar
Matrícula: 9.117
Período: 11.07 a 15.7.77

Atestado nº 1897/77- SM
Servidor: Elson Antunes de Souza
Matrícula: 9.595
Período: 02.05 a 30.06.77

Atestado nº: 1648/77- SM
Servidor: Júlio Barbosa de Souza
Matrícula: 11.450
Período: 01.07 a 31.7.77

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS
Seção de Pessoal - DAG
EDINITE ISMAEL DOS SANTOS CIRINO
CHEFE

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Atos do Presidente

INSTRUÇÃO DE 20 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar MARIA CONSILIA GOMES DA ROCHA, Coordenadora para o Desenvolvimento Social Urbano e Promoção familiar, matrícula 272 da TEP, para substituir durante o período de férias, de 08.08.77 a 06.09.77, a Diretora do Departamento de Ação Comunitária da Presidência desta Fundação.

Brasília, 20 de julho de 1977

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
Diretor - Presidente

CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 21/77

Autoriza a prorrogação do convênio firmado entre esta Fundação e a Associação Luísa de Marillac, visando o atendimento a pessoas idosas, de ambos os sexos, sem amparo familiar, em regime de internato.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e, tendo em vista o que consta do processo nº 605.602/77,

RESOLVE:

Autorizar a prorrogação do convênio celebrado entre esta Fundação e a Associação Luísa de Marillac, visando o atendimento a 10 (dez) pessoas idosas, de ambos os sexos, sem amparo familiar, em regime de internato, conforme os termos constantes do processo acima mencionado.

Brasília, 15 de julho de 1977
LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
Presidente Substituto
JOÃO FELICIO SCARDUA
JOSÉ MANOEL COELHO
NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
JENNY ANTUNES DE SOUZA
JOSÉ EDUARDO CARREIA ALVIM
VITAL DE MORAES ANDRADE

RESOLUÇÃO Nº 22/77

Autoriza a renovação do convênio firmado entre esta Fundação do Serviço Social e o Lar das Meninas São Judas Tadeu, visando o atendimento a 30 menores abandonados, do sexo feminino, em regime de internato.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e, tendo em vista o que consta do processo nº 605.576/77,

RESOLVE:

Autorizar a renovação do convênio firmado entre esta Fundação e o Lar das Meninas São Judas Tadeu, visando o atendimento a 30 (trinta) menores abandonadas, do sexo feminino, na faixa etária de 03 a 06 anos, assegurando-lhes educação e assistência, em regime de internato, de acordo com os termos constantes do processo supracitado.

Brasília, 15 de julho de 1977
LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
Presidente Substituto
JOÃO FELICIO SCARDUA
JENNY ANTUNES DE SOUZA
NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
VITAL DE MORAES ANDRADE
JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM
JOSÉ MANOEL COELHO

RESOLUÇÃO Nº 23/1977

Autoriza a renovação do Convênio celebrado entre esta Fundação e a Casa do Pequeno Polegar, tendo por finalidade o atendimento a 60 menores abandonados, de ambos os sexos, em regime de internato.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e, tendo em vista o constante do processo nº 605.577/77,

RESOLVE:

Autorizar a renovação do convênio celebrado entre esta Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Casa do Pequeno Polegar, visando o atendimento a 60 (sessenta) menores abandonados, de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 12 anos, assegurando-lhes educação e assistência, em regime de internato, de acordo com os termos constantes do processo supracitado.

Brasília, 15 de julho de 1977
LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
Presidente Substituto
VITAL DE MORAES ANDRADE
JOÃO FELICIO SCARDUA
NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
JENNY ANTUNES DE SOUZA
JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM
JOSÉ MANOEL COELHO

RESOLUÇÃO Nº 24/77

Autoriza a renovação do convênio celebrado entre esta Fundação e o Instituto Dom Orione, visando o atendimento a menores abandonados, em regime de internato.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e, tendo em vista o constante do processo nº 605.594/77,

RESOLVE:

Autorizar a renovação do convênio celebrado entre esta Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e o Instituto Dom Orione, visando o atendimento a 20 (vinte) menores

abandonados, do sexo masculino, na faixa etária de 14 a 17 anos, em regime de internato, na forma dos termos constantes do processo supracitado.
Brasília, 15 de julho de 1977
LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
Presidente Substituto

JOSÉ MANOEL COELHO
JOÃO FELICIO SCARDUA
NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
VITAL DE MORAES ANDRADE
JENNY ANTUNES DE SOUZA
JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS

DIRETORIA

Nº: 106/77
Sessão: 843ª.
Realizada em: 06.07.77
Processo nº: 088748/77

ASSUNTO: Relatório nº 028/77 - DT., relativo à proposta da firma Construtora Eldorado Ltda., com vistas à substituição da cerca especificada (arame farpado) por "alambrados" nos conjuntos Esportivos e de Recreação, em construção nas EQNMs 36/38 - e CNL - 1 de Taguatinga.
DECISÃO: A Diretoria, acompanhando a exposição do Relator,

RESOLVE:

Autorizar a instalação dos "alambrados" nos conjuntos em referência, segundo as especificações e características descritas no processo, pelo valor líquido calculado de Cr$ 457.973,62 (Quatrocentos e cinquenta e sete mil, novecentos e setenta e três cruzeiros e sessenta e dois centavos), aplicando - se para tal fim o disposto na Cláusula Décima Segunda - Parágrafo Único do Contrato nº 028/77, firmado com a supra - referida Construtora.

RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº 107/77
Sessão: 843ª.
Realizada em: 06.07.77
PROCESSO Nº: 4.727/72
ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QE 32, Conjunto "D", casa 1, Guará II, prometido a OSWALDO NUNES DA SILVA.
DECISÃO: A Diretoria, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 023/77,

RESOLVE AUTORIZAR:

a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária;
b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro;
c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido;
d) a quitação da importância que por ventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade.

RELATOR: DILSON CARLOS REHEM
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº 108/77
Sessão: 843ª.
Realizada em: 06.07.77
PROCESSO Nº: 2474/73
ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QE 34, Conjunto "H", casa 10, Guará II, prometido a JOÃO PEREIRA DA SILVA.

DECISÃO: A Diretoria, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 024/77,

RESOLVE AUTORIZAR:

a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária;
b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro;
c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro, devidamente corrigido;
d) a quitação da importância que por ventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade.

RELATOR: DILSON CARLOS REHEM
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº 109/77
Sessão: 843ª.
Realizada em: 06.07.77
PROCESSO Nº: 8.894/73
ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QNL 04, conjunto "J", casa 13, Setor L/Norte de Taguatinga, prometido a RUY NOGUEIRA.

DECISÃO: A Diretoria, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 025/77,

--RESOLVE AUTORIZAR:

a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária;
b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro;
c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro, devidamente corrigido;
d) a quitação da importância que por ventura exista referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade.

RELATOR: DILSON CARLOS REHEM
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº 110/77
Sessão: 843ª.
Realizada em: 06.07.77
PROCESSO Nº: 6.190/69
ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QNJ 34, casa 26, Setor J/Norte de Taguatinga, prometido a FLORINDA CATARINA TEIXEIRA.

DECISÃO: A Diretoria, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 026/77,

RESOLVE AUTORIZAR:

a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária;
b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro;
c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro, devidamente corrigido;
d) a quitação da importância que por ventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade.

RELATOR: DILSON CARLOS REHEM
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº 111/77: Sessão: 844ª Realizada em: 11.07.77
PROCESSO Nº: 4746/69

ASSUNTO: Pedido de quitação do valor da Correção Monetária devida à comunicação de sinistro fora do prazo previsto nas normas do BNH, referente ao imóvel situado na QI - 03, Conjunto "M", Casa 14, Guará I, prometido a JOSÉ PEREIRA DE JESUS.

DECISÃO: A Diretoria, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 027/77,

RESOLVE AUTORIZAR:

a) a quitação do valor da Correção Monetária;
b) a quitação da importância que por ventura existe, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade.

RELATOR: DILSON CARLOS REHEM

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº: 112/77
Sessão: 844ª Realizada em: 11.07.77
PROCESSO Nº: 2297/71
ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na Quadra 05, Conjunto "B", Casa 05, Gama, prometido a ARMANDO SOARES LIMA.

DECISÃO: A Diretoria, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 028/77,

RESOLVE AUTORIZAR:

a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária;
b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro;
c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido;
d) a quitação da importância que por ventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade.

RELATOR: DILSON CARLOS REHEM

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº: 113/77
Sessão: 844ª
Realizada em: 11.07.77

PROCESSO Nº: 10.384/73

ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QNL - 05, Conjunto "A", casa 13, Setor L/Norte de Taguatinga, prometido a JOSÉ FRANCISCO DA SILVA.

DECISÃO: A Diretoria, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 029/77,

RESOLVE AUTORIZAR:

..A) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária;
B) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro;
C) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido;
D) a quitação da importância que por ventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade.

RELATOR: DILSON CARLOS REHEM

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº: 114/77
Sessão: 844ª
Realizada em: 11.07.77

PROCESSO Nº: 7924/73
ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QNL - 02, Conjunto "F", casa 08, Setor L/Norte de Taguatinga, prometido a JOSÉ LIMA.
DECISÃO: A Diretoria, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 30/77

RESOLVE AUTORIZAR;

a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária;
b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro;
c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido;
d) a quitação da importância que por ventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade.

RELATOR: DILSON CARLOS REHEM

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº: 115/77
Sessão: 844ª
Realizada em: 11.07.77

PROCESSO Nº: 8.111/73
ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QNL - 08, Conjunto "E", Casa 15, Setor L/Norte de Taguatinga, prometido a VALSEIR JOSÉ CATERINCK.
DECISÃO: A Diretoria, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 031/77,

RESOLVE AUTORIZAR:

a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária;
b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro;
c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido;
d) a quitação da importância que por ventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade.

RELATOR: DILSON CARLOS REHEM

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº: 116/77
Sessão: 844ª
Realizada em: 11.07.77

PROCESSO Nº: 0877/69
ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QI 04, Conjunto "V", Casa 21, Guará I, prometido a PEDRO BELO.
DECISÃO: A Diretoria, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 032/77,

RESOLVE: AUTORIZAR:

a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária;
b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro;
c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido;
d) a quitação da importância que por ventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade.

RELATOR: DILSON CARLOS REHEM

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº: 117/77
Sessão: 844ª
Realizada em: 11.07.77

PROCESSO Nº: 3640/73
ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QNL - 02, Bloco "J", casa - 12 Taguatinga, prometido a ANTONIO EVANGELISTA DE SOUZA.
DECISÃO: A Diretoria, considerando o parecer do Sr. Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 033/77.

RESOLVE AUTORIZAR:

a) a quitação total do imóvel em questão através dos recursos da RAC Reserva de Assistência Comunitária;
b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro,
c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido;
d) a quitação da importância que por ventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade.

RELATOR: DILSON CARLOS REHEM

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº. 118/77
Sessão: 845ª.
Realizada em: 13.07.77
Processo nº.: 085596/77

ASSUNTO: Versa sobre resultado da Concorrência nº. 08/77, para construção do ABRIGO- BAR no Parque Zoobotânico, e compreendido no Convênio celebrado com a FZDF.

DECISÃO: A Diretoria, a vista do que consta no Relatório 031/77 - DT., RESOLVE:

1. Homologar o julgamento resultante da EC - 08/77, que indicou como vencedora a firma LUMEN - Engenharia Limitada, com a proposta no valor global de Cr$ 1.078.396,52 (hum milhão, setenta e oito mil, trezentos e noventa e seis cruzeiros e cinquenta e dois centavos), e como segunda colocada a firma BRASENCO Ltda com a proposta no valor de Cr$ 1.091.347,02 (hum milhão, noventa e

um mil, trezentos e quarenta e sete cruzeiros e dois centavos).

2. Encaminhar o processo ao Serviço Jurídico para preparar o Contrato de execução a ser firmado com a vencedora, segundo valor global proposto. Em seguida, ao Egrégio Conselho de Administração da SHIS, para os fins previstos na Cláusula Vigésima Segunda - Item VII do Contrato Social da Empresa.

RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário em Exerc. na Superintendência.

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº. 119/77
Sessão: 845º.
Realizada em: 13.07.77

PROCESSO Nº. 089480/77

ASSUNTO: Trata- se de simples remanejamento dentro do mesmo Elemento de Despesa, tendo em vista a necessidade de enquadrar gastos não previstos nos subelementos carentes de recursos.

DECISÃO: A Diretoria, acatando parecer do Diretor Financeiro desta Sociedade, através do Relatório nº. 011/77, RESOLVE: Aprovar o remanejamento ora proposto, ou seja: transferir de 3.1.3.15 - COMISSÕES E DESPESAS BANCÁRIAS para 3.1.3.16 - LOCAÇÕES DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS a importância de Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros); e transferir de 4.1.4.99 - MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS para 4.1.4.02 - MÓVEIS DE ESCRITÓRIO a importância de Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

RELATOR: SEMIÃO SOBRAL DE FARO

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

ATA DA 843º. REUNIÃO DA DIRETORIA DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 1977.

As 17:00 (dezessete) horas do dia 06 (seis) de julho de 1977 (mil novecentos e setenta e sete), no Gabinete da Superintendência da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. - SHIS, sito no 5º. andar do seu Edifício Sede, Setor Comercial Sul de Brasília, Distrito Federal, realizou - se, sob a presidência do seu Diretor Superintendente, a 843ª Reunião da Diretoria da SHIS. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida ao exame dos processos em pauta. 1º) Processo nº 8200/73. ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QNL - 02, Conjunto "C" - Casa 08, Setor L/Norte de Taguatinga, prometido a MANUEL FRANCISCO DA SILVA. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº. 022/77, RESOLVE AUTORIZAR: a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária;b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro; c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido; d) a quitação da importância que por ventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade. RELATOR: DILSON CARLOS REHEM. 2º.) Processo nº. 88996/77. ASSUNTO: Dispõe sobre a liberação do adiantamento de Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) em nome do Chefe da Seção do Material e Patrimônio/DAG/DA, para fazer face às despesas de emergência e pronto pagamento. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o que consta no parecer do Relator, RESOLVE: a) autorizar a liberação do adiantamento de Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) em nome do Chefe da Seção do Material e Patrimônio, para fazer face às despesas com aquisição de materiais de consumo e para serviços de terceiros; b) Determinar ao Chefe da Seção do Material e Patrimônio fiel cumprimento às disposições contidas na Intrução nº. 017/75, de 26.12.75, da Diretoria da Superintendência desta Empresa. RELATOR: FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE. 3º.) Processo nº. 88994/77. ASSUNTO: Trata da liberação do adiantamento de Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) em nome do Chefe da Seção de Transportes DAG/DA, para execução de serviços de lubrificação e fornecimento de combustíveis. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o que consta no parecer do Relator, RESOLVE: a) autorizar a liberação do adiantamento de Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) em nome do Chefe da Seção de Transportes/DAG/DA, para fazer face às despesas de combustíveis; b) determinar ao Chefe da Seção de Transportes, fiel cumprimento às disposições contidas na Instrução nº. 017/75, de 26.12.75, da Diretoria da Superintendência desta Empresa. RELATOR: FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE. 4º.) Processo nº. 086649/77. ASSUNTO: Solicitação da Cúria Metropolitana de Brasília para assinatura de Contrato de Locação de imóvel. DECISÃO: A DIRETORIA, acatando o exposto no Relatório nº. 025/77 - DI. RESOLVE: autorizar a assinatura do contrato de locação, pelo prazo de 05 (cinco) anos, para o imóvel sito à QNO - 13, CONJUNTO "L" - CASA 52, Taguatinga, a ser firmado com a Cúria Metropolitana de Brasília. RELATOR: JOSÉ ROBERTO LUGON. 5º.) Processo nº. 88748/77. ASSUNTO: Relatório nº. 028/77 - DT, relativo à proposta da firma Construtora Eldorado Ltda., *com vistas à substituição da cerca especificada (arame farpado) por "alambrados", nos* Conjuntos Esportivos e de Recreação, em construção nas EQNMs 36/38 e CNL - 1 de Taguatinga. DECISÃO: A DIRETORIA, acompanhando a exposição do Relator, RESOLVE: Autorizar a instalação dos "alambrados" nos conjuntos em referência, segundo as especificações e características descritas no processo, pelo valor líquido calculado de Cr$ 457.973,62 (Quatrocentos e cinquenta e sete mil, novecentos e setenta e três cruzeiros e sessenta e dois centavos); aplicando - se para tal fim o disposto na Cláusula Décima Segunda - Parágrafo Único do Contrato nº. 028/77, firmado com a supra referida Construtora. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS. 6º.) Processo nº. 4727/72. ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QE- 32, Conj. "D", Casa 01, Guará - II, prometido a OSWALDO NUNES DA SILVA. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº. 023/77, RESOLVE AUTORIZAR: a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária; b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro; c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido; d) a quitação da importância que por ventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade. RELATOR: DILSON CARLOS REHEM. 7º.) Processo nº. 02474/73. ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QE - 34, Conjunto "H", Casa 10, Guará - II, prometido a JOÃO PEREIRA DA SILVA. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº. 24/77, RESOLVE AUTORIZAR: a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária; b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro; c) a devolução do valor das prestaçãoes eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido; d) a quitação da importância, que por ventura exista, referente a Custas Judiciais, decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade. RELATOR: DILSON CARLOS REHEM. 8º.) Processo nº. 8894/73. ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel, situado na QNL - 04, Conjunto "J", Casa 13, Setor L/Norte de Taguatinga, prometido a RUY NOGUEIRA. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº. 025/77, RESOLVE AUTORIZAR: a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária; b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro; c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro, devidamente corrigido; d) a quitação da importância que por ventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade. RELATOR: DILSON CARLOS REHEM. 9º.) Processo nº. 6190/69. ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QNJ - 34, Casa 26, Setor J/Norte de Taguatinga, prometido a FLORINDA CATARINA TEIXEIRA. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº. 026/77, RESOLVE AUTORIZAR: a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária; b) o cancelamento das prestaçoes emitidas após o sinistro; c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro, devidamente corrigido; d) a quitação da importância que porventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade. RELATOR: DILSON CARLOS REHEM. Nada mais havendo a tratar, declarou o Senhor Diretor Superintendente, encerrada a reunião da qual eu, (NEIL DIAS ABRAHÃO), Secretário, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme vai subscrita por mim e assinada pelos membros presentes.

DILSON CARLOS REHEM - Diretor Superintendente; SEMIÃO SOBRAL DE FARO - Diretor Financeiro; LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS - Diretor Técnico; FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE - Diretor Administrativo; JOSÉ ROBERTO LUGON - Diretor Imobiliário.

ATA DA 844ª. REUNIÃO DA DIRETORIA DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 1977

As 10:00 (dez) horas do dia 11 (onze) de julho de 1977 (mil novecentos e setenta e sete), no Gabinete da Superintendência da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. - SHIS, sito no 5º andar do seu Edifício Sede, Setor Comercial Sul de Brasília, Distrito Federal, realizou - se, sob a presidência do seu Diretor Superintendente, a 844ª. Reunião da Diretoria da SHIS. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida ao exame dos processos em pauta. 1º) Processo nº 4746/69. ASSUNTO: Pedido de quitação do valor da correção Monetária devida à comunicação de sinistro fora do prazo previsto nas normas do BNH, referente ao imóvel situado na QI - 03, Conjunto "M" - Casa 14, Guará I, prometido a JOSÉ PEREIRA DE JESUS. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 027/77, RESOLVE AUTORIZAR: *a) a quitação do valor da Correção Monetária; b) a quitação da importância* que porventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade. RELATOR: DILSON CARLOS REHEM. 2º) Processo nº 2297/71. ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na Quadra 05, Conjunto "B", casa 05, Gama, prometido a ARMANDO SOARES LIMA. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 028/77, RESOLVE AUTORIZAR: *a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC* - Reserva de Assistência Comunitária; b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro; c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido; d) a quitação da importância que porventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade. RELATOR: DILSON CARLOS REHEM. 3º) Processo nº 10384/73. ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QNL 05, Conjunto "A", Casa 13, Setor "L" - Norte de Taguatinga, prometido a JOSÉ FRANCISCO DA SILVA. DECISÃO: A DIRETORIA,considerando o parecer do Senhor Superintendente consubstanciado no Relatório nº 029/77, RESOLVE AUTORIZAR: a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária; b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro; c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido; d) a quitação da importância que porventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade. RELATOR: DILSON CARLOS REHEM. 4º) Processo nº 7924/73. ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QNL 02, Conjunto "F", casa 08, Setor "L" - Norte de Taguatinga, prometido a JOSÉ LIMA. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 030/77, RESOLVE AUTORIZAR: a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária; b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro; c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido; d) a quitação da importância que porventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade. RELATOR: DILSON CARLOS REHEM. 5º) Processo nº 8111/73. ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QNL 08, Conjunto "E", casa 15, Setor "L"Norte de Taguatinga, prometido aVALSEIR JOSÉ CATERINCK. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 031/77, RESOLVE AUTORIZAR: a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária; b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro; c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido; d) a quitação da importância que porventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade. RELATOR: DILSON CARLOS REHEM. 6º) Processo nº 0877/69. ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QI -04,Conjunto "V", Casa 21, Guará I, prometido a PEDRO BELO. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 032/77, RESOLVE AUTORIZAR: a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Recursos de Assistência Comunitária.; b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro; c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido; d) a quitação da importância que porventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade . RELATOR: DILSON CARLOS REHEM. 7º) Processo nº 3640/73. ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QNL 02, Bloco "J", Casa 12 - Taguatinga, prometido a ANTONIO EVANGELISTA DE SOUZA. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o parecer do Senhor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 033/77, RESOLVE AUTORIZAR: a) a quitação total do imóvel em questão através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária; b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro; c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido; d) a quitação da importância que porventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade. RELATOR: DILSON CARLOS REHEM. Nada mais havendo a tratar, declarou o Senhor Diretor Superintendente, encerrada a reunião da qual, eu, (NEIL DIAS ABRAHÃO), Secretário lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme vai subscrita por mim e assinada pelos membros presentes.

DILSON CARLOS REHEM - Diretor Superintendente; LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS - Diretor Técnico; SEMIÃO SOBRAL DE FARO - Diretor Financeiro; FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE - Diretor Administrativo; JOSÉ ROBERTO LUGON - Diretor Imobiliário.

ATA DA 845º. REUNIÃO DA DIRETORIA DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS , REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 1977.

As 10:00 (dez) horas do dia 13 (treze) de julho de 1977 (mil novecentos e setenta e sete), no Gabinete da Superintendência da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda., SHIS, sito no 5º andar do seu Edifício Sede, Setor Comercial Sul de Brasília, Distrito Federal, realizou - se sob a presidência do seu Diretor Superintendente, a 845º. Reunião da Diretoria da SHIS. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior passando em seguida ao exame dos processos em pauta. 1º) Processo nº 085596/77. ASSUNTO: Versa sobre o resultado da Concorrência nº 08/77, para construção do ABRIGO - BAR no Parque Zoobotânico, e compreendido no Convênio celebrado com a FZDF,DECISÃO: A DIRETORIA, a vista do que consta no Relatório nº 031/77 - DT., RESOLVE: 1) Homologar o julgamento

resultante da EC - 08/77, que indicou como vencedora a firma LUMEN - Engenharia Limitada, com a proposta no valor global de Cr$ 1.078.396,52 (hum milhão, setenta e oito mil, trezentos e noventa e seis cruzeiros e cinquenta e dois centavos), e como segunda colocada a firma BRASENCO Ltda., com a proposta no valor de Cr$ 1.091.347,02 (hum milhão, noventa e um mil, trezentos e quarenta e sete cruzeiros e dois centavos). 2. Encaminhar o processo ao Serviço Jurídico para preparar o Contrato de Execução a ser firmado com a vencedora, segundo o valor global proposto. Em seguida, ao Egrégio Conselho de Administração da SHIS, para os fins previstos na cláusula Vigésima Segunda - Item VII do Contrato Social da Empresa. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS. 2°) - Processo nº 89480/77. ASSUNTO: Trata - se de simples remanejamento dentro do mesmo Elemento de Despesa, tendo em vista a necessidade de enquadrar gastos não previstos nos subelementos carentes de recursos. DECISÃO: A DIRETORIA, acatando parecer do Diretor Financeiro desta Sociedade, através do Relatório nº 011/77, RESOLVE: aprovar o remanejamento ora proposto, ou seja, transferir de 3.1.3.15 - COMISSÕES E DESPESAS BANCÁRIAS, para 3.1.3.16 - LOCAÇÕES DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, a importância de Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), e transferir de 4.1.4.99 MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS para 4.1.4.02 - MÓVEIS DE ESCRITÓRIO a importância de Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros). RELATOR: SEMIÃO SOBRAL DE FARO: O Engenheiro DILSON CARLOS REHEM, Diretor Superintendente, deixou de comparecer à reunião, por encontrar - se empreendendo viagem. Nada mais havendo a tratar, declarou o Senhor Diretor Superintendente, encerrada a reunião da qual eu,(NEIL DIAS ABRAHÃO), Secretário lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme vai subscrita por mim e assinada pelos membros presentes.

JOSÉ ROBERTO LUGON - Diretor Superintendente - respondendo pela Superintendência; SEMIÃO SOBRAL DE FARO - Diretor Financeiro; FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE - Diretor Administrativo; LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS - Diretor Técnico.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 185 DE 25 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos nº IX do artigo 1º e IV do artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 012.063/77,

RESOLVE:

Conceder o título de perpetuidade requerido por ROBERTO MAURICIO WANGLE SAMUEL, ao jazigo nº 104, Quadra 309, do Cemitério "Campo da Esperança", situado no Plano Piloto desta Capital, onde se encontra sepultado seu filho RICARDO MONTEIRO SAMUEL, já que cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 15 do Regulamento Geral dos Cemitérios do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 263, de 02 de dezembro de 1963.

DISTRITO FEDERAL, 25 de julho de 1977.

JOSÉ GERALDO MACIEL

Secretário de Serviços Públicos

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - CONCESSÃO INICIAL, NOS TERMOS DA LEI Nº 1.711, DE 28 DE OUTUBRO DE 1.952, SENDO OS TRÊS PRIMEIROS DIAS CONSIDERADOS COMO FALTAS RELEVADAS.

NOME: ANTONIO CRUZ
PERÍODO: 30.04.77 a 31.07.77
MATRÍCULA Nº: 01.273
LOTAÇÃO: DAG
LAUDO MÉDICO Nº: 1.760/77 - DSM - CSP - SEA, de 07.07.77.
ARTIGOS: 123, 97 e 99.

NOME: OSVALDO NOGUEIRA DA SILVA
MATRÍCULA Nº: 01.806
PERÍODO: 08.07.77 a 06.08.77
LOTAÇÃO: SSP - SLU
ATESTADO MÉDICO Nº: 1.874/77 - DSM - CSP - SEA, de 12.07.77
ARTIGOS: 123, 97 e 98.

NOME: JOÃO EPHIGENIO DE FREITAS
MATRÍCULA Nº: 10.421
PERÍODO: 10.06.77 a 08.08.77
LOTAÇÃO: DCP
ATESTADO MÉDICO Nº: 1.673/77 - DSM - CSP - SEA, de 21.06.77
ARTIGOS: 123, 97 e 98.

NOME: HELENO GOMES
MATRÍCULA Nº: 10.528
PERÍODO: 01.07.77 a 31.07.77
LOTAÇÃO: DSP
ATESTADO MÉDICO Nº: 1.766/77 - DSM - CSP - SEA, de 30.06.77.
ARTIGOS: 123, 97 e 98.

NOME: JAIR MARTINS DA SILVA
MATRÍCULA Nº: 10.905
PERÍODO: 30.06.77 a 31.07.77
LOTAÇÃO: DCP
ATESTADO MÉDICO Nº: 1.760/77 - DSM - CSP - SEA, de 30.06.77
ARTIGOS: 123, 97 e 98.

NOME: JOSÉ CAMPOS BATISTA
MATRÍCULA Nº: 12.772
PERÍODO: 21.06.77 a 30.06.77
LOTAÇÃO: DCP
ATESTADO MÉDICO Nº: 1.704/77 - DSM - CSP - SEA, de 24.06.77.
ARTIGOS: 123, 97 e 98.

NOME: LUIZ ALVES DA SILVA
MATRÍCULA Nº: 13.530
PERÍODO: 27.06.77 a 25.08.77
LOTAÇÃO: DAG
ATESTADO MÉDICO Nº: 1.720/77 - DSM - CSP - SEA, de 27.06.77
ARTIGOS: 123, 97 e 98.

NOME: FRANCISCO VIEIRA FILHO
MATRÍCULA Nº: 14.010
PERÍODO: 28.06.77 a 05.07.77
LOTAÇÃO: DCP
ATESTADO MÉDICO Nº: 1.786/77 - DSM - CSP - SEA, de 04.07.77
ARTIGOS: 123, 97 e 98.

NOME: FERNANDO SOARES VIEIRA
MATRÍCULA Nº: 15.567
PERÍODO: 02.06.77 a 30.06.77
LOTAÇÃO: DCP
ATESTADO MÉDICO Nº: 1.505/77 - DSM - CSP - SEA, de 01.06.77
ARTIGOS: 123, 97 e 98.

NOME: ALBERTO GONÇALVES CAMPOS
MATRÍCULA Nº: 16.615
PERÍODO: 18.06.77 a 17.07.77
LOTAÇÃO: DSP
ATESTADO MÉDICO Nº: 1.740/77 - DSM - CSP - SEA, de 28.06.77.
ARTIGOS: 123, 97 e 98.

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - CONCESSÃO EM PRORROGAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI Nº 1.711, DE 28 DE OUTUBRO DE 1952.

NOME: FRANCISCO GOMES DA SILVA
MATRÍCULA Nº: 00.431
PERÍODO: 01.06.77 a 30.06.77
LOTAÇÃO: SSP - SLU
LAUDO MÉDICO Nº: 1.516/77 - DSM - CSP - SEA, de 10.06.77
ARTIGOS: 93, 97 e 99.

NOME: FRANCISCO GOMES DA SILVA
MATRÍCULA Nº: 00.431
PERÍODO: 01.07.77 a 30.07.77
LOTAÇÃO: SSP - SLU
LAUDO MÉDICO Nº: 1.775/77 - DSM - CSP - SEA, de 11.07.77
ARTIGOS: 93, 97 e 99

NOME: GUIDO JERÔNIMO DE ABREU
MATRÍCULA Nº: 00.450
PERÍODO: 01.02.77 a 30.06.77
LOTAÇÃO: DAG
LAUDO MÉDICO Nº: 1.704/77 - DSM - CSP - SEA, de 05.07.77
ARTIGOS: 93, 97 e 99.

NOME: JOSÉ GOMES PARENTE
MATRÍCULA Nº: 02.701
PERÍODO: 01. 07.77 a 30.09.77
LOTAÇÃO: DSP
LAUDO MÉDICO Nº: 1.661/77 - DSM - CSP - SEA, de 30.06.77
ARTIGOS: 93, 97 e 99.

NOME: TIAGO NUNES DE SOUZA
MATRIDULA Nº: 10.321
PERÍODO: 01.07.77 a 30.09.77
LOTAÇÃO: DCP
LAUDO MÉDICO Nº: 1.757/77 - DSM - CSP - SEA, de 07.07.77
ARTIGOS: 93, 97 e 99.

NOME: LUIZ JOVINO DOS SANTOS
MATRÍCULA Nº: 10.493
PERÍODO: 01.07.77 a 31.07.77
LOTAÇÃO: DSP
LAUDO MÉDICO Nº: 1.729/77 - DSM - CSP - SEA, de 06.07.77
ARTIGOS: 93, 97 e 99.

NOME: ANTONIO CARDOSO SOBRINHO
MATRÍCULA Nº: 10.667
PERÍODO: 17.06.77 a 16.07.77
LOTAÇÃO: DAG
LAUDO MÉDICO Nº: 1.626/77 - DSM - CSP - SEA, de 28.06.77
ARTIGOS: 93, 97 e 99.

NOME: WALDIVINO MOREIRA DO VALE
MATRÍCULA Nº: 11.097
PERÍODO: 02.07.77 a 15.07.77
LOTAÇÃO: DCP
ATESTADO MÉDICO Nº: 1.886/77 - DSM - CSP - SEA, de 13.07.77
ARTIGOS: 93 97 e 98.

NOME: ARISTEU JOSÉ DE OLIVEIRA
MATRÍCULA Nº: 11.482
PERÍODO: 01.07.77 a 28.09.77
LOTAÇÃO: DCP
LAUDO MÉDICO Nº: 1.715/77 - DSM - CSP - SEA, de 05.07.77
ARTIGOS: 93, 97 e 99.

NOME: MARIA JOSÉ DA SILVA
MATRÍCULA Nº: 12.126
PERÍODO: 01.07.77 a 29.08.77
LOTAÇÃO: DAG
LAUDO MÉDICO Nº: 1.727/77 - DSM - CSP - SEA, de 06.07.77
ARTIGOS: 93, 97 e 99.

NOME: PLAUTO RIBEIRO DE ALMEIDA
MATRÍCULA Nº: 13.427
PERÍODO: 01.05.77 a 31.05.77
LOTAÇÃO: DSP
LAUDO MÉDICO Nº: 1.520/77 - DSM - CSP - SEA, de 13.06.77
ARTIGOS: 93, 97 e 99.

NOME: ALDOVINO GONÇALVES VIEIRA
MATRÍCULA:Nº: 13.703
PERÍODO: 15.06.77 a 14.07.77
LOTAÇÃO: DAG
LAUDO MÉDICO Nº: 1.616/77 - DSM - CSP - SEA, de 24.06.77
ARTIGOS: 93, 97 e 99.

NOME: JOSÉ ALFREDO DA SILVA
MATRÍCULA Nº: 14.575
PERÍODO: 01.06.77 a 30.06.77
LOTAÇÃO: DSP
LAUDO MÉDICO Nº: 1.663/77 - DSM - CSP - SEA, de 30.06.77
ARTIGOS: 93, 97 e 99.

NOME: MANOEL GOMES DA SILVA
MATRÍCULA Nº: 15.444
PERÍODO: 31.05.77 a 31.07.77
LOTAÇÃO: DAG
LAUDO MÉDICO Nº: 1.587/77 - DSM - CSP - SEA, de 21.06.77
ARTIGOS: 93, 97 e 99.

SALÁRIO - FAMÍLIA - CONCESSÃO

FUNCIONÁRIO: ANTÔNIO JOSÉ VIEIRA
MATRÍCULA: 02.385
DEPENDENTE: Sandro M. Souza Vieira, filho, nascido aos 31.08.75.
A PARTIR DE: Janeiro/77, devendo o pagamento atrasado ser requerido por exercício findo.

FUNCIONÁRIO: JOSÉ JOAQUIM JORCELINO
MATRÍCULA: 02.709
DEPENDENTE: Thelma Moreira Jorcelino, filha, nascida aos 14.05.77
A PARTIR DE: Maio/77.

FUNCIONÁRIO: BRENO GREGÓRIO
MATRÍCULA: 10.649
DEPENDENTE: Creide Leide de Sá Gregório, filha, nascida aos 21.11.1976.
A PARTIR DE: Janeiro/77, devendo o pagamento atrasado ser requerido por exercício findo.

FUNCIONÁRIO: LOURIVAL NEVES DAMASCENO
MATRÍCULA: 13.586
DEPENDENTES: Marilene Chagas de Souza Damasceno, filha, nascida aos 23.10.74; Carlos Antônio Souza Damasceno, filho, nascido aos 28.05.76.
A PARTIR DE: Janeiro/77, devendo o pagamento atrasado ser requerido por exercício findo.

FUNCIONÁRIO: ANTÔNIO MARCOS RAMALHO
MATRÍCULA: 14.475
DEPENDENTE: Renata Martins Ramalho, filha, nascida aos 16.06.1977.
A PARTIR DE: Junho de 1977.

FUNCIONÁRIO: VENCESLAU MARTINS CARDOSO
MATRÍCULA: 16.883
DEPENDENTE: Osni Cardoso Martins, filho, nascido aos 07.06.77.
A PARTIR DE: Junho/77.

FUNCIONÁRIO: SINVAL EMILIO DA CRUZ
MATRÍCULA: 19.041
DEPENDENTE: Vânia Regina Linhares da Cruz, filha, nascida aos 20.06.76.
A PARTIR DE: Junho/77.

SALÁRIO - FAMÍLIA - CANCELAMENTO

FUNCIONÁRIO: IGNEZ GOMES CARRACA
MATRÍCULA: 06.193
DEPENDENTE: Marcos Alberto Garcia de Alcântara, filho, nascido aos 17.05.57.
A PARTIR DE: Julho/77.
MOTIVO: possuir o dependente rendimentos proprios.

FUNCIONÁRIO: ANTÔNIO BATISTA PIRES
MATRÍCULA: 06.221
DEPENDENTE: Vicente de Paulo Pires, irmão, nascido aos 15.06.56.
A PARTI DE: Julho/77
MOTIVO: haver o referido dependente completado a maioridade.

FUNCIONÁRIO: AUGUSTINHO ALVES DA SILVA
MATRÍCULA: 16.341
DEPENDENTE: Maria Cândida da Silva, esposa, nascida aos - não consta.
A PARTIR DE: Fevereiro de 1966.
MOTIVO: falecimento da referida dependente, aos 27 de janeiro de 1966.

FUNCIONÁRIO: LUIZ ROCHA FARIAS
MATRÍCULA: 16.518
DEPENDENTE: Fátima Rocha Farias, filha, nascida aos 28.05.62.
A PARTIR DE: Julho de 1977.
MOTIVO: haver a referida dependente contraído matrimônio aos 23.06.1977.

BRASÍLIA, 22 DE JULHO DE 1977.
ENOK DE ANDRADE BARROS
Seção de Pessoal - DAG - SSP
Chefe

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" DE 25 DE JULHO DE 1977

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA, da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI, do Artigo 30, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

1. APROVEITAR, a partir desta data, no emprego de ELETRICISTA, EP - 05, o servidor ONOFRE RODRIGUES, Matrícula nº 75.526, Trabalhador, EP - 01 da TEP/SLU.

2. DECLARAR VAGO 1 (um) emprego de TRABALHADOR EP - 01, em razão do aproveitamento de que trata a presente Ordem de Serviço.

Brasília, 25 de julho de 1977

PAULO CÉSAR CUNTIN FILPO

Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Superintendente

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES

Interessado: SÉRGIO BATISTA DE SÁ
Assunto: ORDEM DE SERVIÇO Nº 037/77-GEO: SUSPENDE por 03 (três) dias, o empregado SÉRGIO BATISTA DE SÁ, matrícula 73.922, Gari EP-03 da TEP/SLU, lotado no Distrito Metropolitano de Coleta, pelos motivos contidos no O.I. nº 150/77-DMC.

A suspensão acima deverá ser cumprida nos dias: 21, 22 e 23 de julho de 1977.

SÉRGIO ANTONIO GARCIA ALVES

Gerência de Operações
Gerente

GERÊNCIA DE DESTINO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 007/77- GED

O GERENTE DO DESTINO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do Artigo 38, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.360 de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

SUSPENDER, por 10 (dez) dias, o servidor Manoel Pereira dos Santos, motorista "C" EP- 09, matrícula 75.297, da Tabela de Empregos Permanentes do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, lotado na Usina de Tratamento de Lixo- GED, pelos motivos constantes no O.I. nº 056/77- UTL.

Brasília, 12 de julho de 1977

JOSÉ MARIA DE MESQUITA JUNIOR

Gerência de Destino de Resíduos Sólidos
Gerente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 008/77- GED

O GERENTE DE DESTINO DE RESIDUOS SÓLIDOS, do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do Artigo 38, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.360 de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

SUSPENDER, por 10 (dez) dias, o servidor Eduilson Alves de Souza, Trabalhador EP- 01, matrícula nº 74.460, da Tabela de Empregos Permanentes do Serviços Autônomo de Limpeza Urbana, lotado na Usina de Tratamento de Lixo- GED, pelos motivos constantes no O.I. nº 056/77- UTL.

Brasília, 12 de julho de 1977

JOSÉ MARIA DE MESQUITA JUNIOR

Gerência de Destino de Resíduos Sólidos
Gerente

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA - CAESB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA TRECENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA.

Aos treze dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e sete, na sala de reuniões, na sede da Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB, realizou - se a 377ª sessão do Conselho de Administração, sob a presidência do Conselheiro JOSÉ GERLADO MACIEL, Secretário de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes os Conselheiros FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA, Superintendente da empresa, FRANCISCO DE ASSIS CASTRO, CORNÉLIO PIMENTA DA ROCHA, OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES e CARLOS REGO BARBOSA, para eleição do novo Diretor da CAESB, tendo em vista o pedido de renúncia apresentado pelo Doutor CARLOS MANOEL NASCIMENTO PEREIRA, através de sua carta constante do Processo nº 708610/77. DECISÃO: "O Conselho, face ao qua consta do processo, RESOLVE: a) Aceitar o pedido de renúncia apresentado pelo Doutor CARLOS MANOEL NASCIMENTO PEREIRA de suas funções de Diretor da CAESB: b) Eleger o Engº LUIZ CLÁUDIO CASTELLO BRANCO para o cargo de Diretor da Companhia de Água e esgotos de Brasilia, com mandato de 2 (dois) anos, nos termos, respectivamente, do ítem II do artigo 15 e do parágrafo Único do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia." Para atendimento dos requisitos legais pertinentes, registra - se, a seguir, a qualificação do novo Diretor da CAESB: LUIZ CLÁUDIO CASTELLO BRANCO, brasileiro, casado, engenheiro civil, natural do Rio de Janeiro, RJ., filho de Amaury Calafange Castello Branco e Yedda Castello Branco, residente na SQS 105, Bloco "J", aptº 405, portador da carteira de identidade nº 1.951.005, expedida pelo Instituto Félix Pacheco - RJ, e do CPF nº 019.566.391/87. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, Maria de Lourdes Almeida Campos, Secretária, lavrei esta ata, que, depois de lida e achada conforme, vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

JOSÉ GERALDO MACIEL; FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA; FRANCISCO DE ASSIS CASTRO; CORNÉLIO PIMENTA DA ROCHA; OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES; CARLOS REGO BARBOSA - JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL - CERTIDÃO: CERTIFICO que a primeira via deste documento, por despacho do Presidente da JCDF, nesta data, foi arquivada sob o número: 183 - Brasília, 21/julho/1977 - WALDYR PEIXOTO - Secretário - Geral

DIRETORIA

ATA DA TRECENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE BRASÍLIA- CAESB.

Aos onze dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e sete, na sala de reuniões, na sede da Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB, realizou- se a 367ª. sessão da Diretoria, sob a Presidência do Engº. Francisco de Salles Baptista Ferreira, Superintendente da Empresa, presentes os Senhores Diretores Fausto de Marcos Rabelo Filho, João Carlos de Siqueira Filho e Luiz Cláudio Castello Branco. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, foram julgados os seguintes processos em pauta: 1º) Processo nº 707582/77, que trata da homologação do resultado da Tomada de Preços nº TP- 027/77- CAESB, para execução de serviços de aterro compactado e plantio de grama ao longo da subadutora de água tratada Taguatinga- Brasília, do Sistema Rio Descoberto, relatado pelo Diretor João Carlos de Siqueira Filho. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o Parecer da Comissão Julgadora, às fls. 239/241, homologa o resultado da Tomada de Preços nº TEP-027/77- CAESB, adjudicando à firma MOVITERRA - Engenharia e Comércio Ltda. a execução dos serviços de aterro compactado numa extensão de 607.90m e volume estimado de 9.055m3, e plantio de grama "Batatais" nos trechos aterrados, numa área aproximada de 9.720m2, ao longo da subadutora de água tratada Taguatinga- Brasília, nas proximidades dos córregos Vicente Pires e Samambaia, pelo preço global de Cr$ 677,284,46 (seiscentos e setenta e sete mil, duzentos e oitenta e quatro cruzeiros e quarenta e seis centavos) e prazo de 120 (cento e vinte) dias para a execução dos serviços, obedecidas as condições previstas no item 9 do Anexo I." 2º) Processo nº 711406/77, relativo à prestação de contas apresentada pelo servidor José Alexandre Monteiro Fortes, da Assessoria de Planejamento, relatado pelo Diretor Luiz Cláudio Castello Branco. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o Parecer da Divisão de Contabilidade, às fls. 16, APROVA a prestação de contas apresentada pelo servidor José Alexandre Monteiro Fortes, no valor de Cr$ 1.238,50 (hum mil, duzentos e trinta e oito cruzeiros e cinquenta centavos), correspondente às despesas efetuadas por conta do Fundo Rotativo concedido à Assessoria de Planejamento, determinando ao órgão competente que forneça ao responsável o documento de quitação respectivo." 3º) Processo nº 711520/77, que trata da prestação de contas apresentada pelo servidor Geraldo Francisco da Conceição Borba, da Diretoria de Operações, relatado pelo Diretor Luiz Cláudio Castello Branco. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o Parecer da Divisão de Contabilidade, às fls. 87, APROVA a prestação de contas apresentada pelo servidor Geraldo Francisco da Conceição Borba, no valor de Cr$ 28.206,80 (vinte e oito mil, duzentos e seis cruzeiros e oitenta centavos), correspondente às despesas efetuadas por conta do Fundo Rotativo concedido à Coordenação de Atendimento ao Usuário da Diretoria de Operações, determinando ao órgão competente que forneça ao responsável o documento de quitação respectivo." 4º) Processo nº 711532/77, relativo à prestação de contas apresentada pelos servidores Walquírio Pereira Rodrigues e Alonso Novais Ferro, da Diretoria Administrativa e Financeira, relatado pelo Diretor Luiz Cláudio Castello Branco. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o Parecer da Divisão de Contabilidade, às fls. 296, APROVA a prestação de contas apresentada pelos servidores Walquírio Pereira Rodrigues e Alonso Novais Ferro, no valor de Cr$27.421,22 (vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e um cruzeiros e vinte e dois centavos), correspondente às despesas efetuadas por conta do Fundo Rotativo concedido ao Departamento de Serviços Gerais da Diretoria Administrativa e Financeira, determinando ao órgão competente que forneça aos responsáveis o documento de quitação respectivo." 5º) Processo nº 708350/77, que trata da homologação do resultado da Tomada de Preços nº TP- 024/77- CAESB, para aquisição de móveis e fornecimento e montagem de divisórias no 3º e 5º andares do edifício- sede da CAESB, relatado pelo Diretor João Carlos de Siqueira Filho. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o Parecer da Comissão Julgadora, às fls. 260/263, homologa o resultado da Tomada de Preços nº TP- 024/77- CAESB, adjudicando às firmas abaixo mencionadas o seguinte: 1) - MADEIREIRA SÃO JORGE - Sebba S/A Comércio e Indústria - Fornecimento e montagem de divisórias nº 3º andar: Itens 1, 2, 4 e 5 igual Cr$ 367,213,00 (trezentos e sessenta e sete mil, duzentos e treze cruzeiros); - Fornecimento e montagem de divisórias no 5º andar: Itens 1, 2, 4, 5, 6 e 7 igual Cr$ 527.572,00 (quinhentos e vinte e sete mil, quinhentos e setenta e dois cruzeiros). Total global igual Cr$894.785,00 (oitocentos e noventa e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco cruzeiros); - Condições de pagamento: conforme o Edital; - Prazo de entrega: 45 (quarenta e cinco) dias. 2) - ITALMA S/A - Indústria do Mobiliário - Fornecimento e montagem de divisórias no 3º andar; Item 3 igual Cr$ 303.478,90 (trezentos e três mil, quatrocentos e setenta e oito cruzeiros e noventa centavos); - Fornecimento e montagem de divisórias no 5º andar; Item 3 igual Cr$ 92.828,84 (noventa e dois mil, oitocentos e vinte e oito cruzeiros e oitenta e quatro centavos); - Móveis para o 3º andar igual Cr$ 1.072.504,91 (hum milhão, setenta e dois mil, quinhentos e quatro cruzeiros e noventa e um centavos); Total global igual Cr$ 1.468.812,65 (hum milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e doze cruzeiros e sessenta e cinco centavos); - Condições de pagamento: conforme o Edital; - Prazo de entrega: 45 (quarenta e cinco) dias." 6º) Processo nº 708736/77, que trata da homologação do resultado da Concorrência nº CD-03/77- CAESB, para execução de 02 (dois) reservatórios de água potável na cidade satélite de Taguatinga, com capacidades de 25.000.000 e 500.000 litros, além de obras complementares, componentes do Sistema Rio Descoberto, relatado pelo Diretor João Carlos de Siqueira Filho. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o Parecer da Comissão Julgadora, às fls. 3220/3228, opina, ouvido o Egrégio Conselho de Administração, pela homologação do resultado da Concorrência nº CD- 03/77- CAESB, adjudicando às firmas abaixo mencionadas a execução das seguintes obras, na cidade satélite de Taguatinga: 1) ESCRITÓRIO DE CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA - ECEL S/A: - RESERVATÓRIO SUPERFICIAL, com capacidade de 25.000.000 litros, bem como obras complementares, pelo valor global de Cr$ 40.335.751,18 (quarenta milhões, trezentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta e um cruzeiros e dezoito centavos) e prazo de execução de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato; 2) CONSTRUTORA ALCINDO VIEIRA- CONVAP S/A: - RESRVATÓRIO ELEVADO, com capacidade de 500.000 litros, bem como obras complementares, no valor global de Cr$ 2.233.370,49 (dois milhões, duzentos e trinta e três mil, trezentos e setenta cruzeiros e quarenta e nove centavos) e prazo de execução de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato; Demais condições: de acordo com o estabelecido no Edital de Concorrência." 7º) Processo nº 07103/76, que trata do convênio a ser celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília- CAESB e o Sexto Comando Aéreo Regional, relatado pelo Diretor Francisco de Salles Baptista Ferreira. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do processo, autoriza a celebração de Convênio entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e o Sexto Comando Aéreo Regional, objetivando a execução pela CAESB das obras de ampliação do sistema de captação, adução, reservação e distribuição de água potável a serem realizadas na Área de Guarnição da Aeronáutica de Brasília, pelo valor de Cr$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), e prazo de 210 (duzentos e dez) dias, a contar da data da assinatura do Convênio." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, Rozibilla Lobato Maia, Secretária, lavreia a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Diretores presentes.
FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA; FAUSTO DE MARCOS RABELO FILHO; JOÃO CARLOS DE SIQUEIRA FILHO; LUIZ CLÁUDIO CASTELLO BRANCO.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº "P" 96 DE 19 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o ítem V, do Artigo 22, do Estatuto da Entidade,

RESOLVE:
Designar o servidor PEDRO LOPES DE SOUZA, Auxiliar de Administração, matrícula nº 11.199- GDF, para substituir o Chefe da Unidade de Revenda nº 01- S.I.A., do Departamento de Revenda de Material Agropecuário, durante o período de férias, de 1º a a 30 de agosto do corrente ano.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

CONSELHO DELIBERATIVO

Sessão de 15 de julho de 1977
Processo nº: 623280/77- FZ.
Interessado: DEPARTAMENTO FINANCEIRO- FZ.
Assunto: Submete a apreciação do Conselho Deliberativo o Balancete do mês de maio/77.
Relator: ADALBERTO BRANDÃO VENTURA.

RESOLUÇÃO Nº 211

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 228a. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item XIII, do artigo 18 do Estatuto,

RESOLVE:
Declarar apreciado o Balancete da FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, referente ao mês de maio de 1977, na forma apresentada pelo Departamento Financeiro.
PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro
RENATO ARAUJO SAMPAIO
Conselheiro
JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

Sessão de 15 de julho de 1977
Processo nº: 5710/76- FZ.
Interessado: ZENAID OLIVEIRA CUNHA CAMPOS
Assunto: Requer o arrendamento dos lotes nºs 114,115,116 e 117 da Colônia Agropecuária Taquara Pipiripau.
Relator: ADALBERTO BRANDÃO VENTURA.

RESOLUÇÃO Nº 212

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 228a. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo

literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro ADALBERTO BRANDÃO VENTURA,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento dos lotes nºs 114, 115, 116 e 117 da Colônia Agropecuária Taquara Pipiripau, a Sra. ZENAID OLIVEIRA CUNHA CAMPOS, condicionando a lavratura do respectivo Contrato a aprovação do projeto por Sua Excelência o Sr. Governador do Distrito Federal, nos termos do disposto no artigo 5º, parágrafo 2º, letra "f" do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro
RENATO ARAUJO SAMPAIO
Conselheiro
JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

Sessão de 15 de julho de 1977
Processo nº: 6923/76- FZ.
Interessado: JOÃO PEREIRA DA COSTA
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº /% do Núcleo Rural do Rio Preto.
Relator: JAYME LEIRO VILAN

RESOLUÇÃO Nº 213

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 228a. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JAYME LEIRO VILAN,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº 38, do Núcleo Rural do Rio Preto, ao Sr. JOÃO PEREIRA DA COSTA, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro
RENATO ARAUJO SAMPAIO
Conselheiro
JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

Sessão de 15 de julho de 1977
Processo nº: 620851/77- FZ.
Interessado: JOÃO BRANCO NUNES CLARO
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº 81, do Núcleo Rural do Rio Preto.
Relator: JAYME LEIRO VILAN

RESOLUÇÃO Nº 214

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 228a. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo Conselheiro JAYME LEIRO VILAN,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº 81, do Núcleo Rural do Rio Preto, ao Sr. JOÃO BRANCO NUNES CLARO, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro
RENATO ARAUJO SAMPAIO
Conselheiro
JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

Sessão de 15 de julho de 1977
Processo nº: 623128/77- FZ
Interessado: DEPARTAMENTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO- FZ.
Assunto: Propõe a majoração da tabela de preços para venda de pintos de um dia, mudas e transportes de animais.
Relator: JAYME LEIRO VILAN

RESOLUÇÃO Nº 215

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 228a. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item XVII do artigo 18 do Estatuto,

RESOLVE:

a) autorizar a majoração de preços para venda de pintos de um dia, mudas frutíferas e para transporte de animais, de acordo com a proposta do Chefe do DEPARTAMENTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇAO, às peças 02 deste processo; e,

b) revogar a Resolução nº 188, de 25 de agosto de 1976, deste Colegiado, e demais disposições em contrário.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro
RENATO ARAUJO SAMPAIO
Conselheiro
JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

Sessão de 15 de julho de 1977
Processo nº: 6070/75- FZ.
Interessado: SEÇÃO DE PATRIMONIO- D.A.
Assunto: Submete ao referendum do Conselho Deliberativo a aceitação de doação, à Entidade, de um lote em Posse- GO.
Relator: JAYME LEIRO VILAN

RESOLUÇÃO Nº 216

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 228a. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item XI, do artigo 18 do Estatuto,

RESOLVE:

a) referendar a aceitação da doação à FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, de uma quadra de terreno patrimonial urbano na cidade de Posse- Estado de Goiás, sita à Avenida Rogério Pithon Farias, medindo a área de 1.200m2 (mil e duzentos) metros quadrados, para nele constuir a "Casa do Agricultor", de acordo com a Escritura Pública de fls. 06/08 deste processo; e,

b) autorizar ao Departamento Administrativo a incorporação do referido lote no acervo patrimonial da Entidade, desde que se anexe aos autos a Lei que autorizou a doação.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro
RENATO ARAUJO SAMPAIO
Conselheiro
JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

Sessão de 15 de julho de 1977

Processo nº.: 6317/76 - FZ
Interessado: ROGERIO TOKARSKI
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº. 17, do Núcleo Rural de Tabatinga.
Relator: RUY DE ARAUJO CALDAS

RESOLUÇÃO Nº. 217

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 228ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº. 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro RUY DE ARAUJO CALDAS,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº. 17, do Núcleo Rural de Tabatinga, ao Sr. ROGERIO TOKARSKI, nos termos do Decreto nº. 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

RENATO ARAUJO SAMPAIO
CONSELHEIRO

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

Sessão de 15 de julho de 1977
Processo nº.: 623398/77 - FZ
Interessado: CENTRO INTERESCOLAR Nº. 01 DE BRAZLANDIA - SEC;
Assunto: Solicita doação de mudas de árvores ornamentais.

Relator: RUY DE ARAUJO CALDAS

RESOLUÇÃO Nº. 218

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 228ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item XIX, do artigo 18 do Estatuto,

RESOLVE:

Autorizar a doação das seguintes mudas de árvores ornamentais ao CENTRO INTERESCOLAR 01 DE BRAZLANDIA - SEC:

36 (trinta e seis) mudas de flamboyants amarelos;

36 (trinta e seis) mudas de sibipirunas;

72 (setenta e duas) mudas de spathodeas;

72 (setenta e duas) mudas de ipês roxos; e,

1.500 (mil quinhentos) mudas de ciprestes portugueses.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

RENATO ARAUJO SAMPAIO
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

Sessão de 15 de julho de 1977
Processo nº.: 018907/77 - GDF
Interessado: CENTRO DE INTERNAMENTO E REEDUCAÇÃO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - DF.
Assunto: Solicita doação de pintos de um dia.

Relator: RUY DE ARAUJO CALDAS

RESOLUÇÃO Nº. 219

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 228ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item XII, do artigo 18 do Estatuto,

RESOLVE:

Autorizar a doação de 100 (cem) pintos, de um dia ao CENTRO DE INTERNAMENTO E REEDUCAÇÃO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

RENATO ARAUJO SAMPAIO
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

Sessão de 15 de julho de 1977
Processo nº.: 0241/76 - FZ
Interessado: PAULO LOPES ROSADO
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº. 67 do Núcleo Rural de Tabatinga.
Relator: JOÃO ALCIDES HOMAR

RESOLUÇÃO Nº. 220

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 228ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº. 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOÃO ALCIDES HOMAR,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº. 67, do Núcleo Rural de Tabatinga, ao Sr. PAULO LOPES ROSADO, nos termos do Decreto nº. 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

RENATO ARAUJO SAMPAIO
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

Sessão de 15 de julho de 1977
Processo nº.: 623469/77 - FZ
Interessado: SEÇÃO DE PATRIMONIO - D.A. - FZ.
Assunto: Propõe a incorporação de animal no acervo patrimonial da Entidade.
Relator: JOÃO ALCIDES HOMAR

RESOLUÇÃO Nº. 221

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 228ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item XIX, do artigo 18 do Estatuto,

RESOLVE:

Autorizar a incorporação de um bezerro mestiço holandês, no valor de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros), no acervo patrimonial da FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

RENATO ARAUJO SAMPAIO
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

Sessão de 15 de julho de 1977

Processo nº.: 620054/77 - FZ
Interessado: JOÃO RIBEIRO DE MORAIS
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº. 142, da Colônia Agropecuária Taquara Pipiripau.
Relator: JOÃO ALCIDES HOMAR

RESOLUÇÃO Nº. 222

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 228ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Ruras instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº. 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnico e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOÃO ALCIDES HOMAR,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº. 142, da Colônia Agropecuária Taquara Pipiripau, ao Sr. JOÃO RIBEIRO DE MORAIS, nos termos do Decreto nº. 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

RENATO ARAUJO SAMPAIO
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

Sessão de 15 de julho de 1.977

Processo nº.: 620196/77 - FZ
Interessado: WALTER RAMOS DA COSTA PORTO
Assunto: Requer a transferência do Contrato de arrendamento do lote nº. 26, do Núcleo Rural do Rio Preto.
Relator: RENATO ARAUJO SAMPAIO

RESOLUÇÃO Nº. 223

O CONSELHO DELIBERATIVC DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 228ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº. 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a cessão de direitos de fls. 66/67 e declaração de anuência de fls. 17;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro RENATO ARAUJO SAMPAIO,

RESOLVE:

a) Declarar rescindido o Contrato de fls. 05/08, referente ao arrendamento do lote nº. 26, do Núcleo Rural do Rio Preto, celebrado entre a FZDF e o Sr. JOÃO PINTO DE SOUZA; e,

b) Autorizar a lavratura de novo Contrato de arrendamento, do mesmo lote, com o Sr. WALTER RAMOS DA COSTA PORTO, nos termos do

artigo 19, do Decreto nº. 2.739/74.
PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro
RENATO ARAUJO SAMPAIO
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

Sessão de 15 de julho de 1977
Processo nº.: 623424/77 - FZ

Interessado: DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA ANIMAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Assunto: Solicita doação de (trezentos) ovos fecundados.
Relator: RENATO ARAUJO SAMPAIO

RESOLUÇÃO Nº. 224

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 229ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item XIX, do artigo 18 do Estatuto,

RESOLVE:

Autorizar a doação de 300 (trezentos) ovos fecundados ao DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA ANIMAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

RENATO ARAUJO SAMAPAIO
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO

Atos do Diretor

Nº 008/77- DPE

ORDEM DE SERVIÇO "P" DE 25 DE JULHO DE 1977

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução de Serviço "N" número 05 de 15 de junho de 1977.

RESOLVE:

SUSPENDER por 03 (três) dias, a partir desta data o servidor DARCI DOS SANTOS OLIVEIRA, Auxiliar de Administração, matrícula número 90.021- FZDF, *por negligência no* desempenho de suas funções.
Fundação Zoobotânica D.F.
Deptº de Pesquisa Experimentação

ORIZOMARDEM CORADO LUSTOSA
CHEFE

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 361, DE 21 DE JUNHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 304/77 - SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder ao GRUPO INTERNACIONAL CINEMATOGRÁFICO S/A, proprietário do "Cinespacial", localizado na SHI/Sul, QI. 1/1, Bloco "A", Loja 23, Centro Comercial Gilberto Salomão, Brasília, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar Exibição de Filmes Cinematográficos, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1978

Distrito Federal, 21 de junho de 1977

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
Secretário de Segurança Pública

(DAR, de 15.07.77 - Cr$ 48,00)

PORTARIA Nº 364, DE 21 DE JUNHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 142, VII, do Regimento aprovado pelo Dec. nº 2.868, de 25/03/75, combinado com o art. 5º do Dec. nº 2.934, de 30/06/75, e tendo em vista o que consta do processo número 0304/77 - SCDP/SEP,

RESOLVE:

Dar baixa no Registro concedido à EMPRESA PAULISTA DE CINEMAS LTDA, proprietária do "Cinespacial", localizado no HIS 1, Bloco A, Loja 23, Centro Comercial Gilberto Salomão, DF, através da Portaria nº 195 de 31 de março de 1976, para funcionar com exibição de filmes cinematográficos, em virtude do referido estabelecimento ter sido vendido ao GRUPO INTERNACIONAL CINEMATOGRÁFICO S/A, consoante notícia o processo supracitado.

Distrito Federal, 21 de junho de 1977

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

(DAR, de 17.07.77 - Cr$ 48,00)

PORTARIA Nº 371, DE 28 DE JUNHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 308/77 - SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder à firma BAR E CHURRASCARIA SAGARANA LTDA, estabelecida na CSB 09, Lote 03, Taguatinga, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com "Restaurante - Dançante", enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive a de não manter divisões, biombos ou meias - portas com o fim de criar dependências isoladas ou reservadas, salvo as que se prestem a fins decorativos ou a separação de áreas de serviço e nem cômodos em seu interior ou comunicação direta com os que existirem em seu exterior.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1978

Distrito Federal, 28 de junho de 1977

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
Secretário de Segurança Pública

(DAR, de 08.07.77 - Cr$ 48,00)

PORTARIA Nº 374, DE 30 DE JUNHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 282/77 - SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder à firma JOSEFA AGUIDA DOS SANTOS, estabelecida na CLS 414, bloco B, Loja 25, Plano Piloto, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com "Snooker", enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1978

Distrito Federal, 30 de junho de 1977

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
Secretário de Segurança Pública

(DAR, de 13.07.77 - Cr$ 48,00)

PORTARIA Nº 375, DE 30 DE JUNHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 316/77 - SCDP/SEP.

RESOLVE:

Conceder à firma FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA, estabelecida na Quadra 10, CL/03, Loja 01, Sobradinho, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com "Snooker", no horário de 08:00 às 24:00 horas enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1978

Distrito Federal, 30 de junho de 1977

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
Secretário de Segurança Pública

(DARF, de 15.07.77 - 48,00)

RECIBO
Recebi o original em 18/07/1977
As) ZACARIAS DA SILVA VIANA
Cart. Ident. nº 275.801 - DESP - DF

PORTARIA Nº 379, DE 30 DE JUNHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no

ATOS DO SECRETÁRIO

uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º., do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 320/77 - SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder ao CLUBE RECREATIVO DOS BOMBEIROS DO BRASIL, localizado na EQ/Sul, 712 a 912, Conjunto "C", Plano Piloto, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com atividades Recreativas, Desportivas e Culturais, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1978

Distrito Federal, 30 de junho de 1977

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
Secretário de Segurança Pública

(DAR, de 29.06.77 - Cr$ 48,00)

PORTARIA Nº 384, DE 14 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º., do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 322/77 - SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder à firma BAR SNOOKER GUARÁ LTDA, estabelecida na QI. 05, Conjunto "A", Loja 16, Guará, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com "Snooker", enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1978

Distrito Federal, 14 de julho de 1977

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

(DAR, de 1º. 07.77 - Cr$ 48,00)

PORTARIA Nº 385, DE 14 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 324/77 - SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder ao GRÊMIO ESPORTIVO BRASILIENSE, localizado no SAI Sul, Lote "A", Park Way, Núcleo Bandeirante, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com atividades Esportivas, Recreativas, Culturais e Sociais, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1978

Distrito Federal, 14 de julho de 1977

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

(DAR, de 05.07.77 - Cr$ 48,00)

PORTARIA Nº 386, DE 14 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º., do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 325/77 - SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder à firma RAIMUNDO ALVES DE MESQUITA, estabelecida na Quadra 07, Lote 14, Loja "B", Setor Leste, Gama, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com "Snooker", no horário de 08:00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1978

Distrito Federal, 14 de julho de 1977

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

(DAR, de 29.06.77 - Cr$ 48,00)

PORTARIA Nº 387, DE 14 DE JULHO DE 1.977

O SECRETARIO DE SEGURANCA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 32.934, de 30 de junho de 1.975, e tendo em vista o que consta do processo nº 323/77 - SCDP/SEP,

RESOLVE;

Conceder à firma EMILIA DO NASCIMENTO SOUZA, estabelecida *na Quadra 05, Conjunto "G", Lote 21 - A, Planaltina*, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com "Snooker", no horário de 08,00 às 24,00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.
A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATE 31 DE MARÇO DE 1.978
Distrito Federal, 14 de julho de 1.977
AIME ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA
(DAR, de 04.07.77 - Cr$ 48,00).

PORTARIA Nº 389, DE 14 DE JULHO DE 1.977

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1.975, e tendo em vista o que consta do processo nº 332/77 - SCDP/SEP,

RESOLVE;

..Conceder à firma ANTONIA MEDEIROS DE SOUZA, estabelecida na Quadra 13, Lote 09, Setor Oeste Comercial, Gama, Distrito Federal, REGISTRO, para funcionar com "Snooker", no horário de 08,00 às 24,00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1.978.
Distrito Federal, 14 de julho de 1.977
AIME ALCEBÍADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(DAR, de 15.07.77 - Cr$ 48,00)

PORTARIA Nº 390, DE 14 DE JULHO DE 1.977

..O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 335/77 - SCDP/SEP,

RESOLVE:

..Conceder à firma JACINTO HILARIO DE ANDRADE, proprietária da Boite "NIGHT AND DAY", estabelecida no SD/Sul, Bloco "N", nº 14, Lojas 24 e 26, Subsolo, Plano Piloto, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com "Boite", enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive a de não manter divisões, biombos ou meias - portas, com o fim de criar dependências isoladas ou reservadas, salvo as que se prestem a fins decorativos ou a separação de áreas de serviço e nem cômodos em seu interior ou comunicação direta com os que existirem em seu exterior.
A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATE 31 DE MARÇO DE 1978
Distrito Federal, 14 de julho de 1977
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(DAR, de 13.07.77 - Cr$ 48,00)

PORTARIA Nº. 391, DE 15 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º., do Decreto nº. 2.934, de 30 de junho de 1.975, e tendo em vista o que consta do processo nº. 338/77 - SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder à firma BOITE LA PALOMA LTDA, estabelecida na QNE 17, Lote 17, Loja 01, Taguatinga, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com "Boite", enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive a de não manter divisões, biombos ou meias- portas, com o fim de criar dependências isoladas ou reservadas, salvo as que se prestem a fins decorativos ou a separação de áreas de serviço e nem cômodos em seu interior ou comunicação direta com os que existirem em seu exterior.
A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1.978.

Distrito Federal, 15 de julho de 1977.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
Secretário de Segurança Pública

(DAR, de 18.07.77 - Cr$ 48,00)

DEPARTAMENTO DE TRANSITO

Atos do Diretor

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 371 DE 15 DE JULHO DE 1977.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN-DF), no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XXVI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista a aprovação em Concurso Público realizado pelo DASP,

RESOLVE:

Admitir, na forma do Artigo 6º da Lei nº 6.296/75, pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho o

Dr. JOÃO BATISTA TEIXEIRA PINTO, para exercer o emprego de Médico, Clínico Geral, EP-18, integrante da Tabela de Empregos Permanentes do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 3536, de 29 de dezembro de 1976, a partir desta data.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO- Bel.
Diretor Geral

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº 372 de 18 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN - DF), no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XIX do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976.

RESOLVE:

Designar os servidores PAULO SOUZA DA SILVA, Capitão PMDF, Assistente da G.P.F.T., matrícula nº 00171/DETRAN, ADONIAS ARAUJO DO PRADO, Advogado do DETRAN, matrícula nº 00021/DETRAN e CARLOS DE PAULA RIBEIRO, Supervisor de Sinalização Semafórica, matrícula nº 00027/DETRAN, para constituirem comissão destinada a proceder leilão de veículos recolhidos ao Depósito do DETRAN, em face da Lei 5.961/73, ficando o primeiro como presidente.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO Bel.
DIRETOR GERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 373 DE 18 DE JULHO DE 1977.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN - DF), no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XXVI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista a aprovação em Concurso Público realizado pelo IDR/SEA/DF,

RESOLVE:

Admitir, na forma do Artigo 6º da Lei nº 6.296/75, pelo Regime .. da Consolidação das Leis do Trabalho, VALTER DA COSTA BATISTA, para exercer o emprego de Agente de Trânsito, Nível EP - 11, integrante da Tabela de Empregos Permanentes do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 3536, de 29 de dezembro de 1976, a partir desta data.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel.
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 374/77 - DETRAN, 15 de julho de 1977.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o ARTIGO 1º do Decreto nº 1.175, de 23 de outubro de 1969, do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal.

RESOLVE:

1º - Constituir Comissão Examinadora de Trânsito, para o dia 18.07.77, com início previsto para 08:00 horas, na GARAGEM - SEP - (Divisão de Transportes).

Dirceu Falcão da Mota - Cel
Presidente

Otelino Dias do Nascimento
Membro

João Sereno Firmo - Major da PM
Membro

Italo Caiafa - Cap. PM
Presidente
Ricardo Jancoski - 1º Ten. PM
Membro

Almiro Gerim de Amorim- Bel
Membro

Brasília - DF, 15 de julho de 1977

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel.
Diretor - Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 378, DE 21 DE JULHO DE 1977.

O DIRETOR- GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43 inciso XLII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535/76 e tendo em vista o que consta do expediente protocolado sob nº 396419/77,

RESOLVE:

Designar os servidores ADONIAS ARAUJO DO PRADO, Advogado, matrícula 021, REGINA BARBO TEIXEIRA, matrícula nº 233 e CARLOS CEZAR DE SOUZA NETO, matrícula nº 215, todos da TEP deste DETRAN, para sob a presidência do primeiro, constituirem Comissão de Inquérito Administrativo incumbida de apurar a responsabilidade pelo desaparecimento de um gravador, reclamado pelo Sr. LUIZ FERNANDO SALGUEIRO DOS SANTOS, encarregado da liberação do veículo placa AA- 9998- DF, de propriedade do Sr. SÉRGIO LAGOS MOTTA, recolhido ao Depósito desta Autarquia, em data de 06 do mês em curso.
Brasília, DF, 21 de julho de 1977.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO, Bel.
Diretor- Geral do DETRAN- DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 379 DE 20 DE JULHO DE 1977.

FIXA TAXAS DE PREÇOS DOS SERVIÇOS DE MEDICINA E PSICOLOGIA DE TRANSITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR- GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 61, do Decreto nº 3534 de 29 de dezembro de 1976, que regulamentou a Lei nº 6296 de 15 de dezembro de 1975, combinado com o Artigo 124, inciso II, nº 20 do Decreto- Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966 e tendo em vista os valores referência fixados pelo Decreto nº 79611 de 28 de abril de 1977,

RESOLVE:

1. As taxas para os EXAMES MÉDICOS efetuados diretamente pela Supervisão de Medicina de Trânsito da GAHAB do DETRAN- DF, são os seguintes:

a. exame de sanidade física e mental. Cr$ 43,90
b) exame oftalmológico . . . .Cr$ 43,90
c. exame para deficientes, por Junta Médica Especial . . . . . .Cr$ 131,70

d. reexame por inaptidão temporária ou definitiva, por Junta Médica, em grau de recurso..Cr$ 131,70

2. Os preços para os EXAMES PSICOTÉCNICOS efetuados diretamente pela Supervisão de Psicologia de Trânsito da Gerência de Aprendizagem e Habilitação desta Autarquia, são os seguintes:

a. exame para obtenção ou renovação de Carteira Nacional de Habilitação... Cr$ 175,60
b. reexame de candidato inapto temporáriamente, em grau de revisão... Cr$ 87,80
c. reexame, por Comissão Especial, em grau de recurso, por inaptidão definitiva... Cr$ 131,70
d. exame para fins pedagógicos (examinadores e instrutores)...Cr$ 87,80

3. Os exames para obtenção ou renovação da C.N.H., só poderão ser feitos no DETRAN- DF em bateria conjunta, isto é, os dois exames médicos e o psicotécnico, pagos os valores respectivos conjuntamente e mediante a apresentação do formulário próprio, ou seja:

a. exame médico de sanidade física e mental. . . . . Cr$ 43,90
b. exame médico oftalmológico. . . . . Cr$ 43,90
..c. exame psicotécnico . . . . . .Cr$ 175,60
..TOTAL . . . . . Cr$ 263,40

4. Os exames por Junta Médica Especial ou por Comissão Psicológica Especial deverão ser requeridos pelos interessados ao Diretor- Geral do DETRAN- DF, juntando o comprovante do pagamento prévio dos valores através do formulário próprio.

5. Os reexames simples serão processados de Ofício: e os em grau de recurso ou revisão por requerimento do candidato ou por determinação da Administração.

6. Quando necessário deverá a Supervisão interessada promover diretamente junto aos órgãos ou especialistas competentes a realização dos exames complementares para elucidação do caso clínico ou psicológico do candidato.

7. Os exames deverão ser prestados no horário de expediente do DETRAN- DF, no dia e hora previamente determinados ao condidato pela Gerência de Aprendizagem e Habilitação, salvo convocações especiais.

8. Além dos exames em candidatos, compete às duas Supervisões, nas suas áreas de atuação fiscalizar periodicamente as clínicas credenciadas e elaborar pareceres técnicos sobre o assunto, assessorando a Comissão de Credenciamento, bem como efetuar estudo de acompanhamento do padrão de qualidade dos serviços prestados por terceiros.

9. Os casos omissos serão resolvidos pelo Gerente da GAHAB ou pela Diretoria Geral se o assunto for de natureza intergerencial.

10. Esta Instrução de Serviço entra em vigor nesta data, mantidos os credenciamentos já efetuados na forma da O.S. nº 087/73, enquanto convierem à Administração.
Brasília, 20 de julho de 1977.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO- Bel
Diretor Geral do DETRAN- DF

JUNTA DE CONTROLE DO DETRAN - D.F.

ATA DA 37ª REUNIAO DA JUNTA DE CONTROLE DO DETRAN - DF

Aos sete dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e sete, na sala de reuniões do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, às 16;00 horas, realizou - se a 37ª (trigêsima sétima) reunião da Junta de Contrôle do DETRAN - DF, sob a Presidência do Senhor WALTER BREY JUNIOR, presentes os Senhores membros CLAUDIO MOTA DE ALMEIDA e NEY DE CASTRO MUNIZ. Aberta a reunião, o Sr. Presidente solicitou que procedesse a leitura da ATA da reunião anterior, que posta em discussão, foi aprovada por unanimidade. A seguir, o Colegiado examinou e aprovou os processos abaixo relacionados: 395590/77 no qual a Supervisão de Pessoal, da GAGE - DETRAN/DF, solicita o recolhimento à União Nacional dos Servidores Públicos e Civis do Brasil da importância de Cr$ 10,00 (dez cruzeiros), referente aos descontos efetuados em folha, no mês de abril de 1977: 395603/77 no qual a Supervisão de Pessoal, da GAGE - DETRAN/DF, solicita o recolhimento ao Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército - GBOEX da importância de Cr$ 102,020 (cento e dois cruzeiros e vinte centavos), referente aos descontos efetuados em folha, no mês de abril de 1977: 395598/77 - no qual a Supervisão de Pessoal, da GAGE - DETRAN/DF, solicita o recolhimento à Caixa Econômica Federal - Filial de Brasília da importância de Cr$ 29.880,00 (vinte e nove mil, oitocentos e oitenta cruzeiros), referente aos descontos efetuados em folha, no mês de abril de 1977: 395599/77 - no qual a Supervisão de Pessoal, da GAGE - DETRAN/DF, solicita o recolhimento ao Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Distrito Federal da importância de Cr$ 789,00 (setecentos e oitenta e nove cruzeiros), referente aos descontos efetuados em folha, no mês de abril de 1977: 395607/77 - no qual a Supervisão de Receita e Despesa, da GAGE - DETRAN/DF, solicita o recolhimento à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal da importância de Cr$ 826,00 (oitocentos e vinte e seis cruzeiros), relativo aos descontos efetuados em folha, no mês de abril de 1977; 395600/77 no qual a Supervisão de Pessoal da GAGE - DETRAN/DF, solicita o recolhimento à Secretaria de Segurança Publica do Distrito Federal da importância de Cr$ 262,12, (duzentos e sessenta e dois cruzeiros e doze centavos), referente aos descontos efetuados em folha no mês de abril de 1977; 395596/77 - no qual a Supervisão de Pessoal, da GAGE$ - DETRAN/DF, solicta o recolhimento à Associação dos Servidores Civis do Brasil ASCB, da importância de Cr$ 325,32 (trezentos e vinte e cinco cruzeiros e trinta e dois centavos), referente aos descontos efetuados em folha, no mês de abril de 1977: 395589/77 - no qual a Supervisão de Pessoal, da GAGE - DETRAN/DF, solicita o recolhimento à Divisão do Tesouro - SEF/DF da importância de Cr$ 17.163,00 (dezessete mil, cento e sessenta e três cruzeiros), referente aos descontos efetuados em folha, no mês de abril de 1977: 395591/77 - no qual a Supervisão de Pessoal, da GAGE - DETRAN/DF, solicita o recolhimento ao Instituto Nacional da Previdência Social - INPS da importância de Cr$ 28.039,31 (vinte e oito mil, trinta e nove cruzeiros e trinta e um centavos) referente aos descontos efetuados em folha, no mês de abril de 1977:395593/77 - no qual a Supervisão de Pessoal, da GAGE - DETRAN/DF, solicita o recolhimento à Caixa Beneficente dos Funcionários da Companhia da Nova Capital - BENECAP da importância de Cr$ 647,94 (seiscentos e quarenta e sete cruzeiros e noventa e quatro centavos), referente aos descontos efetuados em folha, no mês de abril de 1977: 706812/77 - no qual a Divisão de Contrôle e Faturamento da Companhia de Agua e Esgotos de Brasília - CAESB, solicita o pagamento da importância de Cr$ 328,90 (trezentos e vinte e oito cruzeiros e noventa centavos), relativa as despesas com consumo de água e coleta de esgotos no mês de março de 1977:721640/77-no qual a Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, solicita o pagamento da fatura número A - 263303 no valor de Cr$ 6.578,42 (seis mil, quinhentos e setenta e oito cruzeiros e quarenta e dois centavos), relativa a consumo de energia em março de 1977. As 18:00 horas, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, eu LITANIA BARBARA CAMPELO, Secretária "ad hoc", lavrei a presente ATA que lida e aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente, por mim e pelos Senhores Membros.WALTER BREY JUNIOR - SEF - Presidente; LITANIA BARBARA CAMPELO - Secretária "ad hoc"; CLAUDIO MOTA DE ALMEIDA - Membro, SEG; NEY DE CASTRO MUNIZ - Membro - SEP.

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DO BOX Nº 1.11, COM ÁREA DE 12,40m2, DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASILIA, QUE ENTRE SI FAZEM O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA ORGANIZAÇÃO CAFÉ HAVAI LTDA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 30 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, presentes, de um lado, o Distrito Federal, no ato representado pelo Senhor MARCILIO MARQUES BOTTI, brasileiro, casado, Funcionário Público, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Superintendente autorizado pelo art. 2º, inciso II, do Decreto nº 1.765, de 05 de agosto de 1971, bem como delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 031010/75, e do outro a firma Organização Café Havaí Ltda., aqui representada pelo Senhor HELY MARCOLINO DE OLIVEIRA, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada PERMISSIONÁRIA, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do/MF., sob o nº 00004689/0001 - 22, resolvem firmar o presente ajuste na conformidade do art. 24 da Lei nº 4545, de 10 de dezembro de 1964, tendo como objeto a área denominada BOX - 1.11 com 12,40m2 (doze e quarenta metros quadrados), mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - A área denominada BOX. nº 1.11, objeto desta Permissão de Uso, situada na Estação Rodoviária de Brasília, será destinada exclusivamente ao comércio de Frutaria, Vitaminas e Sucos. CLÁUSULA SEGUNDA - A presente Permissão de Uso, autorizada a título precário, poderá ser revogada pelo Distrito Federal, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses: a) alteração, pela PERMISSIONÁRIA, da destinação prevista na Cláusula Primeira, b) dissolução, falência ou concordata da PERMISSIONÁRIA; c) inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas em decorrência do presente TERMO, especialmente as previstas na Cláusula Décima Primeira. CLÁUSULA TERCEIRA - A PERMISSIONÁRIA, pagará ao Distrito Federal, mensalmente, por período de 24 (vinte e quatro) meses, a importância de Cr$ 2.106,48 (dois mil, cento e seis cruzeiros e quarenta e oito centavos), a título de Taxa de Ocupação, conforme critério estabelecido na Portaria nº 107/76, de 30.12.76, do Secretário de Serviços Públicos. PARÁGRAFO UNICO - O valor da Taxa de Ocupação, será reajustável na conformidade do critério estabelecido na Lei nº 6.205, de 29.04.75, legislação complementar e acompanharão as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. CLÁUSULA QUARTA - A transferência da presente Permissão de Uso, a qualquer título, no todo ou em parte, só se fará mediante consultá prévia e autorização do Distrito Federal, obedecidas as seguintes condições: a) pagamento da taxa de transferência equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do termo de Permissão de Uso, calculado sobre o valor da Taxa de Ocupação mensal em vigor e multiplicado pelo número de meses correspondentes ao prazo total da Permissão; b) na assinatura do novo Termo de Permissão de Uso, serão observadas as condições para qualificação de Permissionárias, atualização da Taxa de Ocupação e caução correspondente. CLÁUSULA QUINTA - A PERMISSIONÁRIA, neste ato, para garantia das obrigações assumidas no presente TERMO fará a prova de reco-

lhimento de uma caução no valor de Cr$ 8.425,92, (oito mil quatrocentos e vinte e cinco cruzeiros e noventa e dois centavos), correspondente a 04 (quatro) vezes a Taxa de Ocupação, em vigor, junto a [illegible]co Regional de Brasília S/A, em favor do Distrito Federal, caução essa que será reajustável na conformidade do critério estabelecido pela Lei nº 6.205, de 29.04.75, legislação complementar e a diferença considerada e recolhida sempre que houver renovação da PERMISSÃO. CLÁUSULA SEXTA - A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao Distrito Federal, na Tesouraria da AERB ou em Banco credenciado, a quota que lhe couber no rateio das despesas mensais de energia elétrica, água e esgoto. CLÁUSULA SÉTIMA - O não cumprimento das obrigações constantes das Cláusulas Terceira e Oitava, dentro dos prazos previstos, implicará automaticamente no acréscimo de 10% (dez por cento) SOBRE os respectivos valores vencidos, por cada mês de atraso, além dos juros e demais comunicações legais, independentemente das penalidades previstas no Regulamento Geral da Estação Rodoviária de Brasília, do qual tem pleno conhecimento, que passa a integrar este ajuste, sem que seja necessária sua transcrição, bem como as instruções baixadas pelo Distrito Federal. CLÁUSULA OITAVA - O projeto de instalação da loja, compreendendo benfeitorias ou melhoramentos, móveis e equipamentos, feito pela PERMISSIONÁRIA *será submetido, aprovado e autorizado previamente* por escrito, pela AERB. - CLÁUSULA NONA - As benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias, realizadas pela PERMISSIONÁRIA, serão incorporadas ao imóvel, sem direito a qualquer indenização, seja a que título for. CLÁUSULA DÉCIMA - A recisão deste Termo de Permissão de uso, pelas infrações previstas nas Cláusulas Segunda e Décima Primeira implicará na perda de qualquer direito de indenização ou reembolso pela PERMISSIONÁRIA. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - *Durante a vigência do presente Termo, a* PERMISSIONÁRIA *obriga* - se: A: I) *pagar pontualmente* as mensalidades previstas na Cláusula Terceira; II) cumprir o Regulamento, Instruções e Ordens de Serviço da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, e responder por quaisquer atos seus, de seus empregados, ou prepostos que impliquem na inobservância dos referidos dispositivos; III) Sujeitar - se - à a todas as exigências da Saúde Pública e das autoridades Federais e estaduais; IV) efetuar, à sua custa exclusiva, em nome e benfício da AERB, um seguro contra risco de incêndio e de destruição *total ou parcial da área de* permissão; V) responder civilmente por todos os prejuízos, perdas e danos que venham a ser causados por si, seus empregados, ou prepostos, à Estação Rodoviária de Brasília ou a terceiros; VI) pagar todas as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração da Estação Rodoviária de Brasília, VII) não causar embaraços aos serviços da Administração da Estação Rodoviária, quaisquer que sejam, atendendo à sua fiscalização e cumprindo as determinações emanadas de seus órgãos competentes; VIII) afastar de serviço qualquer preposto ou empregado cuja permanência na Rodoviária for julgada inconveniente pela AERB; IX) manter a área objeto do presente Termo de Permissão de Uso em todas as suas dependências, com os respectivos aparelhos e instalações em perfeito estado de conservação, asseio e segurança e em perfeito funcionamento, de forma a restituir tudo na mais perfeita ordem e nas mesmas condições em que recebe quando terminado o prazo do presente Termo, para que possa ser imediatamente ocupado por novo PERMISSIONÁRIO, sem que isso demande conserto, reparação ou pintura, utilizando, ao fazer reparação, material da mesma qualidade que o anteriormente empregado. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - É expressamente proibido a PERMISSIONÁRIA: I) o funcionamento de aparelhos radiofônicos, altofalantes ou congêneres, que sejam ouvidos fora da loja ou espaço a ele permitido, bem como permitir algazarra, distúrbios e ruídos incompatíveis com o comportamento e decoro social; II) a ocupação de fachadas externas, bem como qualquer espaço externo à área objeto do presente Termo de Permissão de Uso com mercadorias, cartazes, propagandas, indicações ou dizeres congêneres, salvo autorização por escrito da Administração da Estação Rodoviária de Brasília. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - No caso de haver necessidade de serem tomadas medidas judiciais para reintegração de posse, por descumprimento de qualquer das cláusulas previstas no presente Termo, no Regulamento, nas Instruções e nas Ordens de Serviços da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, as custas judiciais ou extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta exclusiva da PERMISSIONÁRIA. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O Distrito Federal, através da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, designará um executor para o presente instrumento, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. PARÁGRAFO ÚNICO - Ao executor mencionado nesta cláusula caberá, ainda, fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes deste ajuste, bem como a conservação dos bens que constituem seu objeto, ficando - lhe assegurado desde já, o livre acesso a qualquer dependência da área objeto deste instrumento. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O presente Termo de Permissão de Uso poderá ser renovado ou prorrogado, mediante requerimento da PERMISSIONÁRIA à Administração da Estação Rodoviária de Brasília, 90 (noventa) dias antes do seu término. PARÁGRAFO ÚNICO - O não cumprimento, pela PERMISSIONÁRIA, de qualquer das obrigações ora contraídas, será motivo para rescisão do presente Termo. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da PERMISSIONÁRIA, e expirar - se - á 2 (dois) anos após o seu integral cumprimento. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em livro próprio da 1ª. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, pará um único efeito legal, que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) MARCÍLIO MARQUES BOTTI; PELA PERMISSIONÁRIA (as.) HELY MARCOLINO DE OLIVEIRA; TESTEMUNHAS (as.) IVAN GOMES RIBEIRO e VALDEMIR DE TOPRES MAGALHÃES.

CERTIDÃO - Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios nº 29, fls. 311/14, da 1ª. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal. Brasília, 19/07/1977. MARCOS ANTONIO BARBOSA - 1º SPRG/DAA/SRCC. Chefe. VISTO: Em, 19/07/77. JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º Subprocurador Geral do DF. (DAR - de 14.07.77 - Cr$ 765,60).

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM A SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA.- TCB- E O SR. GUILHERME GUIMARÃES SIQUEIRA, na forma abaixo:

Por este instrumento particular a SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LIMITADA, neste ato representada pelo seu Diretor Superintendente, Engº DALMO PIMENTEL DOS SANTOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital Federal, doravante denominada apenas "TCB", e, de outro lado, o Sr. GUILHERME GUIMARÃES SIQUEIRA, brasileiro, residente e domiciliado nesta Capital Federal, doravante denominados apenas "LOCADOR", *teem entre si justo e acertado o presente* Contrato de Locação nas cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O LOCADOR se compromete a alugar à TCB a loja nº 64, bloco "A", SCLRN 714, Brasília-DF., *com área de 48 m2, com banheiro com pia, vaso sanitário, com instalações de luz e* água em perfeito estado de funcionamento. A construção é de alvenaria e possui entrada independente, encontrando- se em perfeito estado de utilização.

CLÁUSULA SEGUNDA

A TCB *pagará ao* LOCADOR, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao vencimento de cada valor locativo, a quantia de Cr$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) mensais de aluguél.

Caso o 5º dia caia em feriado, sábado ou domingo, será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

CLÁUSULA TERCEIRA

A presente locação se destina ao uso exclusivo da TCB, notadamente para escritório da operação de ônibus, podendo ser adaptado, através de divisórias ou balções removíveis.

CLÁUSULA QUARTA

O presente contrato vigorará por um ano e será automaticamente reformado por iguais períodos, caso não haja denúncia, via epistolar, por qualquer das partes.

Parágrafo Único- Pode haver rescisão antecipada do presente Contrato, sem que acarrete ônus para qualquer das partes, desde que uma delas avise, via epistolar, à outra, com uma antecedência, da data rescisiva, de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUINTA

O descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais dá, à outra parte, o direito de haver, da parte inadimplente, uma multa de Cr$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros).

CLÁUSULA SEXTA

O presente Contrato passa a vigorar a partir da data de sua assinatura.

E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente em 06 (seis) vias de igual valor para um só efeito legal, na presença das testemunhas nomeadas e a todos os atos presentes.

Brasília- DF. 20 de julho de 1977- "TCB"- DALMO PIMENTEL DOS SANTOS- "LOCADOR"- GUILHERME GUIMARÃES SIQUEIRA- TESTEMUNHAS: ALEXANDRE CAETANO GRANT- CARLOS ALDALBERTO ESTUQUE

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA XEROX DO BRASIL S/A., OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE UMA COPIADORA MODELO 720, INSTALADA NA ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS - AUD.

Aos 29 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete de ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo senhor TAQUEGI KORESSAWA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Superintendente da Administração das Unidades Desportivas, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº. 320.692/76, e, do outro, a firma XEROX DO BRASIL S/A., inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº. 33.227.042/0006, através de sua filial de Brasília, localizada no CS-03, Bloco "A", nºs. 85/89, do Edifício Santa Fé, doravante denominada simplesmente LOCADORA, neste ato representada pelo Senhor SEBASTIÃO ALVES RIBEIRO, brasileiro, casado, comerciário, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Gerente, resolvem firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento a LOCADORA dá em locação ao Distrito Federal, através da Administração das Unidades Desportivas, uma Copiadora Modelo 720, instalada naquele órgão. CLÁUSULA SEGUNDA - Fica assegurado à LOCADORA, para cada calendário, a percepção de um aluguel mínimo mensal no valor de Cr$ 2.292,00 (dois mil, duzentos e noventa e dois cruzeiros), incluída a taxa fixa mensal de Cr$ 411,00 (quatrocentos e onze cruzeiros) equivalente a 2.000 (duas mil) impressões em copiado, ao preço unitário como a seguir discriminado: I) COPIADO - até 1.000 (um mil) cópias de um mesmo original, preço por cópia, Cr$ 1.03.4 (hum cruzeiros, três centavos e quatro décimos) cópia/mês; de 1.001 a 2.000 cópias, Cr$ 0, 84.7 (oitenta e quatro centavos e sete décimos) ; de 2.001 a 4.000 cópias, Cr$ 0,65.9 (sessenta e cinco centavos e nove décimos), de 4.001 a 8.000 cópias Cr$ 0,48.6 (quarenta e oito centavos e seis décimos) e, além de 8.000 cópias/mês, Cr$ 0,37.7 (trinta e sete centavos e sete décimos) por cópia. PARÁGRAFO ÚNICO - Para os períodos inferiores a 01 (um) mês o aluguel mínimo mensal, incluindo a taxa referida nesta cláusula, será calculado "pro rata tempore", estabelecido o seu valor na base de dias efetivos do mês. CLÁUSULA TERCEIRA - As condições de aluguel estabelecidas na Cláusula anterior são passíveis de reajustamento, desde que autorizado pelo Conselho Interministerial de Preços - CIP. CLÁUSULA QUARTA - O valor estimativo do presente contrato é de Cr$ 38.052,40 (trinta e oito mil, cinquenta e dois cruzeiros e quarenta centavos), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício - Lei nº. 6.396, de 09 de dezembro de 1976, correndo a despesa à conta do Elemento 3.1.3.0 - SERVIÇOS DE TERCEIROS, conforme Notas de Empenho nºs. 037/77 e 051/77 - SEF/AUD, emitidas por estimativa pela Administração das Unidades Desportivas. CLÁUSULA QUINTA - O preço da locação não inclui o do papel, tonalizador, revelador e outros materiais de consumo, nem o do cilindro xerográfico, cuja aquisição será paga à parte, reservando- se a LOCADORA o direito de fixar quantidades mínimas para cada pedido. PARÁGRAFO ÚNICO - A carcaça do cilindro xerográfico substituído deve ser devolvido à LOCADORA. CLÁUSULA SEXTA - Os pagamentos dos materiais de consumo entendem- se sempre devidos no ato, salvo condições de crédito concedido pela LOCADORA ao DISTRITO FEDERAL; a serem estabelecidos através da correspondência trocada entre as partes, que passará a integrar este ajuste independentemente de transcrição. CLÁUSULA SÉTIMA - O faturamento do aluguel mínimo mensal se referirá, sempre, ao mês da emissão da fatura, enquanto que as importâncias correspondentes às cópias excedentes a esse mínimo, serão faturadas por mês vencido. PARÁGRAFO ÚNICO - O DISTRITO FEDERAL, através da Administração das Unidades Desportivas, obriga- se ao pagamento pontual de aluguéis e faturas de fornecimento de materiais de consumo e cilindro xerográficos. O não cumprimento desta condição implicará no corte de fornecimento de materiais e no desligamento temporário da máquina, podendo dar margem a rescisão do contrato, a critério da LOCADORA. CLÁUSULA OITAVA - Se por razões justificáveis, a leitura a que se refere o Parágrafo Único da Cláusula anterior, não puder ser feita em determinado mês, a LOCADORA apresentará o faturamento pela média mensal dos últimos 02 (dois) meses, e fará o acerto respectivo após a medição do mês subsequente. CLÁUSULA NONA - Obriga- se o Distrito Federal, através da Administração das Unidades Desportivas, a: I) usar a máquina corretamente, mantendo- a no local instalado, não removendo- a sem prévio consentimento da LOCADORA, por escrito, arcando com o ônus de eventual remoção e religação; II) manter bem visíveis as placas que especifiquem o modelo, propriedade, número, série e marca da máquina, não introduzindo modificações de espécie alguma; III) defender todos os direitos de propriedade e posse da LOCADORA sobre a máquina; IV) notificar imediatamente a LOCADORA, de qualquer intervenção ou violação, por terceiros, na máquina; V) permitir o acesso de pessoal autorizado da LOCADORA para a leitura dos medidores, manutenção ou reparos e, ainda, o seu desligamento ou remoção, nas hipóteses cabíveis; VI) responsabilizar- se por qualquer dano, prejuízo ou inutilização da máquina, decorrente do descumprimento das responsabilidades previstas *nesta cláusula.* CLÁUSULA DÉCIMA - Constituem obrigações da LOCADORA: I) encarregar- se da manutenção técnica da máquina, reparando e/ou substituindo, durante o horário normal de expediente, partes afetadas pelo uso normal, à exceção do cilindro xerográfico, que ao ser substituído será pago pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração das Unidades Desportivas; II) prestar, sem ônus para o DISTRITO FEDERAL, através da Administração das Unidades Desportivas os serviços mencionados no item anterior *desta cláusula, reservando* - se , porém, o direito de cobrá- los quando executados fora do horário normal de expediente; III) promover treinamento específico, em suas dependências, sem ônus, de servidor do DISTRITO FEDERAL designado como operador- chave do equipamento, devendo a substituição deste funcionário ser comunicado imediatamente à LOCADORA. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O inadimplemento, por qualquer das partes, das obrigações ora contraídas, *dará ensejo à rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.* PARÁGRAFO PRIMEIRO - Poderá ser aceita a rescisão proposta pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração das Unidades Desportivas, sem a obrigação de indenizar a LOCADORA, caso haja inconveniência ou necessidade comprovada, cabendo, no caso, a

imediata devolução da máquina. PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo motivos de força maior ou caso fortuito, nos termos do Artigo 1.058 do Código Civil, os contratantes ficam exonerados do cumprimento das suas obrigações, enquanto perdurarem tais circunstâncias. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A tolerância da LOCADORA em receber com atraso qualquer das importâncias que lhe forem devidas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração das Unidades Desportivas, ou relativa ao cumprimento das obrigações, não poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Qualquer comunicação entre as partes, somente será levada em consideração quando feita por escrito, excetuando - se as solicitações para atendimento dos reparos e/ ou substituições, previstas na Cláusula Décima item I, deste termo. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica a LOCADORA sujeita, caso se torne inadimplente, as penalidades previstas no Artigo 56 e seguintes do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº. 1.850, de 17 de novembro de 1971. CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Administração das Unidades Desportivas, designará um executor para o presente contrato, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Este contrato poderá ser prorrogado, renovado, alterado, aditado ou rescindido por mútuo acordo de vontades, desde que a parte interessada se manifeste com 60 (sessenta) dias de antecedência do seu término. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Este contrato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da LOCADORA, expirando em 31 de dezembro de 1977. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou- se o presente em livro próprio da 1ª. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal: (as.) TAQUEGI KORESSAWA; Pela LOCADORA: (as) SEBASTIÃO ALVES RIBEIRO; Testemunhas (as) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e JOSÉ MOREIRA DA SILVA.

CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios nº. 29, fls. 296/97 da 1ª. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal. Brasília, 06.07.1977. MANOEL CÉSAR NETO - Diretor da Divisão de Assuntos Administrativos da 1ª. SPRG - VISTO: Em, 07.07.77. JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º. Subprocurador - Geral do DF.

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA XEROX DO BRASIL S/A, OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE UMA COPIADORA MODELO 3.600, INSTALADA NA DIRETORIA DE INTENDÊNCIA DO 1º BATALHÃO DE POLICIA MILITAR, DO DISTRITO FEDERAL. NA FORMA ABAIXO.

Aos 27 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete do Comando - Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, presentes de um lado o Distrito Federal, neste ato representado pelo Senhor ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE, brasileiro, casado, militar, residente e domiciliado nesta Capital, na Qualidade de Comandante - Geral da Polícia Militar, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 125.390/76, e do outro a Firma XEROX DO BRASIL S/A, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 33227042/0006, através de sua filial de Brasília, localizada no CS - 03, Bl. "A" nºs. 85/89, Edifício Santa Fé, doravante denominada simplesmente LOCADORA, neste ato representada pelo Senhor SEBASTIÃO ALVES RIBEIRO, brasileiro, casado, comerciário, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Gerente, resolvem firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, a LOCADORA dá em locação ao Distrito Federal, através do Comando - Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, uma copiadora modelo nº 3.600, instalada na Diretoria de Intendência do 1º Batalhão de Polícia Militar. CLÁUSULA SEGUNDA - Fica assegurado à LOCADORA para cada calendário, a percepção de um aluguel mínimo mensal no valor de Cr$ 7.335,00 (sete mil trezentos e trinta e cinco cruzeiros), incluida a taxa fixa mensal de Cr$ 531,00 (quinhentos e trinta e um cruzeiros) equivalente a 14.000 (quatorze mil) impressões em copiado, ao preço unitário como a seguir discriminado: I) COPIADO: Até 50.000 (cinquenta mil) cópias de um mesmo original, preço por cópia, Cr$ 0,48.6 (quarenta e oito centavos e seis décimos) cópias/mês e Cr$ 0,37.7 (trinta e sete centavos e sete décimos) por cópia, além de 50.000 (cinquenta mil) cópias/mês; II) DUPLICAÇÃO - mais de 10 (dez) cópias de um mesmo original, Cr$ 0,18.7 (dezoito centavos e sete décimos) por cópia. PARÁGRAFO UNICO - Para os períodos inferiores a 01 (um) mês, o aluguel mínimo mensal incluido a taxa referida nesta cláusula, será calculada "pro rata tempore", estabelecido o seu valor na base de dias efetivos do mês. CLÁUSULA TERCEIRA - As condições de aluguel estabelecidas na cláusula anterior são passíveis de reajustamento desde que autorizado pelo Conselho Interministerial de Preços - CIP. CLÁUSULA QUARTA - A importância estimada do presente contrato é de Cr$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei nº 6.396, de 09.12.76, correndo à conta do Elemento: 3.1.3.0. - Serviços de Terceiros, conforme Nota de Empenho nº 013/77 - PMDF, emitida por estimativa, pela Polícia Militar do Distrito Federal. CLÁUSULA QUINTA - O preço da locação não inclui o papel, tonalizador, revelador e outros materiais de consumo, nem o do cilindro xerográfico, cuja aquisição será paga à parte, reservando - se a LOCADORA o direito de fixar quantidades mínimas para cada pedido. PARÁGRAFO UNICO - A carcaça do cilindro xerográfico substituido deve ser devolvido à LOCADORA. CLÁUSULA SEXTA - Os pagamentos dos materiais de consumo entendem - se sempre devidos no ato, salvo condições de crédito concedido pela LOCADORA ao Distrito Federal a serem estabelecidas através da correspondência trocada entre as partes, que passará a integrar este ajuste independentemente de transcrição. CLÁUSULA SÉTIMA - O faturamento do aluguel mínimo mensal se referirá, sempre, ao mês da emissão da fatura, enquanto que as importâncias correspondentes às cópias excedentes a esse mínimo, serão faturadas por mês vencido. PARÁGRAFO UNICO - O Distrito Federal, através da Polícia Militar do Distrito Federal, obriga - se ao pagamento pontual de aluguéis e faturamento dos fornecimentos de material de consumo, e cilindros xerográficos, O não cumprimento desta condição implicará no corte de fornecimento de materiais e no desligamento temporário da máquina, podendo dar margem à rescisão do contrato, a critério da LOCADORA. CLÁUSULA OITAVA - Se por razões justificáveis a leitura a que se refere o Parágrafo Unico da Cláusula Anterior, não puder ser feita em determinado mês, a LOCADORA apresentará o faturamento pela média mensal dos últimos 2 (dois) meses, e fará o acerto respectivo após a medição do mês subsequente. CLÁUSULA NONA - Obriga - se o Distrito Federal, através da Polícia Militar do Distrito Federal, a: I) usar a máquina corretamente, mantendo - a no local instalado, não removendo - a sem prévio consentimento da LOCADORA, por escrito, arcando com o ônus de eventual remoção e religação; II) manter bem visível as placas que especificam o modelo, propriedade, número série e marca da máquina, não introduzindo modificações de espécie alguma; III) - defender todos os direitos de propriedade e posse da LOCADORA, sobre a máquina; IV) notificar imediatamente a LOCADORA de qualquer intervenção ou violação por terceiros, na máquina; V) permitir o acesso de pessoal autorizado da LOCADORA para a leitura dos medidores, manutenção ou reparos e, ainda, o seu desligamento ou remoção, nas hipóteses cabíveis; VI) responsabilizar - se por qualquer dano, prejuízo ou inutilização da máquina decorrentes do descumprimento das responsabilidades previstas nesta Cláusula. CLÁUSULA DÉCIMA - Constituem obrigações da LOCADORA: I) encarregar - se da manutenção técnica da máquina, reparando e/ou substituindo, durante o horário normal de expediente, partes afetadas pelo uso normal à exceção do cilindro xerográfico, que ao ser substituido será pago pelo Distrito Federal, através da Polícia Militar do Distrito Federal; II) prestar, sem ônus para o Distrito Federal, através da Polícia Militar do Distrito Federal, os serviços mencionados no item anterior desta cláusula, reservando - se, porém, o direito de cobrá - los quando executados fora do horário normal de expediente; III) promover treinamento específico em suas dependências, sem ônus, de servidor do Distrito Federal, designado como operador - chave do equipamento, devendo a substituição deste funcionário ser comunicada imediatamente à LOCADORA. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O inadimplemento por qualquer das partes, das obrigações ora contraídas, dará ensejo à rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Poderá ser aceita a rescisão proposta pelo Distrito Federal, através da Polícia Militar do Distrito Federal, sem obrigação de indenizar a LOCADORA, caso haja conveniência ou necessidade comprovada, cabendo, no caso, a imediata devolução da máquina. PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo motivo de força maior ou caso fortuito, nos termos do artigo 1.058 do Código Civil. os contratantes ficam exonerados do cumprimento das suas obrigações, enquanto perdurarem tais circunstâncias. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A tolerância da LOCADORA em receber com atraso qualquer das importâncias que lhe forem devidas pelo Distrito Federal através da Polícia Militar do Distrito Federal, ou relativa ao cumprimento das obrigações, não poderá ser entendida como aceitação, novação ou procedente. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Qualquer comunicação entre as partes, somente será levado em consideração quando feita por escrito, excetuando - se as solicitações para atendimento dos reparos e/ou substituições, previstos na Cláusula Décima, item I, deste Termo. CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica a LOCADORA sujeita, caso se torne inadimplemente, às penalidades previstas no art. 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31.05.71, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17.11.71. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O Distrito Federal, através da Polícia Militar do Distrito Federal, designará um executor para o presente contrato, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira em vigor. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Este contrato poderá ser prorrogado, renovado, alterado aditado ou rescindido por mútuo acordo de vontades, desde que a parte interessada se manifeste com 60 (sessenta) dias de antecedência do seu término. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Este contrato entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da LOCADORA, expirando - se em 31.12.77. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em Livro próprio da 1ª. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) ATAHUALPA DE ALBU - QUERQUE; PELA LOCADORA (as.) SEBASTIÃO ALVES RIBEIRO; TESTEMUNHAS: (as.) IVAN GOMES RIBEIRO e VALDEMAR DE TORRES MAGALHÃES.

CERTIDÃO - Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios nº 29, fls. 274/76, da 1ª. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal. Brasília, 06/07/1977. MANOEL CÉSAR NETO. Diretor da Divisão de Assuntos Administrativos da 1ª. SPRG. VISTO: Em, 07.07.77. JÚLIO CÉSR SANTOS. 1º. Subprocurador Geral do DF.

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA XEROX DO BRASIL S/A, OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE 03 (TRÊS) COPIADORAS, SENDO UMA MODELO 3.100 E DUAS MODELO 3.600, INSTALADAS NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, NA FORMA ABAIXO.

Aos 23 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Secretaria de Administração, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER, brasileiro, casado, Fiscal de Tributos Federais, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Secretário de Administração, conforme delegação de competência experessamente exarada pelo Governador, no Processo nº 34.637/76, e, do outro, a firma XEROX DO BRASIL S/A., inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 33227042/0006, através de sua filial de Brasília, localizada no CS- 03, Bloco "A", nºs 85/89, Edifício Santa Fé, doravante denominada simplesemente LOCADORA, neste ato representada pelo Senhor SEBASTIÃO ALVES RIBEIRO, brasileiro, casado, comerciário, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Gerente, resolvem firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, a LOCADORA dá em locação ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração, 03 (três) Copiadoras, sendo uma modelo 3.100 e 2 (duas) modelo 3.600, instaladas na Secretaria de Administração. CLÁUSULA SEGUNDA - Fica assegurado à LOCADORA, para cada calendário, a precepção de um aluguel mínimo mensal no valor de: I) COPIADORA MODELO 3.100 - Cr$ 4.266,00 (quatro mil, duzentos e sessenta e seis cruzeiros), incluída a taxa fixa mensal de Cr$ 1.067,00 (hum mil e sessenta e sete cruzeiros), equivalente a 4.000 (quatro mil) impressões em copiado, ao preço unitário como a seguir discriminado: a) COPIADO - até 1.000 (um mil) cópias de um mesmo original, preço por cópia, Cr$ 1.03.4 (um cruzeiro, três centavos e quatro décimo) cópias/mês; 1.001 a 2.000 cópias, Cr$ 0,84.7 (oitenta e quatro centavos e sete décimos); de 2.001 a 4.000 cópias, Cr$ 0,65.9 (sessenta e cinco centavos e nove décimos); de 4.001 a 8.000 cópias, Cr$ 0,48.6 (quarenta e oito centavos e seis décimos); além de 8000 cópias, Cr$ 0,37.7 (trinta e sete centavos e sete décimos) cópias/-mês; b)I DUPLICAÇÃO - mais de 10 (dez) cópias de um mesmo original, Cr$ 0,26.7 (vinte e seis centavos e sete décimos) por cópias; II - 2 (duas) COPIADORAS MODELO 3.600 - Cr$ 7.335,00 (sete mil, trezentos e trinta e cinco cruzeiros), cada, incluída a taxa fixa mensal de Cr$ 531,00 (quinhentos e trinta e um cruzeiros) equivalente a 14.000 (quatorze mil), impressões em copiado, ao preço unitário como a seguir discriminado: a) COPIADO - até 50.000 (cinquenta mil) cópias de um mesmo original, preço por cópia Cr$ 0,48.6 (quarenta e oito centavos e seis décimos) cópias/mês e, além de 50.000 (cinquenta mil) cópias/mês Cr$ 0,37.7 (trinta e sete centavos e sete décimos) por cópias; b) DUPLICAÇÃO - mais de 10 (dez) cópias de um mesmo original, Cr$ 0,18.7 (dezoito centavos e sete décimos) por cópia. PARÁGRAFO ÚNICO - Para os períodos inferiores a 01 (um) mês, o aluguel mensal, incluindo a taxa referida nesta cláusulg, será calculada "por rata tempore", estabelecido o seu valor na base de dias efetivos do mês. CLÁUSULA TERCEIRA - As condições de aluguel estabelecidas na cláusula anterior são passíveis de reajustamento, desde que autorizado pelo Conselho Interministerial de Preços - CIP. CLÁUSULA QUARTA - O valor estimativo do presente contrato é de Cr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício- Lei nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976, correndo a despesa à conta do Elemento 3.1.3.0 - SERVIÇOS DE TERCEIROS, conforme Nota de Empenho nº 006/77- SOF- SEA, emitida por estimativa pela Secretaria de Administração. CLÁUSULA QUINTA - O preço da locação não inclui o papel, tonalizador, revelador e outros materiais de consumo, nem o do cilindro xerográfico, cuja aquisição será paga à parte, reservando- se a LOCADORA o direito de fixar quantidades mínimas para cada pedido. PARÁGRAFO ÚNICO - A carcaça do cilindro xerográfico substituído deve ser devolvido à LOCADORA. CLÁUSULA SEXTA - Os pagamentos dos materiais de consumo entendem- se sempre devidos no ato, salvo condições de crédito concedido pela LOCADORA ao DISTRITO FEDERAL, a serem estabelecidas, através da correspondência trocada entre as partes, que passará a integrar este ajuste independentemente de transcrição. CLÁUSULA SÉTIMA - O faturamento do aluguel mínimo mensal se referirá sempre ao mês da emissão da fatura, enquanto que as importâncias correspondentes às cópias excedentes a esse mínimo, serão faturados por mês vencidos. PARÁGRAFO ÚNICO - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração, obriga- se ao pagamento pontual de aluguéis e faturas de fornecimento de materiais de consumo e cilindros xerográficos. O não cumprimento desta condição implicará no corte de fornecimento de materiais e no desligamento temporário da máquina, podendo dar margem à rescisão do contrato, a critério da LOCADORA. CLÁUSULA OITAVA - Se por razões justificáveis, a leitura a que se refere o Parágrafo Único da Cláusula anterior, não puder ser feita em determinado mês, a LOCADORA apresentará o faturamento pela média mensal dos últimos 2 (dois) meses, e fará o acerto respectivo após a medição do mês subsequente. CLÁUSULA NONA - Obriga-

se o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração. a: I) usar a máquina corretamente, mantendo- a no local instalado, não removendo- a sem prévio consentimento da LOCADORA, por escrito, arcando com o ônus de eventual remoção e religação; II) manter bem visíveis as placas que especifiquem o modelo, propriedade, série, número e marca da máquina, não introduzindo modificações de espécie alguma; III) defender todos os direitos de propriedade e posse da LOCADORA sobre a máquina; IV) notificar imediatamente a LOCADORA de qualquer intervenção ou violação, por terceiros, na máquina; V) permitir o acesso de pessoal autorizado da LOCADORA para leitura dos medidores, manutenção ou reparos e, ainda, o seu desligamento ou remoção nas hipóteses cabíveis; VI) responsabilizar- se por qualquer dano, prejuízo ou inutilização da máquina, decorrentes do descumprimento das responsabilidades previstas nesta cláusula. CLÁUSULA DÉCIMA- Constituem obrigações da LOCADORA: I) encarregar- se da manutenção técnica da máquina, reparando e/ou substituindo, durante o horário normal de expediente, partes afetadas pelo uso normal, à exceção do cilindro xerográfico, que ao ser substituído será pago pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração; II) prestar, em ônus para o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração os serviços mencionados no item anterior desta cláusula, reservando- se, porém, o direito de cobrá- los quando executados fora do horário normal de expediente; III) promover treinamento específico, em suas dependências, sem ônus, de servidor do DISTRITO FEDERAL designado como operador-chave do equipamento, devendo a substituição deste funcionário ser comunicado imediatamente à LOCADORA. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O inadimplemento, por qualquer das prates, das obrigações ora contraídas, dará ensejo à rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Poderá ser aceita a rescisão proposta pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração, sem a obirgação de indenizar a LOCADORA , caso haja conveniência ou necessidade comprovada, cabendo, no caso, a imediata devolução da máquina. PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo motivo de força- maior ou caso fortuito, nos termos do artigo 1.058 do Código Civil, os contratantes ficam exonerados de cumprimento das suas obrigações, enquanto perdurarem tais circunstâncias. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A tolerância da LOCADORA em receber com atraso qualquer das importâncias que lhe forem devidas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração ou relativa ao cumprimento das obrigações, não poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Qualquer comunicação entre as partes, somente será levado em consideração quando feita por escrito, excetuando- se as solicitações para atendimento dos reparos e/ou substituições, previstos na Cláusula Décima, item I, deste termo. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica a LOCADORA sujeita, caso se torne inadimplente, às penalidades previstas no art. 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração, designará um executor para o presente contrato, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigente. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Este contrato poderá ser prorrogado, renovado, alterado, aditado, ou rescindido por mútuo acordo de vontades, desde que a parte interessada se manifeste com 60 (sessenta) dias de antecedência do seu término. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Este contrato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da LOCADORA, expirando o prazo em 31 de dezembro de 1977. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para a firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou- se o presente em livro próprio da 1º Subprocuradoria- Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal : (as.) JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER; Pela Locadora: (as.) SEBASTIÃO ALVES RIBEIRO; Testemunhas, (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e JOSÉ MOREIRA DA SILVA.

CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contrato e Convênio Nº 29, fls. 253/56, da 1ª Subprocuradoria- Geral do Distrito Federal. BRASILIA, 06/07/1977 - MANOEL CÉSAR NETO - Diretor da Divisão de Assuntos Administrativo da 1ª. SPRG. VISTO: Em, 07.07.77 - JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º Subprocurador- Geral do DF.

TERMO DE OCUPAÇÃO DO GINÁSIO DE BRASILIA DO CENTRO DESPORTIVO "PRESIDENTE MÉDICI", CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO MUNDIAL DE VOLEIBOL, CATEGORIA JUVENIL, MASCULINO E FEMININO, NO PERIODO DE 05(CINCO) A 20 (VINTE) DE SETEMBRO DE 1977.

Aos 12 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Superintendência da Administração das Unidades Desportivas (AUD), presentes, de um lado o Distrito Federal, no ato representado pelo Senhor TAQUEGI KORESSAWA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, autorizado pelo art. 3º, inciso I, do Decreto nº 2.070, de 09 de outubro de 1972, e do outro, a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL, doravante denominada simplesmente OCUPANTE, neste ato representada pelo Doutor EMYDIO DE CARVALHO, brasileiro, casado, Carteira de Identidade nº 9049- CIC nº 002840767- 91, resolvem firmar este Termo de Ocupação, com fulcro no art. 24, da Lei nº 4545, de 10 de dezembro de 1964, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA- O presente instrumento tem por objeto a ocupação do Ginásio de Brasília do Centro Desportivo "Presidente Médici", pela OCUPANTE, para realização do "Campeonato Mundial de Voleibol, Categoria Juvenil, Masculino e Feminino", no periodo de 5 (cinco) a 20 (vinte) de setembro de 1977. PARÁGRAFO ÚNICO- Ficam excluídos da utilização a que se refere esta cláusula, os bares e as Tribunas de Honra e Especial. CLÁUSULA SEGUNDA- A OCUPANTE pagará ao Distrito Federal, a título de Taxa de Ocupação, a quantia de Cr$ %,º (oitocentos e setenta e sete cruzeiros e setenta e sete centavos(, correspondente a um salário referência em vigência no Distrito Federal. PARÁGRAFO PRIMEIRO- O recolhimento da Taxa de Ocupação a que se refere esta cláusula deverá ser efetuado, pela OCUPANTE na Seção de Arrecadação I da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, quando da assinatura do presente Termo. PARÁGRAFO SEGUNDO- A OCUPANTE será responsável ainda pelas despesas operacionais que compreendem: porteiros, bilheteiros, serventes, técnicos de som e iluminação, que deverão ser pagos diretamente ao Serviço Financeiro da AUD, no dia do evento. CLÁUSULA TERCEIRA- Serão de inteira responsabilidade da OCUPANTE os danos materiais que por acaso ocorram durante a ocupação, nos equipamentos de iluminação, som e mobiliário. CLÁUSULA QUARTA- O Distrito Federal não se responsabilizará por quaisquer acidentes caso ocorram com os participantes do campeonato. CLÁUSULA QUINTA- O não cumprimento, pela OCUPANTE, das cláusulas deste Termo, a obrigará ao pagamento de 10 (dez) vezes o valor de referencia, no Distrito Federal, instituído pela Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, regulamentado em legislação posterior e vigentes à época da cobrança. CLÁUSULA SEXTA- Os débitos para com o Distrito Federal, decorrentes do presente instrumento, serão inscrito em Dívida Ativa, e cobrados mediante execução nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA SÉTIMA- O Distrito Federal, através da Administração das Unidades Desportivas (AUD), designará um executor para o presente ajuste ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA OITAVA- O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da OCUPANTE, expirando- se após o integral cumprimento das obrigações contraídas pela OCUPANTE. CLÁUSULA NONA- Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou- se o presente em Livro próprio da 1a. Subprocuradoria- Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal, que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) TAQUEGI KORESSAWA- PELA OCUPANTE (as.) EMYDIO DE CARVALHO- TESTEMUNHAS (as.) IVAN GOMES RIBEIRO- VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES- VISTO. Em, 21.07.77- JÚLIO CÉSAR SANTOS- 1º Subprocurador- Geral do DF- (DAR, de 20.07.77- Cr$ 388,80)

RESUMO DE CONTRATO CELEBRADO PELO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL.

Contrato nº 19/77
T. Preços nº 013/77
Processo nº: 415.229/77
Interessado: AZEVEDO E TRAVASSOS S/A - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO.
Objeto: Para execução de trabalhos rodoviários compreendendo serviços de pavimentação na rodovia EPIA (trecho viaduto do SMU/Viaduto do SIA), numa extensão aproximada de 6,7 Km, em pista dupla, sob o regime de empreitada mediante aplicação de tabela de preços unitários.
Valor: Cr$ 6.670 .000,00 (seis milhões, seiscentos e setenta mil cruzeiros).
Prazo: 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da expedição da Ordem de Serviço.
Data: 14.07.77.

Contrato nº: 22/77
Convite nº: 155/77
Processo nº: 416.052/77
Interessado: IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES IND. E COMÉRCIO
Objeto: Para fornecimento e assentamento de 4.000 (quatro mil) metros de meios - fios, na EPDB, trecho balão do aeroporto, ao viaduto da entrada da ponte Costa e Silva, sob o regime de empreitada por preço unitário.
Valor: Cr$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil cruzeiros).
Prazo: 30 (trinta) dias corridos, contados da data da expedição da Ordem de Serviço.
Data: 20.07.77

Mª. DE LOURDES S. VASCONCELOS. Chefe da Seção de Doc. e Com. Administrativa. DER - DF.

TERMO DE PERMISSAO DE UTILIZAÇAO, A TITULO PRECARIO, DE IMOVEL SITUADO NA AV. W/3 - SUL, QUADRA 507, ENTRE OS BLOCOS "B e C" DESTINADA A INSTALAÇÃO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 30 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSE GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 026.765/73, e, do outro, a Senhora ALAIR SALES DANTAS, brasileira, casada, jornaleira, residente e domiciliada nesta capital, doravante denominada simplesmente PERMISSIONARIA, resolvem firmar o presente instrumento, com fulcro no artigo 24, da Lei nº 4545, de 10 de dezembro de 1964, de acordo com as seguintes cláusulas: CLAUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL permite a utilização do próprio denominado BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, situado na Av. W/3 - Sul, Quadra 507, entre os blocos "B e C", destinado à venda de jornais, revistas e similares. PARAGRAFO PRIMEIRO - Quaisquer benfeitorias, úteis ou necessárias, aderem de imediato ao imóvel, não assistindo à PERMISSIONARIA quaisquer direitos, quer de retenção, quer de indenização, seja a que título for. PARAGRAFO SEGUNDO - Correrão por conta da PERMISSIONARIA os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. PARAGRAFO TERCEIRO - A PERMISSIONARIA submeterá ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, para sua aprovação, os consertos a serem efetuados, devendo sempre, neles serem empregados material idêntico, ou à sua falta comprovada, similar de boa qualidade até então existente no objeto consertado ou substituído. CLAUSULA SEGUNDA - Obriga - se a PERMISSIONARIA a respeitar e a fazer respeitar, pelos seus prepostos e empregados, as instruções que lhe forem aplicáveis, baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar este ajuste, independente de transcrição. PARAGRAFO ÚNICO - As infrações aos preceitos do regulamento para ocupação e exploração de bancas de jornais e revistas e Areas Cobertas Anexas, serão punidas nos termos da regulamentação vigente, a qual passa a integrar este instrumento, independentemente de transcrição. CLAUSULA TERCEIRA - São de inteira responsabilidade da PERMISSIONARIA as despesas com energia elétrica, água, telefone e demais taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, bem como, ficarão a seu cargo o asseio e a consérvação do próprio descrito na Cláusula Primeira deste instrumento. CLAUSULA QUARTA - A PERMISSIONARIA pagará ao DISTRITO FEDERAL, a partir da data da publicação do presente instrumento, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 1.141,00 (hum mil, cento e quarenta e um cruzeiros), até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, no órgão próprio do DISTRITO FEDERAL ou no estabelecimento bancário por ele designado. CLAUSULA QUINTA - A PERMISSIONARIA recolherá, a título de caução, a importância de Cr$ 1.141,00 (hum mil, cento e quarenta e um cruzeiros). CLAUSULA SEXTA - O valor de Taxa de Ocupação, bem como a caução correspondente, serão reajustáveis, tomando - se por base o disposto na Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975 e legislações posteriores. CLAUSULA SETIMA - A PERMISSIONARIA será responsável por quaisquer danos ou riscos que porventura venham a ocorrer nas instalações e dependências do imóvel. CLAUSULA OITAVA - A PERMISSIONARIA declara haver recebido o imóvel em perfeito estado de conservação e se compromete a assim mantê - lo e devolvê - lo na ocorrência das seguintes hipóteses: a) rescisão: b) término; c) cassação da permissão. CLAUSULA NONA - O imóvel mencionado na Cláusula Primeira não poderá ser cedido, salvo se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL. CLAUSULA DECIMA - O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo acordo de vontades. CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - O prazo de duração do presente instrumento é de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data de sua publicação, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecedência de 90 (noventa) dias de seu término. CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - O presente termo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da PERMISSIONARIA. CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em livro próprio da 1ª Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal: (as) JOSE GERALDO MACIEL; pela Permissionária: (as.) ALAIR SALES DANTAS; Testemunhas: (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e JOSÉ MOREIRA DA SILVA.

CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº 29, fls. 304/06 da 1ª Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal. BRASILIA, 13/07/1977 - MARCOS ANTONIO BARBOSA - 1º SPRG/DAA/SRCC - CHEFE - VISTO: Em, 14 de julho de 1977 - JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º Subprocurador - Geral do DF - (DAR 13.07.77 - Cr$ 446,40)

TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA JORLAN S/A, VEICULOS AUTOMOTORES IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REVISÃO, REPAROS E MANUTENÇÃO DE VEICULOS DA LINHA GENERAL MOTORS DO BRASIL S/A NA FORMA ABAIXO.

Aos 18 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete do Comando Geral da Polícia Militar, presente de um lado o Distrito Federal no ato representado pelo Senhor ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE, brasileiro, casado, coronel, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Comandante Geral daquela Corporação, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 121735/77, e do outro, a firma JORLAN S/A, Veículos Automotores Importação e Comércio, sediada, no SCRS 504, Bl. "C", nº 37, Lojas 43 e 44, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 01542240/0002 - 61, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor ANTONIO SILVIO BRANDÃO NASCIMENTO, brasileiro, casado, comerciário, residente e domiciliado nesta Capital, portador do CIC nº 042430481 - 34, tendo em vista o resultado da Tomada de Preços nº 001/77 cujo Edital e seu Anexo II, bem como a proposta da firma vencedora passam a fazer parte integrante deste contrato como se nele transcritos fossem, têm entre si ajustado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, obriga - se a CONTRATADA a prestar para o Distrito Federal, através da Polícia Militar, os serviços de revisão, reparos e manutenção de veículos da linha de fabricação General Motors do Brasil S/A, PARÁGRAFO UNICO - Os veículos a que se refere esta cláusula deverão ser entregues à CONTRATADA, periodicamente, pela Companhia de -Rádio Patrulha, mediante apresentação da Ordem de Execução de Serviços, expedida pelo Distrito Federal, através da Polícia Militar, da qual constarão, discriminadamente, os serviços a serem executados. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor estimativo do presente contrato é de Cr$150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976, correndo à conta da seguinte dotação orçamentária: 3.0.0.0. - Despesas Correntes; 3.1.0.0. - Despesas de Custeio; 3.1.3.0. - Serviços de Terceiros; 3.1.3.2. - Outros Serviços de Terceiros; 18 - Reparos e Conservação de Bens Móveis e Imóveis, conforme Nota de Empenho nº 079/77, no valor de Cr$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), emitida por estimativa pela Polícia Militar. CLÁUSULA TERCEIRA - A importância mencionada na cláusula anterior será paga à CONTRATADA pelo Distrito Federal, através da Polícia Militar, contra apresentação de fatura devidamente atestada pelo executor deste contrato, mensalmente para pagamento até o 30º (trigésimo) dia subsequente ao da apresentação da fatura. CLÁUSULA QUARTA - A caução depositada pela CONTRATADA, no valor de Cr$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros), só poderá ser levantada após o integral cumprimento pela mesma, das obrigações ora assumidas. CLÁUSULA QUINTA - Além dos serviços relacionados em sua proposta, a CONTRATADA obriga - se a : I) executar todo e qualquer serviço de reparo e manutenção dos veículos que lhes forem entregues pelo Distrito Federal através da Polícia Militar; II) apresentar orçamento prévio para serviços que excedam ao valor de 05 (cinco) vezes o maior valor de referência vigente; III) executar serviços de revisão preventiva, mecânica geral, inclusive substituição de peças, reparos no sistema elétrico, lanternagem, pintura e estofamento; IV) aplicar peças que se fizerem necessárias à execução dos serviços referenciados ao preço oficial de Tabela. CLÁUSULA SEXTA - Pelo inadimplemento de qualquer das cláusulas deste contrato, sujeitar - se - á a CONTRATADA às penalidades previstas no art. 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971, além das estipuladas no Edital. CLÁUSULA SÉTIMA - Operar - se - á de pleno direito a rescisão deste ajuste, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial quando ocorrerem: I) falência ou dissolução da CONTRATADA; II) transferência, no todo ou em parte, das obrigações contraídas sem prévia e expressa anuência do Distrito Federal; III) recusar a prestar os serviços objeto deste instrumento. PARÁGRAFO UNICO - O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo das partes, bastando que o interessado se manifeste, por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias. CLÁUSULA OITAVA - O Distrito Federal, através da Polícia Militar, designará um executor para o presente instrumento ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA NONA - Os débitos para com o Distrito Federal decorrentes do presente ajuste serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados mediante execução nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA DÉCIMA - O presente contrato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da CONTRATADA, expirando - se em 31 de dezembro de 1977. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se em fls. avulsas que integrarão o Livro de Registro de Contratos e Convênios da 1ª. Sub - procuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 03 (três) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE; PELA CONTRATADA: (as.) ANTONIO SILVIO BRANDÃO NASCIMENTO; TESTEMUNHAS: (as.) IVAN GOMES RIBEIRO e VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES. VISTO: Em, 22 de julho de 1977. JULIO CÉSAR SANTOS. 1º Subprocurador - Geral do DF. (DAR - de 21.07.77 - Cr$ 525,60). CONFERE COM O ORIGINAL. Em 21/07/1977. MARCOS ANTONIO BARBOSA. .

TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA BRASILIA SERVIÇOS AUTOMOTORES S/A, BRASAL, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REVISÃO, REPAROS E MANUTENÇÃO DE VEICULOS DA LINHA VOLKSWAGEM DO BRASIL S/A, NA FORMA ABAIXO.

Aos 18 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete do Comando - Geral da Polícia Militar, presentes, de um lado o Distrito Federal no ato representado pelo Senhor Coronel ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE, brasileiro, casado, militar, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Comandante Geral daquela Corporação conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 121735/77, e do outro a firma BRASILIA SERVIÇOS AUTOMOTORES S/A - BRASAL, sediada em Brasília, no SIA - Trecho I nº 555, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00000885/0001, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor JOSÉ BEVILÁQUA TEIXEIRA, brasileiro, solteiro, comerciário, residente e domiciliado nesta Capital, portador da Carteira de Identidade RG - nº 113268 - SSP/DF e CIC nº 029076741 - 53, tendo em vista o resultado da Tomada de Preços nº 001/77, cujo Edital e seu Anexo I, bem como a proposta da Firma vencedora passam a fazer parte integrante deste contrato como se nele transcritos fossem, têm entre si ajustado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, obriga - se a CONTRATADA a prestar para o Distrito Federal, através da Polícia Militar, os Serviços de revisão reparos e manutenção de veículos da linha de fabricação Volkswagen do Brasil S/A. PARÁGRAFO ÚNICO - Os veiculos a que se refere esta cláusula deverão ser entregues à CONTRATADA, periodicamente, pela Companhia de Rádio Patrulha, mediante apresentação da Ordem de Execução de Serviços, expedida pelo Distrito Federal, através da Polícia Militar, da qual constarão, discriminadamente, os serviços a serem executados. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor estimativo do presente contrato é de Cr$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros), recursos estes procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976, correndo à conta da seguinte dotação orçamentária: 3.0.0.0. - Despesas Correntes 3.1.0.0. - Despesas de Custeio; 3.1.3.0 - Serviços de Terceiros; 3.1.3.2. - Outros Serviços de Terceiros: 18 - Reparos e Conservação de Bens Móveis e Imóveis, conforme Nota de Empenho nº 080/77 - PMDF - no valor de Cr$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros), emitida por estimativa pela Polícia Militar. CLÁUSULA TERCEIRA - A importância mencionada na Cláusula Anterior será paga à CONTRATADA pelo Distrito Federal, através da Policia Militar, contra apresentação de fatura, devidamente atestada pelo executor deste contrato, mensalmente, para pagamento até o 30º (trigésimo) dia subsequente ao da apresentação da fatura. CLÁUSULA QUARTA - A caução depositada pela CONTRATADA no valor de Cr$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta cruzeiros), só poderá ser levantada após o integral cumprimento, pela mesma, das obrigações ora assumidas. CLÁUSULA QUINTA - Além dos serviços relacionados em sua proposta, a CONTRATADA obriga - se a: I) executar todo e qualquer serviço de reparo e manutenção dos veículos que lhes forem entregues pelo Distrito Federal, através da Polícia Militar; II) apresentar orçamento prévio para serviços que excedam ao valor de 05 (cinco) vezes o maior valor de referência vigente; III) executar serviços de revisão preventiva mecânica geral, inclusive substituição de peças, reparos no sistema elétrico, lanternagem, pintura e estofamento; IV) aplicar peças que se fizerem necessárias à execução dos serviços referenciados, ao preço oficial de tabela. CLÁUSULA SEXTA - Pelo inadimplemento de qualquer das cláusulas deste contrato, sujeitar - se - á a CONTRATADA às penalidades previstas no art. 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971, além das estipuladas no Edital. CLÁUSULA SÉTIMA - Operar - se - á de pleno direito a rescisão deste ajuste, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando ocorrerem: I) falência ou dissolução da CONTRATADA; II) transferência, no todo em parte das obrigações ora contraídas sem prévia e expressa anuência do Distrito Federal; III) recusar a prestar os serviços objeto deste instrumento. PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo das partes, bastando que o interessado se manifeste, por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias. CLÁUSULA OITAVA - O Distrito Federal, através da Polícia Militar, designará um executor para o presente instrumento, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA NONA - Os débitos para com o Distrito Federal decorrentes do presente ajuste serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados mediante execução nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA DÉCIMA - O presente contrato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da CONTRATADA, expirando - se em 31 de dezembro de 1977. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas lavrou - se o presente em folhas avulsas que integrarão o Livro de Registro de Contratos e Convênios da 1ª. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal do qual foram extraídas 03 (três) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal, que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE; PELA CONTRATADA: (as.) JOSÉ BEVILAQUA TEIXEIRA; TESTEMUNHAS: (as.) IVAN GOMES RIBEIRO e VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES - CONFERE COM O ORIGINAL. Em, 22/07/1977. MARCOS ANTONIO BARBOSA. VISTO: Em, 25/07/77. JÚLIO CÉSAR SANTOS. 1º Subprocurador Geral do DF. (DAR, de 22.07.77 - Cr$ 525,60).

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL
DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

EDITAL Nº. 17/77 - CONVOCAÇÃO

O DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, pelo presente convoca o(s) abaixo (s) relacionado (s) ou em sua falta o seu representante legal, para comparecerem à Divisão de Cadastro Financeiro do Governo do Distrito Federal, localizada no Edifício Brasília, 10º andar, no horário das 14:00 às 16:00 horas, a fim de recolherem aos seus cofres a importância a seguir indicada ou apresentarem recursos tudo no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste Edital, conforme decisão exarada em processo:

MATRICULA:	LOTAÇÃO	NOME	PROCESSO:	VALOR:
17926	SVO	Gerson Clóvis Malty	017099/77	Cr$ 6.820,66
04553	PRG	Lucia Maria P. de M. Andrade	017101/77	Cr$ 5.174,87
12279	SEA	Luiz Pereira Leão Filho	017096/77	Cr$ 961,80

NOVO ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti - 7º. andar.

Brasília, 22 de julho de 1977

ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro

CSP - SEA

IPTU E ISS

Regulamentos baixados pelos Decretos Nºs. 3.521 e 3.522,

de 28 de dezembro de 1976.

Publicados no suplemento do
DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

de 30.12.76.

Formato pequeno de fácil manuseio.

À VENDA
No andar térreo do Anexo do Buriti

Seção de Distribuição do DODF.

Preço - Cr$ 20,00.